



# ANGOLA

Novembro de 2015

## CONSULTAS DE 2015 AO ABRIGO DO ARTIGO IV – COMUNICADO DE IMPRENSA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO E DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA DO FMI PARA ANGOLA

Nos termos do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os países membros, normalmente uma vez por ano. No contexto das consultas de 2015 com Angola, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa**, que resume as opiniões do Conselho de Administração conforme expressas durante as deliberações de 28 de outubro de 2015 sobre o relatório do corpo técnico que concluiu as consultas ao abrigo do Artigo IV a Angola.
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 28 de outubro de 2015, após as discussões encerradas em 25 de agosto de 2015 com as autoridades angolanas sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi finalizado em 14 de outubro de 2015, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Anexo Informativo** elaborado por especialistas do FMI.
- **Análise da Sustentabilidade da Dívida**, elaborada por especialistas do FMI.
- **Declaração da Administradora** do FMI para Angola.

O documento relacionado a seguir foi ou será publicado separadamente:

- Angola — **Temas Seleccionados**

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação antecipada das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com

International Monetary Fund • Publication Services  
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090  
Telephone: 1 202 623-7430 • Fax: 1 202 623-7201  
E-mail: [publications@imf.org](mailto:publications@imf.org) Web: <http://www.imf.org>  
Preço unitário: USD 18,00

**Fundo Monetário Internacional**  
**Washington, D.C.**



Comunicado de Imprensa nº 15/487 (P)  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
29 de outubro de 2015

Fundo Monetário Internacional  
700 19<sup>th</sup> Street, NW  
Washington, D. C. 20431 EUA

## **Conselho de Administração do FMI conclui a consulta de 2015 com Angola ao abrigo do Artigo IV**

Em 28 de outubro de 2015, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a consulta com Angola ao abrigo do Artigo IV.<sup>1</sup>

O choque dos preços do petróleo está a afetar negativamente a economia. Projeta-se que o preço médio do cabaz de petróleo angolano se situe em USD 53 por barril em 2015, contra pouco mais de USD 100 por barril em 2014, conduzindo a uma grande diminuição da receita fiscal e das exportações. Embora a produção de petróleo tenha recuperado na sequência da conclusão das obras de manutenção, o crescimento do PIB não petrolífero deve desacelerar para 2,1% em 2015. Os sectores industrial, da construção e dos serviços estão a ajustar-se à queda do consumo privado e do investimento público e às dificuldades persistentes para obter moeda estrangeira. Projeta-se que a inflação ascenda a quase 14% até ao final de 2015, ultrapassando o objetivo do Banco Nacional de Angola (BNA) de 7-9%. O orçamento para 2015 prevê a descida do défice do governo central para 3,5% do PIB, face aos 6,4% registados em 2014. A projeção para a dívida pública, porém, é de um aumento expressivo, para 57,4% do PIB até ao final de 2015, dos quais 14,7% do PIB correspondem à empresa estatal de petróleo, a Sonangol. Prevê-se que o défice da balança corrente externa ascenda a 7,6% do PIB em 2015 e que as reservas internacionais diminuam para USD 22,3 mil milhões (cerca de sete meses das importações de 2016) até ao final de 2015. Entretanto, verificou-se um grande diferencial entre as taxas de câmbio do mercado paralelo e primário, o que indica um desequilíbrio no mercado cambial.

É provável que em 2016 a conjuntura económica continue a apresentar desafios, pois não se espera que os preços internacionais do petróleo recuperem e os riscos são negativos. Projeta-se que o crescimento permaneça estável em 3,5% em 2016 e que o sector do petróleo cresça cerca de 4%. A expectativa para o sector não petrolífero é de uma ligeira melhoria, com crescimento homólogo de 3,4%, impulsionado sobretudo pela recuperação mais robusta da agricultura. A inflação deverá abrandar para 13% no final de 2016, sendo de prever que o efeito da recente restritividade monetária seja sentido de forma mais clara no segundo semestre de 2016.

---

<sup>1</sup> Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente com uma periodicidade anual. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, os especialistas elaboram um relatório que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração.

## **Avaliação do Conselho de Administração<sup>2</sup>**

Os Administradores congratularam as autoridades pelas medidas de política atempadas face ao declínio dos preços do petróleo. Embora as perspectivas de crescimento sejam estáveis, a persistência dos preços internacionais do petróleo em níveis baixos e o ambiente mundial incerto representam riscos consideráveis. Os Administradores vincaram que o compromisso contínuo com políticas sólidas e a realização de reformas estruturais ambiciosas são fundamentais para preservar a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida, abordar os desequilíbrios prolongados no mercado cambial e promover o crescimento vigoroso e inclusivo.

Os Administradores consideram positiva a restritividade da posição fiscal para proteger a economia das vulnerabilidades resultantes do choque de preços do petróleo e concordaram que será necessário prosseguir no ajustamento. Incentivaram as autoridades a restaurar gradativamente as margens de manobras (*buffers*) orçamentais e a garantir que parte da riqueza do petróleo de Angola seja poupada para as futuras gerações, sob uma estrutura de governança sólida e transparente, procurando-se com o tempo manter um excedente orçamental estrutural. Enfatizaram também a importância de eliminar os atrasados e reverter o aumento significativo do rácio entre a dívida pública e o PIB projetado para 2015. Referindo-se à elaboração do orçamento de 2016, os Administradores incentivaram as autoridades a utilizar como base pressupostos cautelosos sobre o preço do petróleo e um nível prudente de despesas, porém preservando os gastos com a proteção social e as infraestruturas essenciais.

Os Administradores realçaram a necessidade de racionalização das despesas e de maior mobilização de receitas não petrolíferas. Instaram por esforços coordenados para conter o crescimento da massa salarial, reformar a administração tributária, simplificar os incentivos fiscais, melhorar a qualidade do investimento público e eliminar os subsídios aos combustíveis, alargando, em simultâneo, a assistência social orientada para os pobres. Os Administradores observaram ainda que a implementação cautelosa de um IVA poderia proporcionar uma fonte mais estável de receita pública. Um quadro fiscal de médio prazo melhorado, com a adoção de regras fiscais e de um fundo de estabilização, ajudaria a reduzir a pro-ciclicidade da despesa e a volatilidade da receita orçamental.

Os Administradores destacaram que as políticas monetária e cambial teriam um papel fundamental a cumprir no rebalanceamento do mercado cambial. Saudaram os avanços no sentido da maior flexibilidade cambial e as medidas tomadas para restringir as condições de liquidez, com o aumento da taxa de referência do BNA e das reservas obrigatórias dos bancos, e incentivaram as autoridades a tomar novas medidas para abordar os desequilíbrios

---

<sup>2</sup> Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos:  
<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/misc/qualifiersp.pdf>.

cambiais que ainda restam. Seria útil, para o efeito, adotar uma âncora de política monetária clara, apoiada por melhorias no quadro de previsão de inflação e gestão de liquidez.

Os Administradores saudaram os progressos na implementação das recomendações do FSAP de 2012, como as medidas recentes para fomentar o aprofundamento e a inclusão financeiros. Apoiaram os esforços para fortalecer a supervisão bancária e salientaram a importância de implementar os planos para reestruturar e acelerar a recapitalização dos bancos mais fracos.

Os Administradores acolheram positivamente a agenda de reformas estruturais das autoridades e frisaram que a sua implementação sustentada será crucial para reduzir os riscos orçamentais, promover a diversificação económica e apoiar a competitividade e o crescimento. Deve-se dar prioridade às ações para tornar o mercado de trabalho mais flexível, promover o investimento privado, melhorar o ambiente de negócios – com ênfase na redução da burocracia, simplificação do processo de constituição de empresas e reforço do Estado de direito – bem como à melhoria das infraestruturas físicas e do capital humano.

## Angola: Principais Indicadores Económicos, 2009–2016

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
						Prel.	Projeções	
<b>Economia real</b> (var. percentual, salvo indicação em contrário)								
Produto interno bruto real	2,4	3,4	3,9	5,2	6,8	4,8	3,5	3,5
Sector petrolífero	-5,1	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-2,6	6,8	3,9
Sector não petrolífero	8,1	7,6	9,5	5,5	10,9	8,2	2,1	3,4
Produto interno bruto nominal	-5,2	26,6	29,0	12,6	8,8	6,1	-3,8	19,9
Sector petrolífero	-25,4	27,6	36,7	8,4	-3,3	-6,9	-31,5	28,6
Sector não petrolífero	21,1	25,7	22,8	16,4	19,0	14,9	11,5	16,9
Deflador do PIB	-7,4	22,4	24,2	7,1	1,9	1,2	-7,1	15,8
Deflador do PIB não petrolífero	12,1	16,8	12,2	10,3	7,4	6,2	9,2	13,1
Preços no consumidor (média anual)	13,7	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	10,3	14,2
Preços no consumidor (fim de período)	14,0	15,3	11,4	9,0	7,7	7,5	13,9	13,0
Produto interno bruto (mil milhões de kwanzas)	5.989	7.580	9.780	11.011	11.985	12.713	12.227	14.658
Produto interno bruto petrolífero (mil milhões de KZ)	2.662	3.396	4.641	5.030	4.864	4.531	3.104	3.994
Produto interno bruto não petrolífero (mil milhões de KZ)	3.327	4.184	5.139	5.982	7.121	8.182	9.123	10.665
Produto interno bruto (mil milhões de USD)	75,5	82,5	104,1	115,3	124,2	129,3	102,0	98,8
Produto interno bruto per capita (USD)	3.589	3.807	4.666	5.018	5.245	5.304	4.062	3.820
<b>Governo central</b> (percentagem do PIB)								
Total da receita	34,6	43,5	48,8	45,9	40,5	34,6	27,4	27,6
<i>D/q</i> : Petrolífera	24,2	33,0	39,0	37,3	30,3	23,4	14,6	15,6
<i>D/q</i> : Não petrolífera	9,0	7,8	7,3	6,6	8,1	8,9	10,4	10,1
Total da despesa	41,9	40,0	40,2	41,3	40,8	41,1	30,9	29,0
Despesas correntes	29,5	28,6	30,0	29,0	28,7	28,8	24,1	21,5
Despesas de capital	12,4	11,4	10,2	12,3	12,1	12,2	6,8	7,5
Saldo orçamental global	-7,4	3,4	8,7	4,6	-0,3	-6,4	-3,5	-1,4
Saldo orçamental primário não petrolífero	-29,8	-26,2	-26,9	-29,2	-28,4	-27,5	-15,8	-14,3
Saldo orçamental primário não petr. (% do PIB não petrol.)	-53,7	-47,4	-51,1	-53,7	-47,7	-42,8	-21,2	-19,7
<b>Moeda e crédito</b> (fim de período, variação percentual)								
Massa monetária (M2)	30,0	11,0	35,7	7,9	14,2	16,1	14,4	14,6
Percentagem do PIB	42,5	35,3	37,6	35,0	36,7	40,2	47,8	45,7
Velocidade (PIB/M2)	2,5	2,9	2,7	2,9	2,7	2,5	2,1	2,2
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,4	1,6	1,4	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
Crédito ao sector privado (variação percentual em 12 meses)	60,5	19,2	28,8	24,2	15,0	1,1	2,9	22,2
<b>Balança de pagamentos</b>								
Balança comercial (percentagem do PIB)	24,1	41,1	45,2	41,1	33,7	23,6	15,7	17,5
Exportações de bens, FOB (percentagem do PIB)	54,1	61,3	64,6	61,6	55,0	45,8	36,3	39,0
<i>D/q</i> : Exportações de petróleo e gás (percentagem do PIB)	52,7	59,8	63,0	60,4	53,9	44,6	34,7	37,2
Importações de bens, FOB (percentagem do PIB)	30,0	20,2	19,4	20,6	21,2	22,1	20,6	21,4
Termos de troca (variação percentual)	-27,3	19,2	24,1	5,8	-1,7	-8,2	-40,3	0,7
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	-10,0	9,1	12,6	12,0	6,7	-1,5	-7,6	-5,6
Reservas internac. brutas (fim de período, milhões de USD)	13.679	19.679	27.517	32.156	32.231	27.795	22.275	18.618
Reservas internac. brutas (meses de import. do próximo ano)	4,6	5,4	7,2	7,8	7,5	8,6	7,1	5,7
Reservas intern. líquidas (fim de período, milhões de USD)	13.679	18.797	26.323	30.828	31.172	27.276	22.062	18.546
<b>Taxa de câmbio</b>								
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	79,3	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	...	...
Taxa de câmbio oficial (fim de período, kwanzas por USD)	89,4	92,6	95,3	95,8	97,6	102,9	...	...
<b>Dívida</b> (percentagem do PIB)								
Total da dívida (bruta) do sector público	49,9	38,8	31,4	28,7	36,2	42,2	57,4	53,0
<b>Petróleo</b>								
Produção de petróleo (milhões de barris por dia)	1,809	1,758	1,660	1,730	1,716	1,672	1,785	1,850
Exportações de petróleo e gás (mil milhões de USD)	39,8	49,4	65,6	69,7	66,9	57,6	35,4	36,8
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	60,8	76,5	108,7	110,9	107,3	100,7	53,0	53,0
Preço do petróleo Brent (média, USD por barril) <sup>1</sup>	61,9	79,6	111,0	112,0	108,8	98,9	53,4	53,0
Preço do petróleo segundo o WEO (média, USD por barril) <sup>1</sup>	61,8	79,0	104,0	105,0	104,1	96,2	51,6	50,4

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Pressupostos de base do WEO em 25 de agosto de 2015.



# ANGOLA

## RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2015 AO ABRIGO DO ARTIGO IV

14 de outubro de 2015

### PRINCIPAIS TEMAS

**Contexto e perspectivas:** O ambiente macroeconómico de Angola é complexo. O choque do preço do petróleo reduziu significativamente as receitas fiscais e as exportações, realçando a necessidade de abordar com maior ímpeto as vulnerabilidades e de diversificar a economia, bem como de gerir melhor a volatilidade das receitas do petróleo. As autoridades tomaram medidas de política importantes para mitigar o impacto do choque: o orçamento revisto para 2015 visa uma melhoria significativa no saldo primário não petrolífero, principalmente através de cortes na despesa. O kwanza está a desvalorizar e as reservas internacionais estão a ser utilizadas para atenuar a depreciação. Serão, contudo, necessários ajustes de política adicionais à medida que a economia se adapta ao que parecem ser receitas do petróleo permanentemente menores.

**Foco das consultas:** As discussões centraram-se em políticas para ajudar a alcançar uma consolidação orçamental ordenada e, em simultâneo, proteger os pobres; abordar os desequilíbrios persistentes no mercado cambial mantendo a estabilidade de preços; preservar a estabilidade financeira e apoiar a diversificação económica e o crescimento inclusivo.

#### Principais recomendações de política:

- Implementar um ajuste orçamental ordenado para evitar atrasados de pagamentos internos, procurando ao mesmo tempo um melhor equilíbrio entre a racionalização da despesa corrente e de capital.
- Mobilizar receitas fiscais não petrolíferas adicionais, melhorar a eficiência da despesa pública e dos controlos da despesa e continuar a reduzir os subsídios aos combustíveis, mitigando, simultaneamente, o impacto para os pobres através de assistência social bem orientada.
- Adotar um quadro fiscal de médio prazo melhorado, centrando-se em regras de despesa e num fundo de estabilização orçamental adequadamente concebido para reduzir a pró-ciclicidade da despesa e salvaguardar a sustentabilidade da dívida.
- Continuar a ajustar a taxa de câmbio apoiada por uma política monetária restritiva para abordar os desequilíbrios no mercado cambial, contendo o impacto sobre a inflação.
- Reforçar o papel dos agregados monetários no quadro de política monetária, melhorando, simultaneamente, as previsões de inflação e a gestão de liquidez.
- Aumentar a resistência do sector financeiro, continuando a reforçar a supervisão bancária e o quadro de resolução bancária, e acelerar os planos para reestruturar os bancos mais fracos.
- Promover a diversificação económica melhorando o ambiente de negócios e a competitividade, e reforçando o papel do sector privado na reconstrução de infraestrutura através de concessões e parcerias público-privadas.

Aprovado por  
**David Robinson e Bob Traa**

As discussões decorreram em Luanda, entre os dias 12 e 25 de agosto de 2015. A equipa da missão foi composta pelos Srs. Velloso (chefe), Sra. Sab, Sra. Takebe, Sr. Alier (Representante Residente) (todos do AFR), Sr. Varsano (perito do FAD) e Sr. João (escritório do FMI em Luanda). O Sr. Tivane (OED) participou de todas as discussões de política económica. A missão reuniu-se com o Vice-Presidente Manuel Vicente, o Ministro das Finanças Armando Manuel, o Ministro do Planeamento Job Graça, o Ministro da Economia Abrahão Gourgel, a Ministra do Comércio Rosa Pacavira, o Ministro da Construção Waldemar Pires Alexandre, o Ministro do Petróleo Botelho Vasconcelos, o Ministro do Trabalho Pitra Neto, o Governador do Banco Nacional de Angola José Pedro de Moraes Júnior, e outras autoridades do poder executivo. A missão manteve também discussões com os membros da Comissão Económica e Financeira da Assembleia Nacional e representantes do sector financeiro, do sector privado não financeiro, da estatal do petróleo Sonangol, de organizações não-governamentais e da comunidade diplomática.

## SUMÁRIO

<b>CONTEXTO</b>	<b>4</b>
<b>DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES, PERSPETIVAS E RISCOS</b>	<b>4</b>
<b>DISCUSSÕES DE POLÍTICA ECONÓMICA</b>	<b>12</b>
A. Viver com Menores Receitas do Petróleo	12
B. Melhoria do Quadro de Política Monetária e Fortalecimento da Estabilidade Financeira	15
C. Promoção da Diversificação Económica e Competitividade	17
D. Questões Relativas aos Dados	19
<b>AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO</b>	<b>20</b>
<b>CAIXAS</b>	
1. Reforma dos Subsídios aos Combustíveis em Angola	14
2. Transmissão da Taxa de Câmbio em Angola	16
3. Nova Lei do Investimento Privado de Angola	18

**FIGURAS**

1. Indicadores de Alta Frequência Seleccionados _____	7
2. Indicadores Monetários Seleccionados, 2005-2015 _____	8
3. Projeções Orçamentais, Reservas Internacionais e Evolução da Taxa de Câmbio para Exportadores de Petróleo Seleccionados, 2014-2015 _____	9
4. Evolução Orçamental, 2004-16 _____	22
5. Evolução Monetária, 2009-16 _____	23
6. Evolução do Sector Externo, 2004-16 _____	24
7. Matriz de Avaliação do Risco (Junho de 2015) _____	25
8. Principais Recomendações da Consulta de 2014 ao abrigo do Artigo IV e Ponto da Situação _____	26

**TABELAS**

1. Principais Indicadores Económicos, 2009-16 _____	28
2a. Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2009-16 (Em mil milhões de kwanzas) _____	29
2b. Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2009-16 (Em percentagem do PIB) _____	30
2c. Angola: Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2009-16 (Em percentagem do PIB não petrolífero) _____	31
3. Contas Monetárias, 2009-16 _____	32
4. Balança de Pagamentos, 2009-16 _____	33
5. Cenário Ilustrativo de Médio Prazo, 2009-20 _____	34
6. Indicadores de Estabilidade Financeira, dezembro de 2011–julho de 2015 _____	35
7. Dívida Externa e Pública, 2009-20 _____	36

**APÊNDICES**

I. Atualização da Avaliação do Equilíbrio Externo _____	37
---	----

## CONTEXTO

**1. Angola é um país pós-conflito – décadas de hostilidades terminaram em 2002 – com défices significativos de infraestruturas e capital humano.** As receitas do petróleo apoiaram um forte crescimento na última década, mas também tornaram o país vulnerável à volatilidade das receitas do petróleo. Foram realizados progressos na redução das taxas de pobreza de 54% em 2000 para 43% em 2008. No entanto, a desigualdade aumentou. Na sequência das eleições de 2012, o governo deu início a um Plano Nacional de Desenvolvimento que dá prioridade a uma grande expansão da despesa em infraestruturas para apoiar a diversificação económica e o crescimento inclusivo. No entanto, a despesa é bem inferior ao estipulado no PND.

## DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES, PERSPETIVAS E RISCOS

**2. Projeta-se que o crescimento económico em 2015 abrande para 3,5% devido aos efeitos adversos para a economia de uma diminuição súbita e acentuada dos preços internacionais do petróleo.** Embora a produção de petróleo se recuperou na sequência da conclusão das obras de manutenção, espera-se que o crescimento do PIB não petrolífero desacelere para 2% em 2015 (a taxa mais baixa desde o final da guerra civil). Os sectores industrial, da construção e dos serviços estão a ajustar-se aos cortes no consumo privado e investimento público num contexto de uma disponibilização mais limitada de moeda estrangeira.

**3. Projeta-se que a inflação chegue a 14% no final de 2015, ultrapassando o objetivo do Banco Nacional de Angola (BNA) de 7-9%.** Em agosto de 2015, já tinha aumentado para 11% (em termos homólogos) a partir de um mínimo histórico de 6,9% em junho de 2014, o que reflete os efeitos de um kwanza mais fraco (considerando a forte dependência de Angola das importações), de preços internos do petróleo mais elevados (devido à reforma em curso dos subsídios aos combustíveis) e, no primeiro semestre do ano, condições monetárias pouco restritivas.

**4. A Assembleia Nacional aprovou em março um orçamento revisto para 2015 em linha com o défice orçamental global de 7% do PIB e a uma melhoria de 15% do PIB no défice primário não petrolífero.** O orçamento revisto pressupõe um preço do petróleo de USD 40 por barril, mas projeta um aumento ambicioso das receitas não petrolíferas devido, principalmente, a melhorias na administração tributária. No que se refere à despesa, verificou-se um corte de 14,5% do PIB em bens e serviços, subsídios aos combustíveis e investimento público, mas um aumento dos ordenados e salários de 2,5% do PIB devido à contratação de funcionários públicos anteriormente selecionados para os sectores da educação e da saúde.

**5. Embora o orçamento tenha registado um excedente orçamental global de 1% do PIB anual no primeiro semestre de 2015, o corpo técnico prevê um défice de 3,5% do PIB para o ano, no seu conjunto, dado que se espera um aumento da execução da despesa.** Esta projecção presume também um preço do petróleo de USD 53 por barril, o que implica uma receita adicional do petróleo de 5,5% do PIB face ao orçamento revisto. O corpo técnico está menos otimista relativamente às perspectivas de um aumento da arrecadação de receitas não petrolíferas em 2015, dado ser provável que as melhorias na administração tributária continuem a ser contrabalançadas por arrecadações menores na fronteira à medida que as importações diminuam. Projeta-se que a despesa total esteja globalmente em linha com o orçamento revisto, mas a sua composição difere, uma vez que as despesas com subsídios e o investimento são superiores nas projecções do corpo técnico.

**Angola: Principais Indicadores Económicos, 2014 e Orçamentos Original e Revisto de 2015**

	2014	Orçamento de 2015		2015	S1 2015
	Prel.	Original	Revisto	C.T. FMI	Prel.
	(Em % do PIB salvo indicação em contrário)				
<b>Receitas</b>	34,6	31,0	23,4	27,4	11,9
Petrolíferas	23,4	18,9	9,0	14,6	6,0
Não petrolíferas	8,9	10,5	12,5	10,4	4,7
<b>Total da despesa</b>	41,1	38,7	30,3	30,9	11,0
Despesas correntes	28,8	28,5	24,9	24,1	9,9
Remuneração dos empregados	10,4	11,6	12,9	12,2	5,2
Uso de bens e serviços	9,8	10,2	6,0	5,8	1,5
Subsídios	5,3	2,8	1,3	2,1	1,0
Despesas de capital	12,2	10,1	5,5	6,8	1,1
<b>Saldo orçamental global</b>	-6,4	-7,6	-7,0	-3,5	0,9
Preço do petróleo angolano <sup>1</sup>	100,7	81,0	40,0	53,0	55,0
Taxa de inflação (percentagem)	7,5	7,0	9,0	13,9	9,6
Taxa de câmbio média (AOA/USD)	98,3	99,1	112,5	...	115,8
Taxa de cresc. PIB real (var. percentual)	4,8	9,7	6,6	3,5	...
Sector petrolífero	-2,6	10,7	9,8	6,8	...
Sector não petrolífero	8,2	9,2	5,3	2,1	...

Fontes: Autoridades angolanas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Média, USD por barril.

**6. O financiamento do orçamento parece alcançável nas projecções orçamentais do corpo técnico.** As autoridades já concluíram ou estão a finalizar as negociações de empréstimos externos de bilaterais (China, Japão) e organizações internacionais (Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, BAD), e estão a planear a primeira emissão de eurobonds no montante de USD 1,5 mil milhões este ano. Estão também a negociar os termos de empréstimos bilaterais com o Brasil e a China para reduzir os pagamentos devidos em 2015 e 2016. Se estes planos forem implementados com sucesso, estarão disponíveis recursos suficientes para evitar a acumulação de novos atrasados de pagamentos internos em 2015, e a regularização de atrasados acumulados em 2014 que não tinham sido liquidados até ao final de junho de 2015 (1,3% do PIB). Tendo em conta o défice orçamental projetado, uma taxa de câmbio com maior depreciação e a diminuição esperada do PIB nominal devido a preços do petróleo mais baixos, projeta-se que o rácio dívida pública/PIB de Angola aumente 15 pontos percentuais, para 57,4% em 2015.

**7. Embora a taxa de câmbio oficial do kwanza face ao dólar americano tenha diminuído quase 30% desde setembro de 2014, os desequilíbrios do mercado cambial persistem.** O BNA utilizou as reservas internacionais a um ritmo controlado para atenuar a desvalorização e adotou uma lista prioritária para o acesso a moeda estrangeira à taxa oficial, dando uma maior prioridade às

importações de géneros alimentícios, medicina, insumos para a agricultura e a indústria e o sector do petróleo. No entanto, o mercado cambial permanece desequilibrado com diferenciais entre taxas de câmbio no mercado paralelo e oficial a aumentar de cerca de 15%, em setembro de 2014, para aproximadamente 65%, no início de outubro de 2015.

**8. O BNA adotou uma política monetária mais restritiva, mas o excesso de liquidez no sistema bancário permanece relativamente elevado.** O BNA aumentou a sua taxa de juro diretora em 175 p.b. desde setembro de 2014 e aumentou os requisitos de reservas dos depósitos em kwanzas em 12,5 pontos percentuais (para 25%). Apesar destes esforços, estima-se que o excesso de liquidez em finais de setembro de 2015 seja de 0,75% do PIB, e a taxa de juro de curto prazo de bilhetes do Tesouro denominados em kwanzas permanece negativa em termos reais, apesar da tendência em sentido ascendente.

**9. Tendo em conta o abrandamento económico, os indicadores de solidez financeira têm-se deteriorado gradualmente e alguns bancos apresentam necessidades de recapitalização urgentes.**<sup>1</sup> Os créditos mal parados do sistema bancário aumentaram para 18% do total de créditos em julho de 2015, face a 12% em dezembro de 2014. Além disso, alguns bancos necessitam de capital adicional e estão a enfrentar problemas de liquidez. O BNA já solicitou a esses bancos a apresentação de planos de recapitalização e está a monitorizar atentamente a sua implementação, embora o progresso esteja a ser lento.

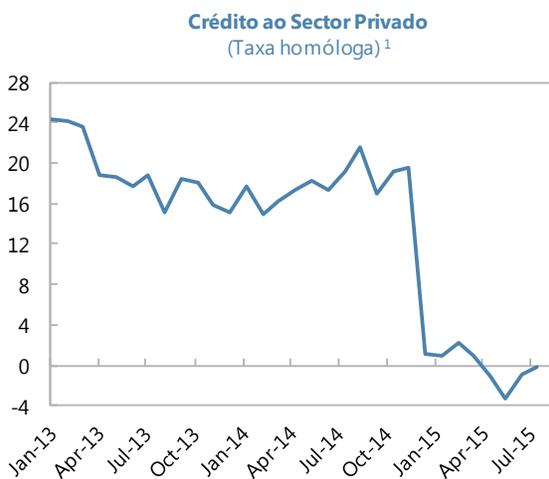
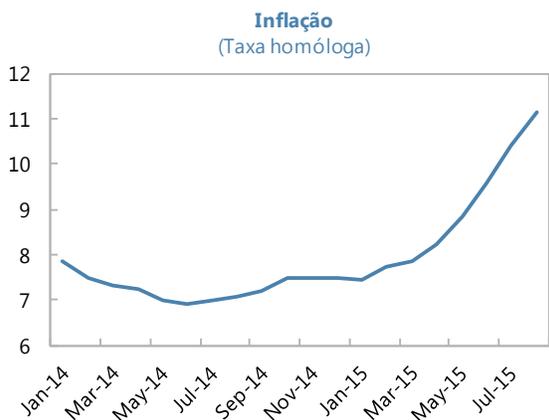
**10. Os vínculos do sector real ao sector financeiro são significativos.** Conforme referido acima, os bancos comerciais foram afetados pelo abrandamento económico, conduzindo a maiores créditos mal parados. Os vínculos do sector financeiro ao sector real são, no entanto, mais limitados. Mesmo em tempos normais, o nível de crédito ao sector privado tem sido relativamente baixo. Os bancos têm canalizado menos de metade dos recursos globais disponíveis para crédito ao sector privado. À medida que o crescimento económico abranda, os bancos estão a tornar as normas de concessão de crédito mais restritivas o que pode atrasar, em termos marginais, uma recuperação.

**11. É provável que, em 2016, o ambiente externo continue complexo, uma vez que não se espera que os preços internacionais do petróleo recuperem e os riscos são negativos.** Projeta-se que o crescimento permaneça estável em 3,4% em 2016, e que o sector do petróleo cresça cerca de 4%. O sector não petrolífero deverá apresentar uma pequena melhoria face à projeção de 2015, crescendo 3,5%, impulsionado principalmente pela agricultura. A inflação deverá abrandar para 13% no final de 2016, sendo que o efeito da recente restritividade monetária seja sentido de forma mais clara no segundo semestre de 2016, tendo em conta os desfasamentos na transmissão da política monetária (ver a seguir). As contas externas estão a enfraquecer em consequência de uma diminuição acentuada das exportações de petróleo, mas as importações estão a começar a ajustar-se e projeta-se que as reservas internacionais, embora em declínio gradual, permaneçam em níveis

---

<sup>1</sup> Os bancos angolanos apresentaram fundamentos relativamente sólidos em termos agregados até 2014, mas os seus balanços deterioraram-se em geral nos últimos anos, e alguns bancos apresentaram fragilidades específicas (ver Temas Seleccionados no [www.imf.org](http://www.imf.org)).

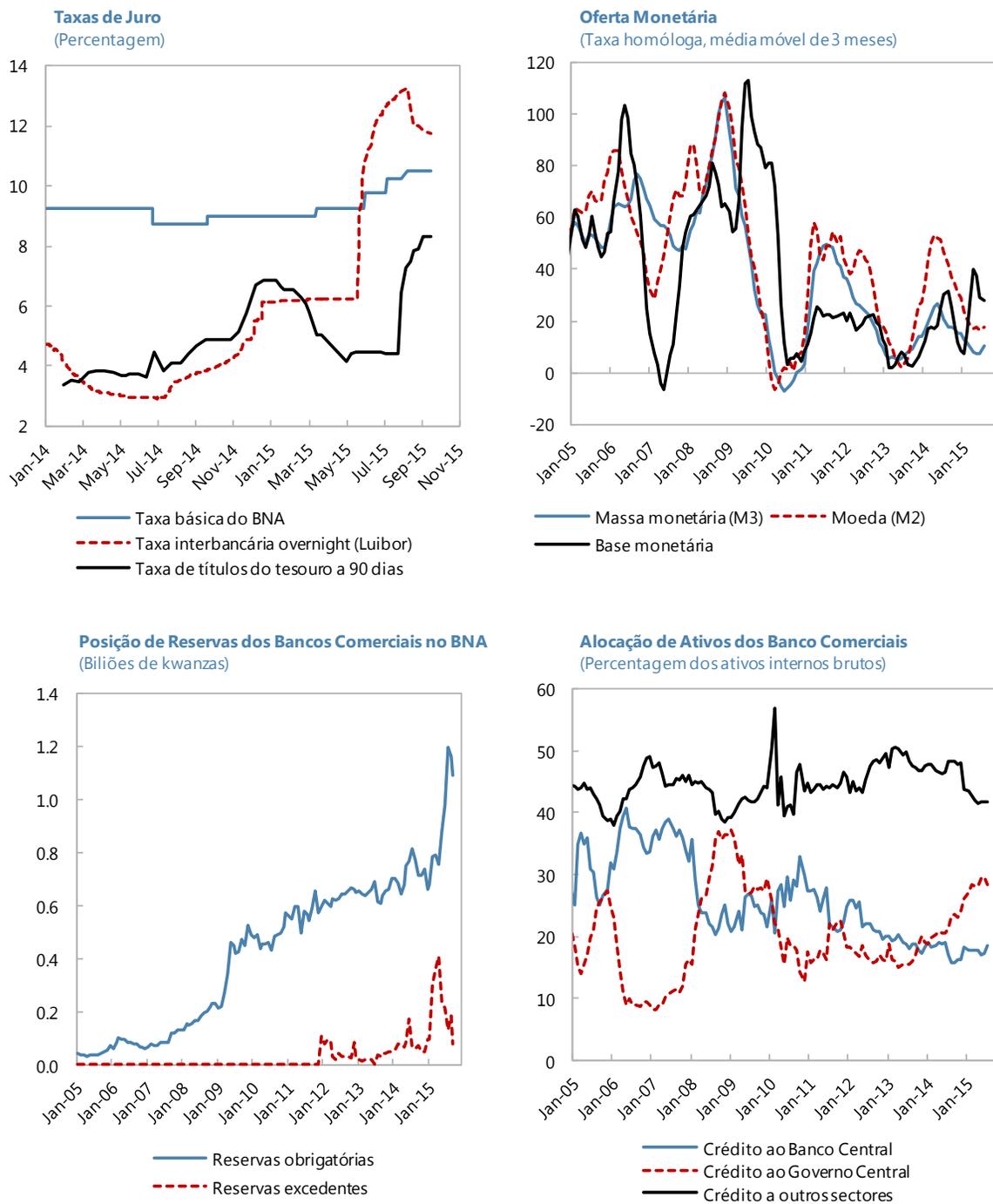
**Figura 1. Angola: Indicadores de Alta Frequência Seleccionados**



Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico do FMI.

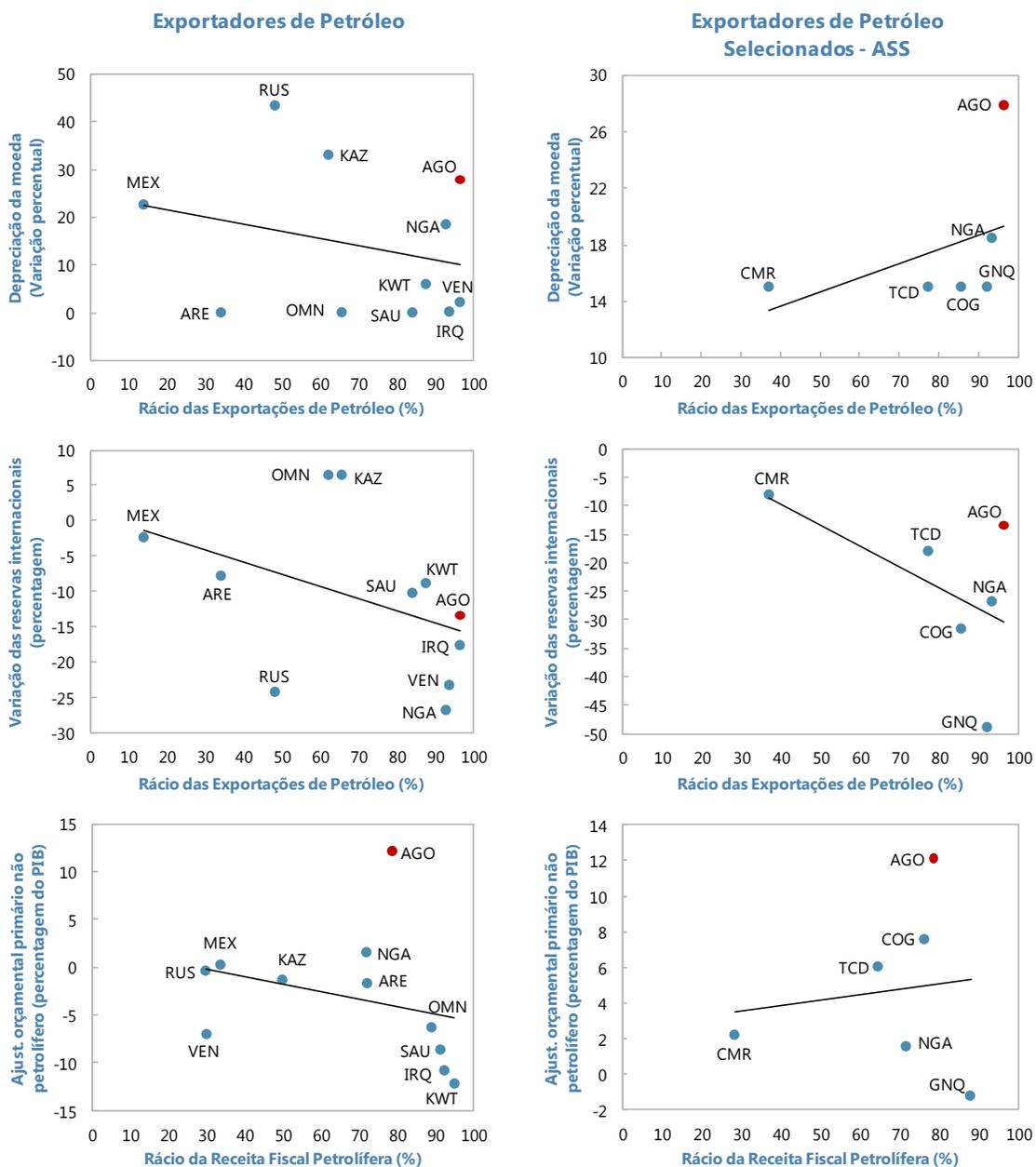
<sup>1</sup> Considera-se que o forte declínio em dezembro de 2014 refere-se ao cancelamento dos créditos do BESA que foram removidos da série.

**Figura 2. Angola: Indicadores Monetários Seleccionados, 2005-2015**



Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico do FMI.

**Figura 3. Angola: Projeções Orçamentais, Reservas Internacionais e Evolução da Taxa de Câmbio para Exportadores de Petróleo Seleccionados, 2014-2015<sup>1</sup>**



Fontes: Autoridades nacionais, Bloomberg e cálculos e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> O rácio das exportações de petróleo foi calculado como o rácio médio das exportações de petróleo em relação ao total das exportações de bens e serviços no período 2011-13. A depreciação da moeda foi calculada como a variação da taxa de câmbio entre a moeda do país e o USD entre agosto de 2014 e setembro de 2015. A variação nas reservas internacionais foi calculada como a variação nas reservas internacionais brutas em USD entre agosto de 2014 e os dados mais recentes. P. or exemplo, os dados mais recentes sobre Camarões, Chade, República do Congo e Guiné Equatorial referem-se a abril de 2015. O rácio da receita fiscal petrolífera foi calculado como o rácio médio entre a receita fiscal petrolífera e o total da receita fiscal no período 2011-13. O ajustamento orçamental primário não petrolífero foi calculado como a variação percentual do saldo orçamental primário não petrolífero (em pontos percentuais do PIB) entre as estimativas de 2014 e as projeções de 2015.

relativamente confortáveis. As perspetivas são de início de uma recuperação em 2017, mas existem riscos negativos significativos, incluindo de descida adicional dos preços do petróleo.

**12. Presumindo um preço do petróleo de USD 53 por barril, o corpo técnico projeta um défice orçamental global de 1,5% do PIB em 2016.** As receitas do petróleo deverão alcançar 15,5% do PIB, o que implica um aumento de apenas 1% do PIB por comparação com as projeções de 2015. Espera-se que as receitas não petrolíferas permaneçam constantes como percentagem do PIB não petrolífero, dado ser provável que as melhorias da administração tributária continuem a ser contrabalançadas pela diminuição das importações. Projeta-se que a despesa pública diminua 2% do PIB em 2016, principalmente devido à diminuição da massa salarial do sector público enquanto percentagem do PIB, o que reflete um congelamento dos salários nominais e das novas contratações. Embora se projete que o investimento público aumente para 7,5% do PIB, a formulação antecipada de um plano de financiamento externo será importante para evitar atrasos na implementação do programa de investimento público. O rácio dívida pública/PIB deverá diminuir para 53% em 2016.

**13. Espera-se que o crescimento do PIB não petrolífero acelere gradualmente no médio prazo alcançando 7% em 2020.** Isto reflete a expectativa de um ambiente de negócios melhorado, uma taxa de câmbio mais competitiva e a conclusão de projetos importantes, incluindo na agricultura e em infraestruturas. Contudo, a produção de petróleo deverá estabilizar em 1,85 milhões de barris por dia, com riscos negativos. Projeta-se que a inflação desça gradualmente e que o défice da balança corrente externa diminuirá devido a melhores preços do petróleo e à substituição de importações, em particular de produtos agrícolas e da indústria leve.

**14. Esta perspetiva de médio prazo, no entanto, apresenta os seus riscos.** Angola enfrenta o desafio de equilibrar as pressões de menores receitas do petróleo face aos níveis de 2010-13 e da procura elevada das muito necessárias melhorias da infraestrutura física do país e de capital humano, bem como de alívio da pobreza. Isto irá requerer um melhor equilíbrio entre a racionalização da despesa corrente e de capital, tornando a consolidação orçamental mais sustentável no médio prazo. A análise de sustentabilidade da dívida mostra que a dívida pública de Angola permanece sustentável mas, simultaneamente, é sensível a vários choques, incluindo ao preço internacional do petróleo, ao crescimento do PIB real e à taxa de câmbio.

**15. Os riscos negativos incluem preços do petróleo mais baixos, uma implementação desordenada dos cortes das despesas, continuação dos desequilíbrios no mercado cambial, atrasos na recapitalização dos bancos mais fracos e derrapagens na implementação de reformas estruturais** (Matriz de Avaliação do Risco). No curto prazo, os preços do petróleo mais baixos devem ser acompanhados por uma maior flexibilidade da taxa de câmbio e uma política monetária mais restritiva. A mitigação dos riscos de médio prazo requer melhorias no quadro orçamental e na diversificação económica.

**16. As repercussões da economia mundial em Angola são significativas, mas de Angola para o mundo ou para a economia regional são relativamente pequenas.** O principal canal de repercussões internas, conforme referido acima, é o preço internacional do petróleo tendo em conta

a forte dependência do petróleo para as receitas fiscais e as exportações. O choque do preço do petróleo está a afetar negativamente as contas orçamentais e externas, conduzindo a um abrandamento da economia. As repercussões de Angola para o mundo ou para a economia regional são relativamente pequenas. Embora, para Portugal, Angola seja o maior mercado de exportação fora da União Europeia e vários bancos portugueses estejam presentes no sistema bancário angolano através de *joint ventures* com investidores locais, a magnitude destes interesses continua relativamente pequena quando comparada à dimensão da economia portuguesa. Os fluxos comerciais e financeiros de Angola em África são ainda relativamente limitados.

### **Opinião das Autoridades**

**17. As autoridades concordam com o teor geral da avaliação do corpo técnico sobre as perspetivas e riscos.** No entanto, projetam um crescimento ligeiramente mais forte. Reconhecem o risco de uma inflação mais alta em 2015, mas têm tomado medidas para conter efeitos de segunda ordem sobre a inflação, decorrentes da necessária alteração em curso do preço relativo de bens transacionáveis e não transacionáveis. Embora a despesa pública tenha diminuído acentuadamente no primeiro semestre do ano, as autoridades esperam uma aceleração da execução dos projetos de investimento público no segundo semestre. As autoridades referiram que os preparativos para a emissão do eurobond estão avançados e que estão cientes das vantagens de cláusulas de ação coletiva. Concordaram com a importância de evitar um aumento generalizado dos salários no orçamento para 2016, mas consideram a necessidade de novas contratações nos sectores prioritários da educação e da saúde. Na sua opinião, tal poderá ser conciliado através da eliminação de trabalhadores “fantasma” na sequência da conclusão, em finais de 2015, do recenseamento biométrico em curso dos funcionários públicos, e através maiores receitas não petrolíferas. As autoridades concordam com a urgência de reestruturar e recapitalizar os bancos mais fracos e observaram que estão a ser tomadas medidas nesse sentido (ver a seguir).

**18. Abordar os desequilíbrios no mercado cambial é uma prioridade alta para as autoridades.** A este respeito, o BNA adotou uma política monetária mais restritiva e, após uma breve interrupção em julho/agosto, retomou a desvalorização do kwanza face ao dólar dos Estados Unidos. As autoridades salientaram, contudo, a importância de separar a procura legítima de moeda estrangeira da especulativa e observaram que a lista prioritária para o acesso a moeda estrangeira tem sido útil para a manutenção da segurança alimentar e da paz social em Angola.

**19. As autoridades concordaram com a análise de sustentabilidade da dívida do corpo técnico.** Consideram também necessária uma consolidação orçamental no médio prazo para reduzir os rácios dívida pública/PIB. Salientaram, todavia, a importância de distinguir entre dívida do Governo Central e dívida de empresas públicas, em particular, a da Sonangol, não garantida pelo Governo Central.

## DISCUSSÕES DE POLÍTICA ECONÓMICA

### A. Viver com Menores Receitas do Petróleo

**20. A racionalização da despesa e o aumento de receitas não petrolíferas serão essenciais para que o rácio dívida pública/PIB de Angola regresse, até 2020, aos níveis de 2013-14 e para conseguir, com o tempo, excedentes orçamentais estruturais de cerca de 1,5% do PIB, em consonância com o objetivo do governo de poupar parte da riqueza do petróleo para gerações futuras, ao mesmo tempo que mitiga os riscos orçamentais:**<sup>2</sup>

- *Racionalização da massa salarial pública.* O orçamento revisto para 2015 projeta que a massa salarial pública absorva mais de metade do total de receitas. A massa salarial pública, como percentagem do PIB, deve ser reduzida em 2016 para níveis consistentes com a nova realidade de receitas, mantendo-a inalterada em termos nominais face a níveis de 2015 e, no médio prazo, adotando-se ajustes salariais ao custo de vida com base na inflação projetada; aumentos dos salários reais devem ser alinhados com os ganhos de produtividade e indicadores de desempenho.
- *Aumento das receitas fiscais não petrolíferas.* Foram já realizados esforços significativos para reforçar a tributação não petrolífera, incluindo o alargamento da base tributária, para a criação de uma agência de administração tributária única; o reforço das inspeções fiscais e uma melhor aplicação da tributação de bens imóveis.<sup>3</sup> Estes esforços podem ser reforçados e um IVA introduzido. Se implementado corretamente e em devido tempo, um IVA poderá proporcionar uma fonte de receitas mais estável para o orçamento, reduzindo a dependência do orçamento da receita do petróleo e protegendo-o mais da volatilidade dessas receitas.
- *Melhoria da gestão do investimento público (GIM).* Tal pode ser alcançado através da melhoria da conformidade do processo de gestão do investimento público relativamente à legislação existente; dando prioridade e monitorizando a execução dos projetos; conduzindo avaliações *ex ante* e *ex post* dos projetos; e melhorando a capacidade técnica de avaliar, selecionar e monitorizar projetos.
- *Redução dos subsídios aos combustíveis com a melhoria simultânea da assistência social para os pobres.* Os preços internos do petróleo aumentaram três vezes desde setembro de 2014, o que conduziu à eliminação total dos subsídios à gasolina, asfalto e combustível óleo leve e pesado (Caixa 1). Na sequência da eliminação definitiva dos subsídios, deverá ser introduzido um

<sup>2</sup> Os principais riscos fiscais que Angola enfrenta são: (i) volatilidade dos preços do petróleo e, em menor medida, da produção de petróleo; (ii) choques macroeconómicos; (iii) previsão macroeconómica deficiente; (iv) fragilidades dos sistemas de gestão orçamental pública, incluindo controlo dos pagamentos da despesa; (v) subsídios à energia; (vi) potenciais atrasos das transferências das receitas do petróleo da SONANGOL para o Tesouro; e (vii) passivos contingentes de bancos e empresas públicos (ver Temas Seleccionados no [www.imf.org](http://www.imf.org)).

<sup>3</sup> O corpo técnico estima que a perda de receitas da base tributária reduzida e a existência de taxas reduzidas para determinados bens e serviços ascenda a 2,7% do PIB (ver Temas Seleccionados no [www.imf.org](http://www.imf.org)).

mecanismo automático de estabelecimento dos preços do petróleo para assegurar que os subsídios não regressem quando os preços internacionais do petróleo aumentarem. A intensificação do desenvolvimento de programas de assistência social para os pobres, em linha com os compromissos assumidos no âmbito do Financiamento de Política de Desenvolvimento (DPF) do Banco Mundial, será fundamental para proteger os mais vulneráveis dos efeitos de menores subsídios aos combustíveis.<sup>4</sup>

- *Formulação de um quadro fiscal de médio prazo (QFMP) melhorado e adoção de regras fiscais e de um fundo de estabilização fiscal em conformidade com o regresso do rácio dívida pública/PIB de Angola, até 2020, para níveis de 2013-14 e consecução, no longo prazo, de excedentes orçamentais estruturais de 1,5% do PIB.* Um QFMP melhorado centrado em regras de despesas e num fundo de estabilização fiscal bem concebido – com normas de depósito e levantamento mais flexíveis – contribuirá para atenuar a volatilidade das receitas do petróleo e ajudará a reduzir a pró-ciclicidade da despesa. Transferências adicionais aos fundos de petróleo existentes (Fundo Petrolífero e Fundo do Diferencial do Preço do Petróleo) podem ser suspensas em caso de défice orçamental global, uma vez que agrega necessidades brutas de financiamento. Atualmente, estes fundos só podem ser levantados em condições rigorosas e com a autorização do Presidente da República.

## Opinião das Autoridades

**21. As autoridades concordaram com as recomendações do corpo técnico de racionalizar a despesa e melhorar as receitas não petrolíferas.** As autoridades iniciaram um registo biométrico de funcionários públicos que conduzirá à eliminação de quaisquer trabalhadores “fantasma” da folha salarial. Consideraram existir grandes possibilidades para aumentar a tributação não petrolífera através de melhorias na administração tributária e introduziram, recentemente, impostos sobre os combustíveis. Concordaram que a adoção de um IVA no médio prazo seria útil. As autoridades salientaram que a melhoria da eficiência do investimento público é fundamental e observaram que já foram realizados progressos nesta matéria. Por exemplo, finalizaram e publicaram um manual para a avaliação de projetos, aprovaram e iniciaram a implementação de um decreto que permite a monitorização da execução física dos projetos e estão a avaliar os projetos de investimento público em fase de preparação para avaliar aqueles que não estejam em conformidade com a legislação. As autoridades continuam empenhadas em prosseguir com a reforma dos subsídios, incluindo à eletricidade, ao mesmo tempo que alargam a assistência social para os pobres. Concordaram também com a necessidade de um fundo de estabilização adequado e observaram que, em 2016, pretendem introduzir nova legislação para suspender as transferências para fundos de petróleo existentes em caso de um défice orçamental global.

<sup>4</sup> O Financiamento de Política de Desenvolvimento do Banco Mundial (DPF, USD 450 milhões de financiamento e USD 200 milhões em garantias de crédito) para Angola – aprovado em 30 de junho de 2015 – prevê ações para a introdução de regras fiscais, a melhoria da eficiência da gestão do investimento público e o desenvolvimento de transferências sociais para os pobres.

### Caixa 1. Angola: Reforma dos Subsídios aos Combustíveis em Angola

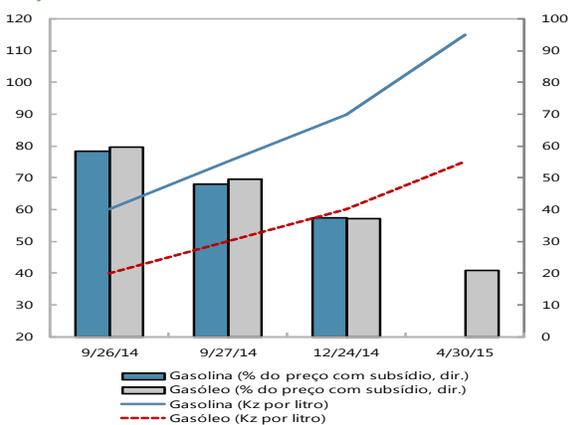
À luz do aumento dos subsídios aos combustíveis, o governo iniciou uma reforma ousada dos subsídios desde setembro de 2014. Os subsídios aos combustíveis ascendiam a 5,9% do PIB em 2013 e projeta-se que se situem em 2% do PIB em 2015, sendo cerca de 40% desta diminuição explicada pelos preços domésticos do petróleo mais elevados. A descida dos preços internacionais do petróleo em conjunto com três aumentos dos preços domésticos do petróleo conduziram à eliminação dos subsídios ao asfalto, óleo combustível leve e pesado e gasolina. O gásóleo, o GLP e o petróleo iluminante são ainda subsidiados embora em níveis muito inferiores ao passado recente. Os aumentos acumulados do preço da gasolina e do gásóleo no posto de serviço estão a provocar uma utilização mais eficiente destes produtos. O consumo de gasolina diminuiu 10% no segundo trimestre de 2015 por comparação com o mesmo período do ano passado, ao passo que o consumo de gásóleo desceu 1%.

A maioria dos subsídios aos combustíveis beneficia as famílias de rendimento superior. Os 40% de famílias mais ricas recebem 77% dos subsídios aos combustíveis, ao passo que somente 10% beneficiam os 40% das famílias mais pobres. A distorção era mais acentuada no caso da gasolina, dado que os 20% das famílias mais pobres recebiam menos de 1% do subsídio. Por outro lado, o petróleo iluminante é largamente consumido pelos pobres; os 20% das famílias mais pobres receberam 51% do subsídio. De todo o modo, embora os pobres consumam menos combustíveis em termos absolutos, a supressão dos subsídios terá um impacto negativo para o seu bem-estar uma vez que gastam uma quota mais elevada do seu orçamento total nestes produtos. A eliminação dos subsídios aos combustíveis representa uma diminuição de 9% nos rendimentos reais (impacto direto e indireto) dos 20% das famílias mais pobres.<sup>1</sup>

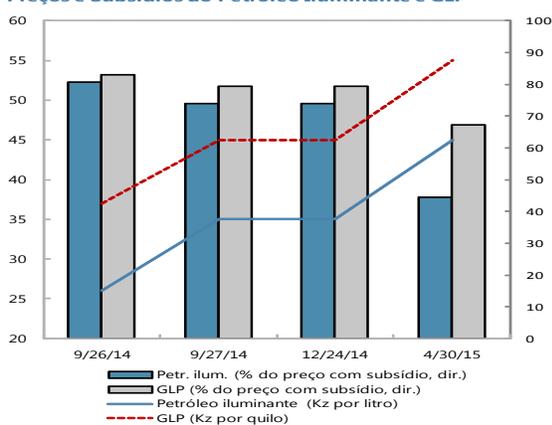
As autoridades pretendem continuar a reduzir os subsídios aos combustíveis ao mesmo tempo que melhoram a assistência social aos pobres. Planeiam eliminar os subsídios até 2020 em consonância com as recomendações de assistência técnica do FMI. Simultaneamente, o governo está a alargar o seu programa de transferências sociais incondicionais (*Cartão Kikua*) para os pobres a uma sexta província com a assistência técnica do Banco Mundial. Um total de 50.000 famílias já recebeu os cartões Kikua (uma bolsa mensal de Kw 10.000 ou o equivalente a USD 75) para adquirir produtos alimentares, insumos agrícolas e outros bens de primeira necessidade em lojas Kikua e outras lojas aderentes. As autoridades esperam distribuir 90.000 cartões Kikua adicionais até ao final do ano. O Banco Mundial está a apoiar a implementação do orçamento familiar nacional, o inquérito de rendimento e emprego para avaliar o resultado das metas do programa em 2016. Além disso, ajudará a preparar um mapa de pobreza detalhado e apoiará as autoridades a centralizarem todos os programas sociais num registo único para facilitar a monitorização e a avaliação. Adicionalmente e com o apoio da UE, as autoridades pretendem melhorar a proteção dos mais vulneráveis, incluindo prestações a famílias com crianças com menos de 5 anos, e alargar posteriormente este programa para incluir pensões destinadas a idosos e deficientes.

#### Angola: Preços dos Combustíveis e Subsídios

Preços e Subsídios da Gasolina e do Gásóleo



Preços e Subsídios do Petróleo Iluminante e GLP



<sup>1</sup> A Reforma dos Subsídios aos Combustíveis de Angola: o Caminho a Seguir, FMI, 2014.

## B. Melhoria do Quadro de Política Monetária e Fortalecimento da Estabilidade Financeira

**22. As políticas monetária e cambiária devem desempenhar um papel central no reequilíbrio do mercado cambial.** Tendo em conta o nível ainda elevado de dolarização da economia, os maiores desequilíbrios no mercado cambial, se não forem abordados, poderão conduzir a um ajuste desordenado da taxa de câmbio, a uma aceleração acentuada da inflação e a perdas nos bancos (Caixa 2).<sup>5</sup> A abordagem desta questão insta a uma solução holística que inclua uma depreciação adicional do kwanza, a utilização moderada das reservas internacionais para atenuar a depreciação e uma política monetária mais restritiva apoiada por um ajuste fiscal para conter os efeitos da moeda mais fraca para a inflação. A política monetária deve visar uma redução significativa do excesso de liquidez no sistema bancário através da retoma de operações de mercado aberto, ao mesmo tempo que impulsiona as taxas de juro de bilhetes do Tesouro denominados em kwanzas para território positivo em termos reais. A adoção desta solução holística permitirá a eliminação da lista prioritária para o acesso a moeda estrangeira à taxa oficial. O BNA deve também trabalhar em estreita colaboração com os bancos que enfrentam problemas de liquidez num plano para reduzir e, eventualmente, eliminar as suas necessidades de liquidez.

**23. O BNA necessita de adotar uma âncora de política monetária clara e deve, cada vez mais, fundamentar as suas decisões de política monetária na evolução dos agregados monetários num intervalo consistente com o seu objetivo de inflação.** Desde setembro de 2014, altura em que o BNA abandonou efetivamente a taxa de câmbio nominal como âncora *de facto* da política monetária, ele ainda não adotou uma âncora alternativa. Existe um risco de as suas ações parecerem *ad hoc*, minando a credibilidade do BNA e aumentando potencialmente as expectativas de inflação. É, por conseguinte, fundamental, num ambiente de taxas de câmbio mais flexíveis, que o BNA fundamente cada vez mais as suas decisões de política monetária na evolução dos agregados monetários num intervalo consistente com o seu objetivo de inflação. Neste contexto e para alcançar este objetivo, é importante melhorar as ferramentas de previsão da inflação e de gestão da liquidez. A transmissão de política monetária em Angola permanece limitada.<sup>6</sup> Por conseguinte, o reforço dos instrumentos de política monetária do BNA, que permita um controlo efetivo da liquidez e desenvolva um histórico de cumprimento da meta monetária de reserva operacional, é fundamental.

<sup>5</sup> O corpo técnico estima que o impacto negativo de 50% de desvalorização cambiária sobre o capital do sistema bancário seja de cerca de 4% do PIB. Embora os bancos disponham, em geral, de bastantes dólares americanos e o seu balanço pudesse beneficiar assim de uma desvalorização do kwanza, também se assistiria a um aumento dos créditos mal parados de empréstimos denominados em moeda estrangeira.

<sup>6</sup> Se bem que as alterações da taxa de juro diretora sejam transmitidas às taxas de juro overnight (Luibor) e de depósito bancário, a velocidade de ajuste é baixa (ver Temas Seleccionados no [www.imf.org](http://www.imf.org)).

### Caixa 2. Angola: Transmissão da Taxa de Câmbio em Angola

A estabilidade da taxa de câmbio foi uma característica-chave da estratégia de desinflação em Angola em 2010-14. No entanto, o kwanza depreciou-se em quase 30% nos últimos 12 meses, dado que os preços do petróleo significativamente mais baixos reduziram a disponibilização de moeda estrangeira no país.

A avaliação da transmissão da taxa de câmbio à inflação é importante para ajudar os decisores políticos na conceção das políticas monetária e cambial. Para Angola, o corpo técnico estimou os efeitos de transmissão da taxa de câmbio à inflação dos preços no consumidor com ênfase na evolução da transmissão ao longo do tempo.

Foi aplicado um modelo de vetores de correção de erros ao índice de preços no consumidor (IPC), taxa de câmbio efetiva nominal (TCEN), pauta ponderada de preços de exportação dos principais países de origem das importações, controlo de preços internacionais de alimentos e do petróleo, bem como a brecha de produção (*output gap*) de Angola. As relações de longo e curto prazo entre estas variáveis foram avaliadas usando dados mensais de maio de 2005 a abril de 2015.

No longo prazo, existe um impacto negativo da TCEN sobre o IPC, com um impacto mais fraco nos anos mais recentes refletindo, provavelmente, a desdolarização da economia. Mais especificamente, uma diminuição de 1% da TCEN conduz a um aumento do IPC de 0,63% em 2005-2010. No entanto, o efeito diminuiu ao longo do tempo, para 0,49% em 2008-2015 e 0,34% em 2011-2015.

**24. A implementação dos planos de reestruturação e recapitalização dos bancos mais fracos tem de ser acelerada.** Atrasar indevidamente a resolução relativa a bancos problemáticos pode conduzir à falência desordenada de bancos com potenciais efeitos em cadeia para o resto do sistema bancário e a economia, em conjunto com elevados custos para o Tesouro. Além disso, a realização de testes de stress rigorosos com cenários adversos suficientes (por exemplo, 50% de desvalorização e crescimento zero) para detetar antecipadamente bancos potencialmente fracos pode ser muito útil.

**25. O aprofundamento do sector financeiro ajudaria a estimular o crescimento económico.** As autoridades fizeram bons progressos na implementação das recomendações do Programa de Avaliação do Sector Financeiro 2012 (FSAP), em especial, relativas a governança, supervisão e mecanismo de resolução. Entre outros, a Lei das Instituições Financeiras, recentemente aprovada, estabeleceu a criação de um Fundo de Garantia de Depósito, o Fundo de Resolução Bancária e um Conselho Nacional de Estabilidade Financeira interinstitucional.<sup>7</sup> No entanto, ainda é necessário fazer mais no que se refere a medidas de prevenção de crise, tais como a Facilidade de Liquidez de Emergência e planeamento de contingência.<sup>8</sup> Entretanto, os mercados de capitais de Angola, em

<sup>7</sup> O BNA está a preparar regulamentos de apoio para definir os respetivos pormenores.

<sup>8</sup> O Banco Mundial planeia prestar assistência técnica nesta área.

conjunto com os seus fundos de seguros e de pensões, são ainda pequenos e o seu desenvolvimento apresenta um grande potencial para apoiar o crescimento económico, fornecendo opções alternativas de poupança de longo prazo e fontes de financiamento. A este respeito, foi dado um passo importante com o lançamento da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) no final do ano passado. A Comissão do Mercado de Capitais (CMC), em conjunto com o Ministério das Finanças, está atualmente a preparar um quadro regulamentar das transações no mercado secundário de obrigações de dívida pública.

**26. As autoridades realizaram progressos no reforço do quadro de combate ao branqueamento de capitais e de repressão ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) do país.**

Foi adotada uma Lei sobre a Criminalização das Infrações Subjacentes ao Branqueamento de Capitais e criada uma Unidade de Informação Financeira (UIF), admitida como membro do Grupo de Egmont. O Grupo de Ação Financeira (GAFI) avaliará, em breve, a recentemente aprovada Lei do Auxílio Judiciário Mútuo e decidirá se esta lei aborda as deficiências da legislação anterior. Isto em conjunto com a demonstração da implementação efetiva do plano de ação acordado com o GAFI abrirá o caminho para a retirada de Angola da lista cinzenta do GAFI.

**27. Angola introduziu novas medidas cambiais que podem ser sujeitas a aprovação ao abrigo do Artigo VIII, Secções 2(a) e 3.** Incluem: (i) a lista prioritária para acesso a dólares americanos à taxa de câmbio oficial; e (ii) um imposto especial sobre as transferências para não residentes no âmbito de contratos de assistência técnica estrangeira ou serviços de gestão. O corpo técnico está atualmente a avaliar as implicações de jurisdição destas medidas e do elevado diferencial entre taxas de câmbio dos mercados paralelo e oficial. Simultaneamente e com a adoção da nova lei do investimento privado, as autoridades eliminaram com sucesso uma restrição cambial decorrente dos limites das remessas de dividendos e de lucros de investimentos estrangeiros.

### Opinião das Autoridades

**28. As autoridades concordaram com a análise e as recomendações do corpo técnico.**

Acolheram bem a proposta do corpo técnico de reequilibrar o mercado cambial e, em setembro, a taxa de câmbio oficial foi desvalorizada novamente e a política monetária tornou-se mais restritiva. As autoridades também reconheceram a importância de melhorar a previsão da inflação e a gestão da liquidez para ajudar a alcançar agregados monetários enquanto âncora de política e solicitaram assistência técnica do FMI nestas áreas. Salientaram a importância de continuar a desenvolver os seus mercado de capitais, e reiteraram o seu total compromisso em reforçar o quadro de CBC/FT e, na medida em que as circunstâncias o permitam, eliminar as restrições ao abrigo do Artigo VIII.

## C. Promoção da Diversificação Económica e Competitividade

**29. A necessidade de diversificação económica tornou-se ainda mais evidente à luz da descida significativa e da maior volatilidade dos preços internacionais do petróleo desde meados de 2014.** Uma economia mais diversificada protegeria melhor a economia das flutuações dos preços do petróleo e tornaria o crescimento mais inclusivo. O Programa Investe Angola, lançado em janeiro de 2013, é a peça-chave da política do governo de fomento à produção interna, com

foco nas pequenas e médias empresas (PME), reduzindo os custos e obstáculos administrativos, incluindo para a constituição de novas empresas. Além disso, foi aprovada nova legislação para fomentar o sector privado, incluindo: (i) a Lei da Simplificação do Processo de Constituição de Sociedades Comerciais, que procura reduzir a burocracia e facilitar o processo de constituição das empresas; (ii) a nova Lei do Investimento Privado (Caixa 3); e (iii) a nova Lei do Trabalho, que visa promover a criação de emprego e a formalidade do mercado de trabalho, aumentando a flexibilidade laboral para as PME.<sup>9</sup> Além disso, o governo está a rever a Lei da Eletricidade para promover a participação do sector privado na geração, transmissão e distribuição de eletricidade com a assistência do BAD. Trata-se de um passo importante uma vez que o fornecimento de eletricidade constitui um dos principais estrangulamentos em termos de infraestruturas em Angola. Adicionalmente, é possível procurar um maior envolvimento do sector privado para a eliminação de estrangulamentos e o apoio à diversificação económica através de concessões e PPP, ao mesmo tempo que se gerem os riscos fiscais.

**30. Além disso, as autoridades estão a implementar reformas para reduzir a pobreza e a desigualdade.** Estão a alargar o seu programa de transferências sociais incondicionais e a lançar um novo programa para melhorar a proteção aos mais vulneráveis. Será importante assegurar uma coordenação cuidadosa e a eventual fusão de programas sociais diferentes para evitar a sobreposição, cortar despesas gerais e aumentar as sinergias entre os programas. Igualmente, a despesa social deverá ser preservada no futuro orçamento anual para proteger, tanto quanto possível, os pobres dos efeitos do choque do preço do petróleo.

### Caixa 3. Nova Lei do Investimento Privado de Angola

Em 11 de agosto de 2015, Angola aprovou uma nova lei do investimento privado que visa reduzir a burocracia e simplificar o processo de tomada de decisões do investimento privado. As principais alterações incluem:

- Redução do montante necessário para os investidores nacionais privados se beneficiarem de incentivos fiscais de USD 1 milhão para USD 500.000, ao passo que para estrangeiros, o montante mínimo permanece em USD 1 milhão.
- Os incentivos fiscais dependem de determinados critérios: número de empregos criados, valor do investimento, localização, sector económico, total destinado às exportações, quota de investidores nacionais e valor acrescentado.
- Requisito mínimo de 35% de participação de investidores nacionais para os estrangeiros investirem em sectores estratégicos, tais como eletricidade e água, hotéis e turismo, transportes e logística, construção, telecomunicações e tecnologia de informação.
- A aprovação de investimentos até USD 10 milhões é agora da competência do respetivo ministro sectorial e não da Agência Nacional para o Investimento Privado.
- Os investimentos superiores a USD 10 milhões continuam a necessitar da aprovação do Presidente da República.
- Autorização de repatriação de capital para qualquer montante de investimento (anteriormente o limite de repatriação era de USD 1 milhão).

<sup>9</sup> Algumas alterações incluem (i) recurso a contratos a prazo para períodos mais longos, com o aumento da duração máxima para até 10 anos, comparativamente aos anteriores 36 meses; e (ii) redução das horas extraordinárias, bem como dos custos de contratação e de despedimento para as PME.

**31. Os modelos empíricos sugerem que a taxa de câmbio efetiva real poderia estar sobrevalorizada em 10%-30%** (Apêndice I). A magnitude estimada da sobrevalorização depende da abordagem específica empregada; os intervalos de confiança são em geral grandes e não se pode descartar a possibilidade de subvalorização. Ainda assim, as estimativas pontuais das três abordagens indicam sobrevalorização. Os indicadores de competitividade não relacionados aos preços, tais como o Índice de Facilidade de Fazer Negócio do Banco Mundial, apoiam a conclusão de sobrevalorização.

**32. Para restaurar a competitividade é preciso abordar uma vasta gama de constrangimentos estruturais.** Se bem que a flexibilização da taxa de câmbio possa contribuir para uma melhor competitividade, a transmissão ainda elevada da taxa de câmbio para a inflação em Angola limita o quanto a depreciação nominal pode afetar a taxa de câmbio real no longo prazo. As políticas mais eficazes para abordar a sobrevalorização da moeda são as que buscam melhorar a infraestrutura física e o capital humano do país e atacar os problemas estruturais que afetam a competitividade, como deficiências no estado de direito e fragilidades no cumprimento de contratos.

### Opinião das Autoridades

**33. As autoridades estão confiantes em que as medidas que estão a ser tomadas para modernizar a infraestrutura do país, melhorar o seu capital humano e fortalecer o ambiente de negócios conduzirão à diversificação da economia, tornando o crescimento mais inclusivo.** Esperam que as reformas recentemente implementadas e futuras contribuam para uma melhoria, já em 2016, da classificação de Angola no Inquérito de Facilidade de Fazer Negócio do Banco Mundial. Planeiam igualmente agilizar os procedimentos e o tempo de emissão dos vistos de trabalho. As autoridades concordam que as concessões e PPP podem desempenhar um papel mais relevante no ambiente atual e estão a explorar estas opções. Estão também a considerar a reestruturação ou privatização de empresas públicas deficitárias para ajudar a aumentar a sua produtividade e reduzir o custo orçamental para o Tesouro. Salientaram a necessidade de acelerar e aprofundar as reformas para melhorar a produtividade e abordar a sobrevalorização da moeda, mantendo as reservas internacionais num nível adequado no longo prazo.

### D. Questões Relativas aos Dados

**34. A compilação e disseminação de dados económicos são essenciais para a formulação de políticas e o desenvolvimento de negócios e revestem-se de uma prioridade elevada.** A publicação do INE de contas nacionais anuais para 2002-13 e o recenseamento demográfico de 2014 constituem um marco importante, à semelhança das contas nacionais trimestrais e dos inquéritos às famílias, agrícolas e de múltiplos indicadores de saúde que estão em andamento. Seria essencial publicar atempadamente dados orçamentais abrangentes e alargar a cobertura da balança de pagamentos.

## AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

**35. A economia angolana tem sido gravemente afetada pela acentuada descida dos preços do petróleo desde meados de 2014.** Uma reação de políticas mais atempada e um nível

confortável de reservas internacionais permitiram à economia resistir melhor às consequências de preços do petróleo mais baixos do que na crise global de 2008-09. No entanto, representando o petróleo mais de 95% das exportações e cerca de 75% das receitas fiscais, e sendo a expectativa de descida dos preços do petróleo, em grande medida, permanente, os desenvolvimentos recentes sublinham a importância de promover a diversificação económica, preservando a estabilidade macroeconómica e avançando com uma agenda de reforma estrutural ambiciosa.

**36. Os riscos das perspetivas a curto prazo são negativos.** Existe um risco considerável negativo para o crescimento, decorrente dos efeitos de preços do petróleo mais baixos. Além disso, uma implementação desordenada dos cortes da despesa, desequilíbrios prolongados no mercado cambial, atrasos na recapitalização dos bancos mais fracos e derrapagens na implementação de reformas estruturais poderiam prolongar e perturbar a tão necessária transição da economia de preços do petróleo elevados para baixos.

**37. A reação atempada do governo à descida dos preços do petróleo através da revisão do orçamento para 2015 permitirá a diminuição do défice do governo central para 3,5% do PIB face a 6,5% do PIB no ano passado.** Contudo, projeta-se que, até o final de 2015, a dívida pública aumente significativamente para 57,4% do PIB, dos quais 14,7% do PIB correspondem à Sonangol, e atrasados de pagamentos internos ressurgiram. A regularização desses atrasados e, com o tempo, a inversão deste acentuado aumento da dívida serão críticos. O orçamento para 2016 deve basear-se num pressuposto de preços do petróleo conservador e visar a proteção das despesas com assistência social e infraestrutura crítica, preservando a disciplina fiscal, uma vez que é improvável uma recuperação dos preços do petróleo no curto prazo. Será fundamental manter a massa salarial inalterada em termos nominais em 2016 face aos níveis de 2015.

**38. No contexto de receitas do petróleo mais limitadas, a racionalização da despesa e melhores receitas não petrolíferas serão essenciais.** Os défices orçamentais devem ser gradualmente reduzidos e, ao longo do tempo, excedentes orçamentais estruturais de cerca de 1,5% do PIB ao ano devem ser concretizados para restaurar a margem de manobra das políticas e assegurar que parte da riqueza petrolífera de Angola seja poupada para gerações futuras. Tal pode ser conseguido se forem realizados esforços concertados para a contenção do crescimento da massa salarial, a reforma da administração tributária, a simplificação dos incentivos fiscais, a melhoria da qualidade do investimento público, a eliminação dos subsídios aos combustíveis, em simultâneo com o alargamento de assistência social para os pobres. Em termos prospetivos, deve ser implementado um IVA.

**39. As políticas monetária e cambiária devem desempenhar um papel central no reequilíbrio do mercado cambial.** O BNA restringiu, adequadamente, as condições de liquidez, aumentando a sua taxa de juro diretora e os requisitos de reservas obrigatórias dos bancos. Até ao

momento, as intervenções no mercado cambial permitiram uma depreciação gradual do kwanza. No entanto, um diferencial volátil e abrangente entre as taxas de câmbio dos mercados paralelo e oficial constitui um indicador de que ainda existem desequilíbrios no mercado. Se não for abordado, é provável que isto enfraqueça a taxa de câmbio oficial enquanto base para a formação dos preços e expectativas de inflação, e conduza a uma má alocação de recursos na economia. A abordagem deste desequilíbrio insta a uma depreciação adicional do kwanza, à utilização moderada das reservas internacionais para atenuar a depreciação e a uma política monetária mais restritiva apoiada por um ajuste fiscal para conter os efeitos da moeda mais fraca na inflação.

**40. A preservação da saúde do sector bancário é fundamental para, ao longo do tempo, permitir a recuperação da economia do abrandamento atual.** O BNA centrou apropriadamente os seus esforços no reforço da supervisão bancária. Contudo, não devem ser poupados esforços para garantir que todos os bancos cumpram os requisitos regulamentares, em especial, no que se refere a capitalização e liquidez. A este respeito, a implementação dos planos de reestruturação e recapitalização dos bancos mais fracos pelos seus proprietários tem de ser acelerada.

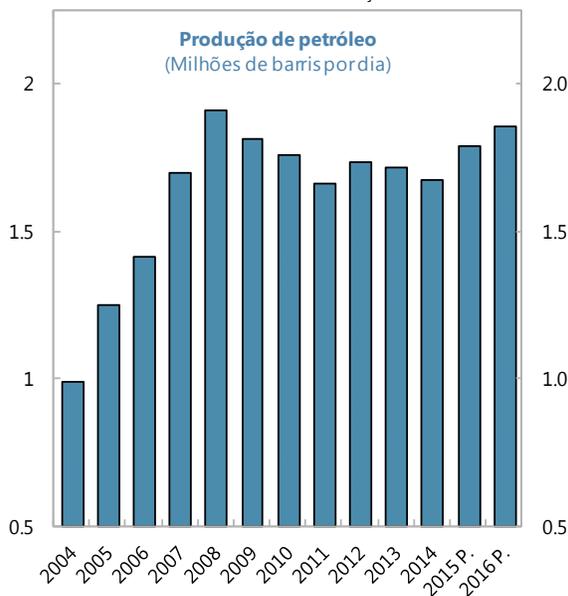
**41. A diversificação económica é crucial para o futuro de Angola.** Depois de usufruir dos benefícios dos preços internacionais do petróleo superiores a USD 90 por barril durante quase quatro anos consecutivos, a economia necessitará de tempo para se ajustar a preços inferiores. A agenda de reforma das autoridades aborda uma série de limitações à diversificação económica através da melhoria do mercado de trabalho, da promoção do investimento privado, da redução da burocracia e da simplificação do processo de constituição de empresas, da redução do tempo para obter um visto de trabalho e da melhoria de infraestruturas, em particular, no sector dos transportes e da eletricidade. A implementação destas iniciativas será fundamental para melhorar a competitividade tornando, simultaneamente, o crescimento mais inclusivo.

**42. Os dados macroeconómicos de Angola são basicamente apropriados para fins de monitoramento.** Foram realizados progressos na melhoria da compilação e disseminação de estatísticas, mas ainda é preciso colmatar algumas lacunas, sobretudo na produção de indicadores de alta frequência da atividade económica, de contas públicas mais detalhadas e atempadas e na atualidade e cobertura da balança de pagamentos.

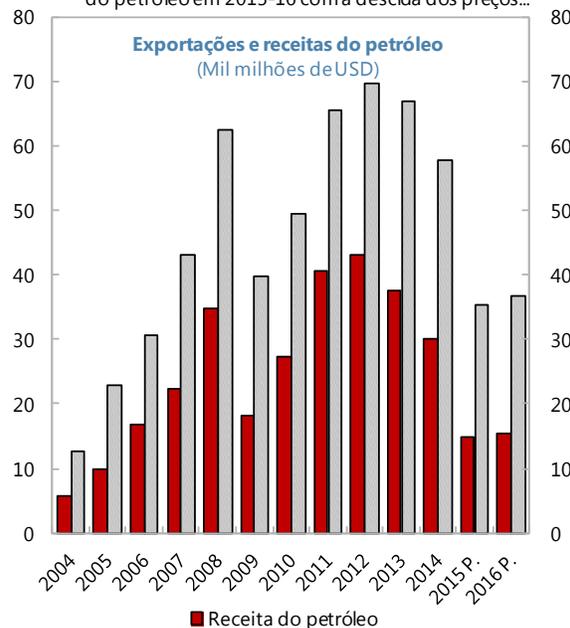
**43. O corpo técnico recomenda que a próxima consulta a Angola ao abrigo do Artigo IV seja realizada no ciclo normal de doze meses.**

**Figura 4. Angola: Evolução Orçamental, 2004-16**

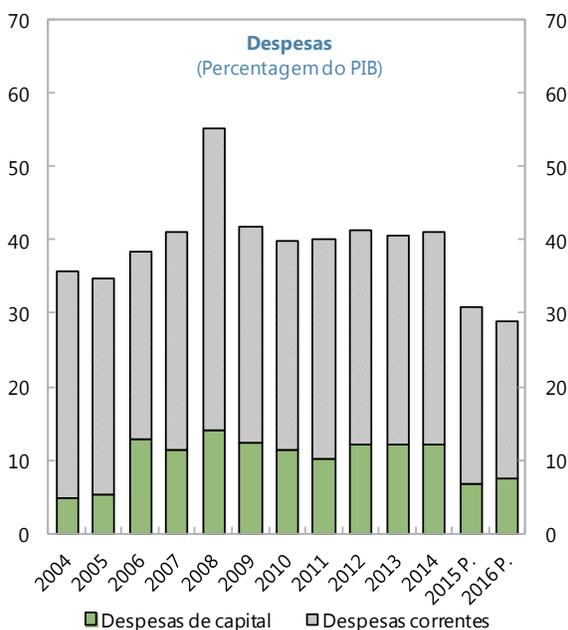
A produção de petróleo se recuperou após a conclusão das obras de manutenção em 2014.



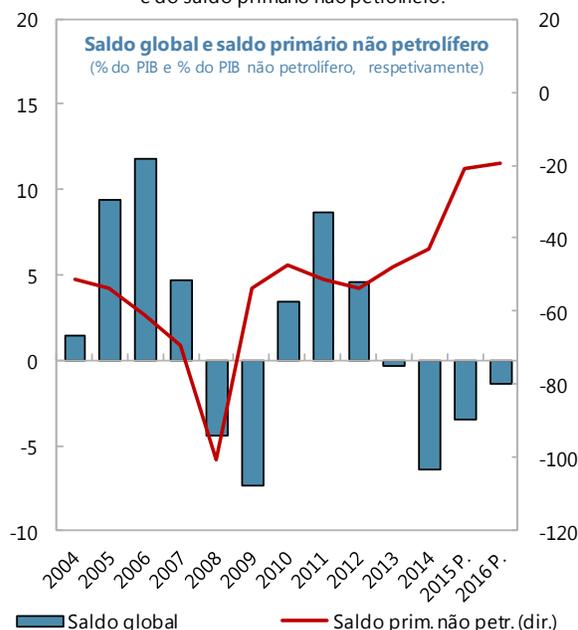
Prevê-se uma forte queda das exportações e receitas do petróleo em 2015-16 com a descida dos preços...



... o que provocará cortes profundos dos gastos.



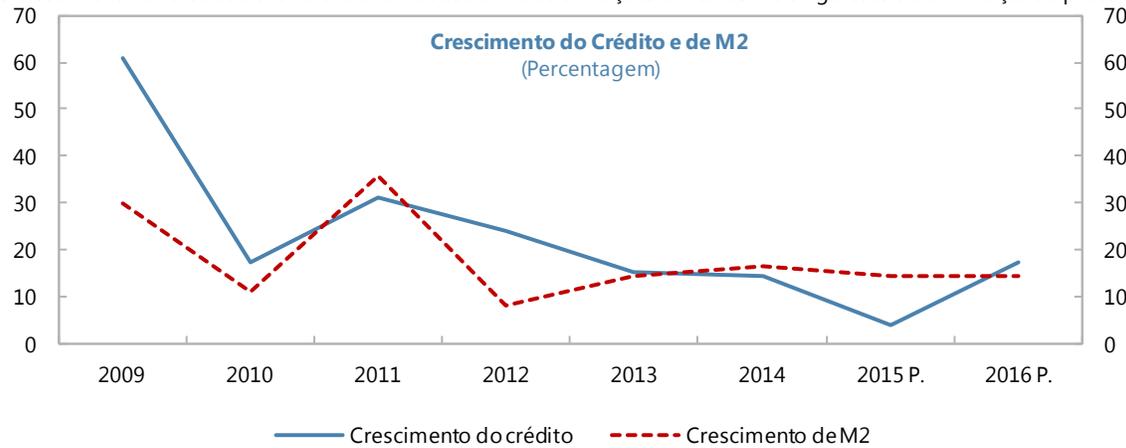
Com uma consequente melhoria do défice orçamental e do saldo primário não petrolífero.



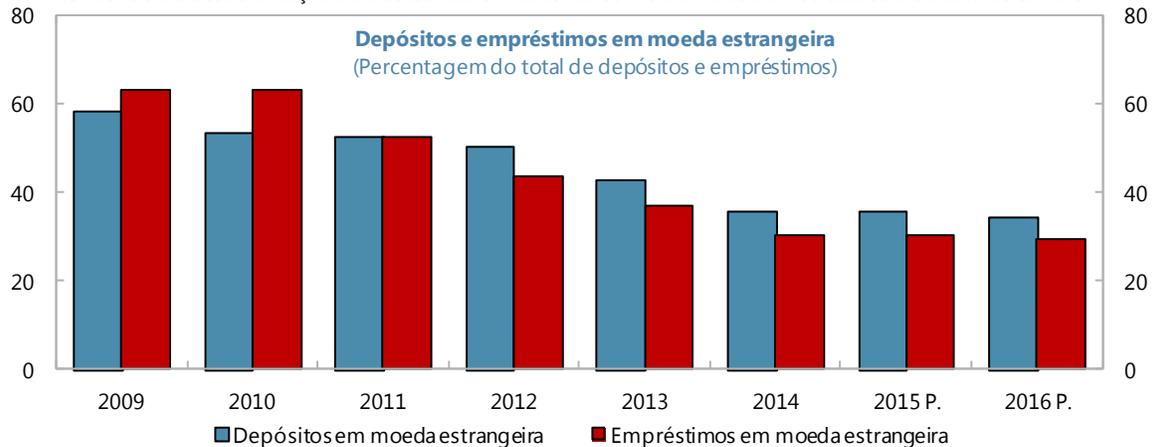
Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

**Figura 5. Angola: Evolução Monetária, 2009-16**

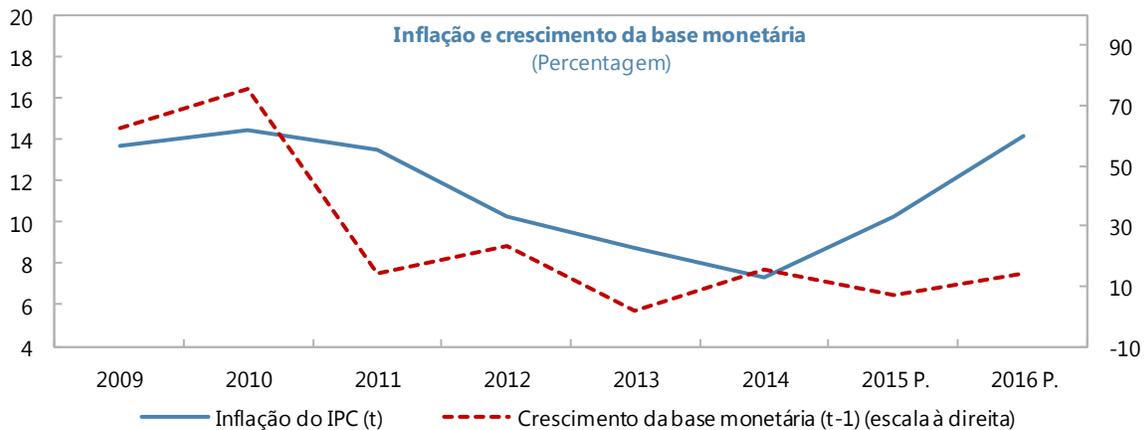
O crescimento do crédito deve abrandar em 2015 devido às condições bancárias mais rigorosas e à diminuição da procura.



A tendência de desdolarização deve estabilizar em 2015-16 com o aumento da incerteza sobre a taxa de câmbio.



O crescimento da BM será brando com o aperto da política monetária, mas a inflação deve subir com o câmbio mais fraco.

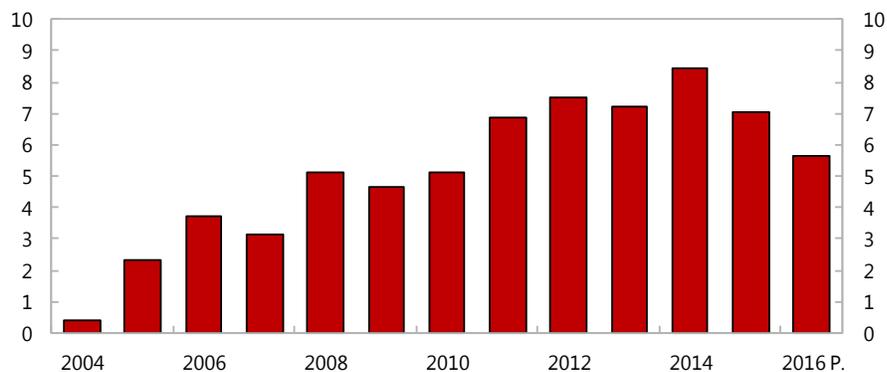


Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico do FMI.

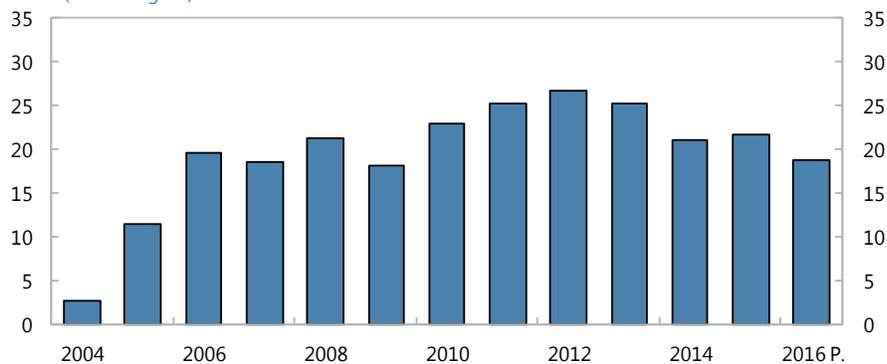
**Figura 6. Angola: Evolução do Sector Externo, 2004-16**

As reservas em divisas devem declinar gradativamente para atenuar a depreciação da moeda.

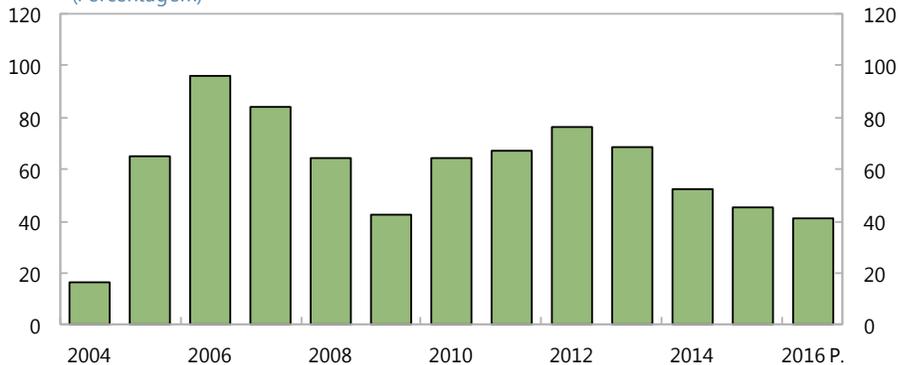
**Reservas em relação aos meses de importação do próximo ano**



**Reservas em relação ao PIB (Porcentagem)**



**Reservas em relação a M2 (Porcentagem)**



Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico do FMI.

**Figura 7. Angola: Matriz de Avaliação do Risco (Junho de 2015)<sup>1</sup>**  
**Possíveis Desvios em Relação ao Cenário de Base**

Fonte de Riscos	Probabil. Relativa	Prazo	Impacto em Angola	Reação de Política
<b>Desequilíbrios persistentes no mercado cambial</b> , com uma procura muito superior à oferta.	Média	Curto prazo	Alto	<p>Maior flexibilidade cambial e aperto da política monetária, com uso moderado de reservas internacionais para atenuar a depreciação.</p> <p>Submeter os bancos a testes de stress com cenários adversos apropriados e elaborar planos de contingências para possíveis falências de bancos.</p>
<b>Dificuldades para executar na sua totalidade o orçamento aprovado para 2015.</b>	Média	Curto prazo	Alto	<p>Monitorizar atentamente a execução do orçamento para evitar a recorrência da acumulação de atrasados de pagamentos internos.</p> <p>Maior flexibilidade cambial e aperto da política monetária.</p>
<b>Interrupção do processo de reconciliação do fluxo de receitas petrolíferas</b> , com atrasos nas transferências dos impostos petrolíferos da Sonangol para o Tesouro.	Média	Curto prazo	Médio	Assegurar a transferência imediata dos impostos petrolíferos da Sonangol para o Tesouro, com a publicação atempada dos relatórios de reconciliação correspondentes.
<p><b>Condições financeiras mundiais mais restritas ou mais voláteis:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Ajustamento significativo dos preços dos ativos e descompressão dos diferenciais de crédito</b>, à medida que os investidores reavaliam os riscos subjacentes e reagem a mudanças imprevistas nas perspectivas de crescimento, na trajetória da taxa diretora da Reserva Federal e nos aumentos dos prémios de prazo nos EUA, com a baixa liquidez de mercado a exacerbar o efeito sobre a volatilidade.</li> <li>• <b>Dólar persistentemente forte</b>. A melhoria das perspectivas da economia norte-americana face ao resto do mundo conduz a um novo salto do dólar, estimulando o comércio fora dos EUA mas criando pressões nos balanços dos devedores em dólares.</li> <li>• <b>Contágio do mercado de obrigações da área do euro</b>. Ressurgimento das tensões nos mercados soberano e financeiro em toda a área do euro devido à persistência de incertezas em relação às políticas e atrasos no pagamento do serviço da dívida da Grécia, falta de progressos nas reformas e distúrbios políticos e sociais.</li> </ul>	Alta	Curto prazo	Médio	<p>Adiar a primeira emissão planeada de eurobonds até que os mercados internacionais de capitais se estabilizem, e continuar a desenvolver fontes de financiamento internas.</p> <p>Permitir a maior flexibilidade cambial frente ao dólar, tendo em conta a trajetória da taxa de câmbio efetiva real.</p>
<p><b>Riscos para os preços da energia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Aumento da volatilidade</b> devido à incerteza quanto à persistência do choque da oferta de petróleo e dos fatores por detrás do declínio dos preços.</li> <li>• <b>Preços persistentemente baixos</b> devido à reversão apenas gradual dos fatores do lado da oferta e à demanda mais branda.</li> </ul>	Média	Curto prazo	Alto	<p>Aumentar as receitas fiscais não petrolíferas para alargar a margem de manobra orçamental, melhorar a eficiência da despesa orçamental no contexto de declínio do envelope orçamental global.</p> <p>Maior flexibilidade cambial e aperto da política monetária.</p>
<p><b>A fragmentação política desgasta o processo de globalização e estimula a ineficiência:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Risco mais elevado de fragmentação/dissolução do estado/deslocações por motivo de segurança no Médio Oriente e alguns países de África</b>, resultando num forte aumento da volatilidade dos preços do petróleo e dos fluxos de migração, com repercussões negativas a nível mundial.</li> </ul>	Média	Médio prazo	Alto	Manter inalterado o nível da despesa pública e utilizar as receitas extraordinárias do petróleo para reforçar as reservas internacionais.
<b>Atrasos indevidos na resolução dos bancos com problemas</b> , conduzindo a quebras bancárias desordenadas e com possíveis efeitos secundários sobre o conjunto do sistema bancário.	Média	Médio prazo	Alto	Acelerar os planos de recapitalização e reestruturação dos bancos que necessitam de novos aportes de capital e que enfrentam problemas de liquidez.
<b>Garantias do governo aos bancos com problemas</b> , resultando em custos orçamentais elevados e gerando risco moral no sistema bancário.	Média	Médio prazo	Médio	<p>Gerir as garantias públicas de forma transparente para minimizar os custos fiscais.</p> <p>Reforçar os mecanismos de supervisão e resolução bancária e adotar regras prudenciais mais rigorosas, conforme apropriado.</p>

<sup>1</sup> Obs.: A Matriz de Avaliação do Risco (MAR) mostra eventos que podem alterar de forma material a trajetória de base (o cenário mais provável de se concretizar na perspetiva do corpo técnico do FMI). A probabilidade relativa refere-se à avaliação subjetiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos ao cenário de base ("baixa" = probabilidade abaixo dos 10%; "média" = probabilidade entre os 10 e 30% e "alta" = probabilidade entre os 30 e 50%). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre a fonte de risco e o nível geral das preocupações à altura das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente. "Curto prazo" e "médio prazo" referem-se a riscos que podem se materializar em 1 ano e 3 anos, respetivamente.

**Figura 8. Angola: Principais Recomendações da Consulta de 2014 ao abrigo do Artigo IV e Ponto da Situação**

<b>Área</b>	<b>Recomendação</b>	<b>Ponto da situação</b>
<b>Fiscal</b>	Mobilizar receitas fiscais não petrolíferas adicionais.	Em curso. As autoridades reforçaram os esforços da tributação não petrolífera, que incluem o alargamento da base tributária, criação de uma agência única de administração tributária, reforço das inspeções fiscais e uma melhor aplicação da tributação de bens imóveis.
	Melhorar os sistemas de gestão das finanças públicas, incluindo o aperfeiçoamento da eficiência do investimento público	Em curso. As autoridades estão já a tomar medidas apropriadas para melhorar a avaliação e monitorização, bem como a qualidade e eficiência do investimento público. Em maio de 2015, foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de integrar eficazmente as bases de dados SIGFE e SIPIP. As autoridades também finalizaram e publicaram um manual para a avaliação de projetos, aprovaram e iniciaram a implementação de um decreto que permite a monitorização da execução física dos projetos e estão a avaliar os projetos de investimento público em fase de preparação para avaliar os projetos que não estejam em conformidade com a legislação.
	Reduzir os subsídios aos combustíveis mitigando o impacto para os pobres	Em curso. Os preços domésticos do petróleo aumentaram três vezes desde setembro, conduzindo à eliminação total dos subsídios à gasolina, óleo combustível pesado e leve, e a uma redução dos subsídios ao gasóleo de 60% para 20%. Com a assistência do Banco Mundial, o governo está a alargar o seu programa de transferências sociais incondicionais (Cartão Kikuia) a uma sexta província para ajudar a mitigar o impacto de preços do petróleo mais elevados sobre os pobres.
	Adotar um quadro fiscal de médio prazo (QFMP) melhorado	Em curso. A assistência técnica do FMI está a ajudar as autoridades a desenvolver capacidades para trabalhar eficazmente com o QFMP com vista a dispor de legislação em matéria de responsabilidade fiscal nos próximos anos.
	Desenvolver um quadro coerente de gestão de ativos e passivos, incluindo um fundo de estabilização bem concebido	Não implementado.
	Evitar a recorrência de atrasados de pagamentos domésticos	Não implementado. Os atrasados de pagamentos domésticos surgiram novamente em finais de 2014.

**Figura 8. Angola: Principais Recomendações da Consulta de 2014 ao abrigo do Artigo IV e Ponto da Situação (conclusão)**

<b>Monetária e financeira</b>	Reforçar a capacidade do banco central de recolher e analisar dados económicos de alta frequência	Em curso. O BNA tem vindo a reforçar a sua capacidade analítica e a publicar regularmente relatórios trimestrais relativos à inflação. No entanto, a sua capacidade permanece fraca e é necessário realizar progressos adicionais antes de passar para um regime de metas de inflação. O FMI prestou assistência técnica em matéria do quadro de previsão da inflação do BNA.
	Incorporar flexibilidade cambial ao conjunto de políticas a curto prazo se a produção de petróleo não recuperar	Cumprida. As autoridades deixaram o kwanza depreciar-se em cerca de 30% desde setembro de 2014 à medida que as receitas do petróleo do país diminuíram. No entanto, os desequilíbrios no mercado cambial permanecem elevados.
	Prosseguir o processo de desdolarização	Em curso. Os depósitos e empréstimos denominados em moeda estrangeira continuaram a diminuir com a ajuda das medidas proativas de desdolarização do BNA. Contudo, o BNA aumentou recentemente o requisito de reservas relativas a depósitos denominados em kwanzas para um montante superior ao dos depósitos em moeda estrangeira.
	Continuar a reforçar o sistema financeiro	Em curso. As autoridades realizaram bons progressos na implementação de muitas das recomendações do FSAP (tal como o estabelecimento do mecanismo de resolução bancária e um sistema de seguro de depósito bancário). No entanto, existem ainda muitos passos não satisfeitos, sobretudo na área de prevenção de crises.
	Abordar as deficiências no regime de combate ao branqueamento de capitais e de combate ao financiamento do terrorismo (CBC/CFT)	Em curso. As autoridades realizaram bons progressos, incluindo a aprovação da Lei sobre a Criminalização das Infrações Subjacentes ao Branqueamento de Capitais, a criação de uma Unidade de Informação Financeira e a aprovação da Lei do Auxílio Judiciário Mútuo. Contudo, o país manteve-se na lista cinzenta no quadro do processo de monitorização do Grupo de Ação Financeira.
	Aceitação das obrigações ao abrigo do Artigo VIII, Secção 2(a), 3 e 4	Não implementado.
	<b>Diversificação</b>	Melhorar o ambiente de negócios

Tabela 1. Angola: Principais Indicadores Económicos, 2009-16<sup>1</sup>

	2009	2010	2011	2012	2013	2014 Prel.	2015 Projeções	2016 Projeções
<b>Economia real</b> (variação percentual, salvo indicação em contrário)								
Produto interno bruto real	2,4	3,4	3,9	5,2	6,8	4,8	3,5	3,5
Sector petrolífero	-5,1	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-2,6	6,8	3,9
Sector não petrolífero	8,1	7,6	9,5	5,5	10,9	8,2	2,1	3,4
Produto interno bruto nominal	-5,2	26,6	29,0	12,6	8,8	6,1	-3,8	19,9
Sector petrolífero	-25,4	27,6	36,7	8,4	-3,3	-6,9	-31,5	28,6
Sector não petrolífero	21,1	25,7	22,8	16,4	19,0	14,9	11,5	16,9
Deflador do PIB	-7,4	22,4	24,2	7,1	1,9	1,2	-7,1	15,8
Deflador do PIB não petrolífero	12,1	16,8	12,2	10,3	7,4	6,2	9,2	13,1
Preços no consumidor (média anual)	13,7	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	10,3	14,2
Preços no consumidor (fim de período)	14,0	15,3	11,4	9,0	7,7	7,5	13,9	13,0
Produto interno bruto (mil milhões de kwanzas)	5.989	7.580	9.780	11.011	11.985	12.713	12.227	14.658
Produto interno bruto petrolífero (mil milhões de kwanzas)	2.662	3.396	4.641	5.030	4.864	4.531	3.104	3.994
Produto interno bruto não petrolífero (mil milhões de kwanzas)	3.327	4.184	5.139	5.982	7.121	8.182	9.123	10.665
Produto interno bruto (mil milhões de USD)	75,5	82,5	104,1	115,3	124,2	129,3	102,0	98,8
Produto interno bruto per capita (USD)	3.589	3.807	4.666	5.018	5.245	5.304	4.062	3.820
<b>Governo central</b> (percentagem do PIB)								
Total da receita	34,6	43,5	48,8	45,9	40,5	34,6	27,4	27,6
<i>D/q</i> : Petrolífera	24,2	33,0	39,0	37,3	30,3	23,4	14,6	15,6
<i>D/q</i> : Não petrolífera	9,0	7,8	7,3	6,6	8,1	8,9	10,4	10,1
Total da despesa	41,9	40,0	40,2	41,3	40,8	41,1	30,9	29,0
Despesas correntes	29,5	28,6	30,0	29,0	28,7	28,8	24,1	21,5
Despesas de capital	12,4	11,4	10,2	12,3	12,1	12,2	6,8	7,5
Saldo orçamental global	-7,4	3,4	8,7	4,6	-0,3	-6,4	-3,5	-1,4
Saldo orçamental primário não petrolífero	-29,8	-26,2	-26,9	-29,2	-28,4	-27,5	-15,8	-14,3
Saldo orçamental primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-53,7	-47,4	-51,1	-53,7	-47,7	-42,8	-21,2	-19,7
<b>Moeda e crédito</b> (fim de período, variação percentual)								
Massa monetária (M2)	30,0	11,0	35,7	7,9	14,2	16,1	14,4	14,6
Percentagem do PIB	42,5	35,3	37,6	35,0	36,7	40,2	47,8	45,7
Velocidade (PIB/M2)	2,5	2,9	2,7	2,9	2,7	2,5	2,1	2,2
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,4	1,6	1,4	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
Crédito ao sector privado (variação percentual em 12 meses)	60,5	19,2	28,8	24,2	15,0	1,1	2,9	22,2
<b>Balança de pagamentos</b>								
Balança comercial (percentagem do PIB)	24,1	41,1	45,2	41,1	33,7	23,6	15,7	17,5
Exportações de bens, FOB (percentagem do PIB)	54,1	61,3	64,6	61,6	55,0	45,8	36,3	39,0
<i>D/q</i> : Exportações de petróleo e gás (percentagem do PIB)	52,7	59,8	63,0	60,4	53,9	44,6	34,7	37,2
Importações de bens, FOB (percentagem do PIB)	30,0	20,2	19,4	20,6	21,2	22,1	20,6	21,4
Termos de troca (variação percentual)	-27,3	19,2	24,1	5,8	-1,7	-8,2	-40,3	0,7
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	-10,0	9,1	12,6	12,0	6,7	-1,5	-7,6	-5,6
Reservas internacionais brutas (fim de período, milhões de USD)	13.679	19.679	27.517	32.156	32.231	27.795	22.275	18.618
Reservas internacionais brutas (meses de import. do próximo ano)	4,6	5,4	7,2	7,8	7,5	8,6	7,1	5,7
Reservas internacionais líquidas (fim de período, milhões de USD)	13.679	18.797	26.323	30.828	31.172	27.276	22.062	18.546
<b>Taxa de câmbio</b>								
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	79,3	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	...	...
Taxa de câmbio oficial (fim de período, kwanzas por USD)	89,4	92,6	95,3	95,8	97,6	102,9	...	...
<b>Dívida</b> (percentagem do PIB)								
Total da dívida (bruta) do sector público	49,9	38,8	31,4	28,7	36,2	42,2	57,4	53,0
<b>Petróleo</b>								
Produção de petróleo (milhões de barris por dia)	1.809	1.758	1.660	1.730	1.716	1.672	1.785	1.850
Exportações de petróleo e gás (mil milhões de USD)	39,8	49,4	65,6	69,7	66,9	57,6	35,4	36,8
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	60,8	76,5	108,7	110,9	107,3	100,7	53,0	53,0
Preço do petróleo Brent (média, USD por barril) <sup>1</sup>	61,9	79,6	111,0	112,0	108,8	98,9	53,4	53,0
Preço do petróleo segundo o WEO (média, USD por barril) <sup>1</sup>	61,8	79,0	104,0	105,0	104,1	96,2	51,6	50,4

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Pressupostos de base do WEO em 25 de agosto de 2015.

**Tabela 2a. Angola: Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2009-16**  
(Em mil milhões de kwanzas)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
						Prel.	Projeções	
<b>Receitas</b>	2.070	3.295	4.776	5.054	4.849	4.403	3.354	4.044
Impostos	1.988	3.094	4.528	4.826	4.602	4.098	3.050	3.774
Petrolíferos	1.449	2.500	3.817	4.103	3.630	2.970	1.780	2.289
Não petrolíferos	539	594	711	723	972	1.128	1.270	1.485
Contribuições sociais	16	76	90	107	121	87	166	119
Donativos	2	2	2	2	2	2	1	0
Outras receitas	63	123	156	120	124	216	138	151
<b>Despesas</b>	2.510	3.034	3.928	4.549	4.889	5.222	3.782	4.249
<b>Despesas</b>	1.767	2.166	2.935	3.193	3.440	3.667	2.951	3.153
Remuneração dos empregados	665	714	877	1.031	1.155	1.319	1.486	1.489
Uso de bens e serviços	383	625	1.037	1.305	1.231	1.248	715	851
Juros	103	90	95	105	99	149	189	288
Internos	24	27	56	68	59	88	146	163
Externos	79	63	38	37	40	62	42	125
Subsídios	308	507	766	548	710	668	254	146
Outras despesas	307	232	159	203	245	282	308	379
<b>Aquisição líquida de ativos não financeiros</b>	743	868	993	1.356	1.449	1.555	831	1.096
Com financiamento interno	518	714	659	972	1.069	824	440	580
Com financiamento externo	226	154	186	384	380	732	391	515
<b>Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento</b>	-440	261	849	505	-40	-819	-428	-205
<b>Discrepância estatística</b>	43	-106	96	-96	36	13	0	0
<b>Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)</b>	-134	79	739	592	95	317	...	...
Internos	-149	67	594	232	95	317	...	...
Numerário e depósitos	-524	364	714	477	-21	-175	...	...
<i>D/q: Pagamento de atrasados internos</i>	...	-164	-59	-84	-195	0	...	...
Ações e quotas de fundos de investimento	0	-1	0	8	0	514	...	...
Outras contas a receber	376	-297	-120	-253	116	-23	...	...
Externos	16	13	145	361	0	0	...	...
Numerário e depósitos	16	13	145	361	0	0	...	...
<b>Aumento líquido de passivos (+: aumento)</b>	350	-288	-13	-9	171	1.149	428	205
Internos	276	-304	-64	-227	-12	712	211	98
Títulos da dívida	-89	-78	-187	-415	-539	-17	211	98
<i>D/q: Títulos de regularização dos atrasados internos</i>	...	366	131	187	113	25	...	...
Empréstimos	28	-68	-61	-68	15	234	...	...
Outras contas a pagar	337	-158	184	256	512	494	...	...
<i>D/q: Atrasados internos incorridos</i>	...	140	154	220	72	...	...	...
<i>D/q: Pagamento de atrasados internos (-: redução)</i>	...	-530	-190	-271	-308	...	...	...
Externos	74	16	51	218	183	438	217	107
Títulos da dívida	111	16	51	218	183	438	217	107
Desembolsos	380	154	186	384	380	732	351	494
Amortizações	-269	-138	-135	-166	-197	-294	-134	-387
Outras contas a pagar	-36	0	0	0	0	0	0	0
<b>Por memória:</b>								
Saldo orçamental primário não petrolífero	-1.787	-1.984	-2.627	-3.212	-3.400	-3.500	-1.935	-2.099
Porcentagem do PIB não petrolífero	-53,7	-47,4	-51,1	-53,7	-47,7	-42,8	-21,2	-19,7
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	60,8	76,5	108,7	110,9	107,3	100,7	53,0	53,0
Gastos sociais	1.096	940	1.375	1.492	2.229	2.175	2.483	...
Stock de atrasados internos	786	396	359	307	72	...	...	...
Dívida (bruta) do sector público, valor facial	2.987	2.940	3.074	3.156	4.344	5.371	7.016	7.773

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

**Tabela 2b. Angola: Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2009-16**  
(Em percentagem do PIB)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
						Prel.	Projeções	
<b>Receitas</b>	34,6	43,5	48,8	45,9	40,5	34,6	27,4	27,6
Impostos	33,2	40,8	46,3	43,8	38,4	32,2	24,9	25,7
Petrolíferos	24,2	33,0	39,0	37,3	30,3	23,4	14,6	15,6
Não petrolíferos	9,0	7,8	7,3	6,6	8,1	8,9	10,4	10,1
Contribuições sociais	0,3	1,0	0,9	1,0	1,0	0,7	1,4	0,8
Donativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas	1,1	1,6	1,6	1,1	1,0	1,7	1,1	1,0
<b>Despesas</b>	41,9	40,0	40,2	41,3	40,8	41,1	30,9	29,0
<b>Despesas</b>	29,5	28,6	30,0	29,0	28,7	28,8	24,1	21,5
Remuneração dos empregados	11,1	9,4	9,0	9,4	9,6	10,4	12,2	10,2
Uso de bens e serviços	6,4	8,2	10,6	11,9	10,3	9,8	5,8	5,8
Juros	1,7	1,2	1,0	1,0	0,8	1,2	1,5	2,0
Internos	0,4	0,4	0,6	0,6	0,5	0,7	1,2	1,1
Externos	1,3	0,8	0,4	0,3	0,3	0,5	0,3	0,9
Subsídios	5,2	6,7	7,8	5,0	5,9	5,3	2,1	1,0
Outras despesas	5,1	3,1	1,6	1,8	2,0	2,2	2,5	2,6
<b>Aquisição líquida de ativos não financeiros</b>	12,4	11,4	10,2	12,3	12,1	12,2	6,8	7,5
Com financiamento interno	8,6	9,4	6,7	8,8	8,9	6,5	3,6	4,0
Com financiamento externo	3,8	2,0	1,9	3,5	3,2	5,8	3,2	3,5
<b>Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento</b>	-7,4	3,4	8,7	4,6	-0,3	-6,4	-3,5	-1,4
<b>Discrepância estatística</b>	0,7	-1,4	1,0	-0,9	0,3	0,1	0,0	0,0
<b>Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)</b>	-2,2	1,0	7,6	5,4	0,8	2,5	...	...
Internos	-2,5	0,9	6,1	2,1	0,8	2,5	...	...
Numerário e depósitos	-8,8	4,8	7,3	4,3	-0,2	-1,4	...	...
D/q: Pagamento de atrasados internos	...	-2,2	-0,6	-0,8	-1,6	...	...	...
Ações e quotas de fundos de investimento	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	4,0	...	...
Outras contas a receber	6,3	-3,9	-1,2	-2,3	1,0	-0,2	...	...
Externos	0,3	0,2	1,5	3,3	0,0	0,0	...	...
Numerário e depósitos	0,3	0,2	1,5	3,3	0,0	0,0	...	...
<b>Aumento líquido de passivos (+: aumento)</b>	5,8	-3,8	-0,1	-0,1	1,4	9,0	3,5	1,4
Internos	4,6	-4,0	-0,7	-2,1	-0,1	5,6	1,7	0,7
Títulos da dívida	-1,5	-1,0	-1,9	-3,8	-4,5	-0,1	1,7	0,7
D/q: Títulos de regularização dos atrasados internos	...	4,8	1,3	1,7	0,9	0,2	...	...
Empréstimos	0,5	-0,9	-0,6	-0,6	0,1	1,8	...	...
Outras contas a pagar	5,6	-2,1	1,9	2,3	4,3	3,9	...	...
D/q: Atrasados internos incorridos	...	1,8	1,6	2,0	0,6	...	...	...
D/q: Pagamento de atrasados internos (-: redução)	...	-7,0	-1,9	-2,5	-2,6	...	...	...
Externos	1,2	0,2	0,5	2,0	1,5	3,4	1,8	0,7
Títulos da dívida	1,9	0,2	0,5	2,0	1,5	3,4	1,8	0,7
Outras contas a pagar	-0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Por memória:</b>								
Saldo orçamental primário não petrolífero	-29,8	-26,2	-26,9	-29,2	-28,4	-27,5	-15,8	-14,3
Receitas não petrolíferas	10,3	10,5	9,8	8,6	10,2	11,3	12,9	12,0
Gastos sociais	18,3	12,4	14,1	13,5	18,6	17,1	20,3	...
Stock de atrasados internos	13,1	5,2	3,7	2,8	0,6	...	...	...
Dívida (bruta) do sector público, valor facial	49,9	38,8	31,4	28,7	36,2	42,2	57,4	53,0

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

**Tabela 2c. Angola: Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2009-16**  
(Em percentagem do PIB não petrolífero)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
						Prel.	Projeções	
<b>Receitas</b>	62,2	78,8	92,9	84,5	68,1	53,8	36,8	37,9
Impostos	59,8	74,0	88,1	80,7	64,6	50,1	33,4	35,4
Petrolíferos	43,6	59,8	74,3	68,6	51,0	36,3	19,5	21,5
Não petrolíferos	16,2	14,2	13,8	12,1	13,7	13,8	13,9	13,9
Contribuições sociais	0,5	1,8	1,7	1,8	1,7	1,1	1,8	1,1
Donativos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas	1,9	3,0	3,0	2,0	1,7	2,6	1,5	1,4
<b>Despesas</b>	75,4	72,5	76,4	76,0	68,7	63,8	41,5	39,8
<b>Despesas</b>	53,1	51,8	57,1	53,4	48,3	44,8	32,3	29,6
Remuneração dos empregados	20,0	17,1	17,1	17,2	16,2	16,1	16,3	14,0
Uso de bens e serviços	11,5	14,9	20,2	21,8	17,3	15,2	7,8	8,0
Juros	3,1	2,1	1,8	1,8	1,4	1,8	2,1	2,7
Internos	0,7	0,6	1,1	1,1	0,8	1,1	1,6	1,5
Externos	2,4	1,5	0,7	0,6	0,6	0,8	0,5	1,2
Subsídios	9,3	12,1	14,9	9,2	10,0	8,2	2,8	1,4
Outras despesas	9,2	5,5	3,1	3,4	3,4	3,4	3,4	3,6
<b>Aquisição líquida de ativos não financeiros</b>	22,3	20,7	19,3	22,7	20,3	19,0	9,1	10,3
Com financiamento interno	15,6	17,1	12,8	16,2	15,0	10,1	4,8	5,4
Com financiamento externo	6,8	3,7	3,6	6,4	5,3	8,9	4,3	4,8
<b>Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento</b>	-13,2	6,2	16,5	8,4	-0,6	-10,0	-4,7	-1,9
<b>Discrepância estatística</b>	1,3	-2,5	1,9	-1,6	0,5	0,2	0,0	0,0
<b>Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)</b>	-4,0	1,9	14,4	9,9	1,3	3,9	...	...
Internos	-4,5	1,6	11,6	3,9	1,3	3,9	...	...
Numerário e depósitos	-15,8	8,7	13,9	8,0	-0,3	-2,1	...	...
<i>D/q: Pagamento de atrasados internos</i>	...	-3,9	-1,1	-1,4	-2,7	...	...	...
Ações e quotas de fundos de investimento	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	6,3	...	...
Outras contas a receber	11,3	-7,1	-2,3	-4,2	1,6	-0,3	...	...
Externos	0,5	0,3	2,8	6,0	0,0	0,0	...	...
Numerário e depósitos	0,5	0,3	2,8	6,0	0,0	0,0	...	...
<b>Aumento líquido de passivos (+: aumento)</b>	10,5	-6,9	-0,3	-0,1	2,4	14,0	4,7	1,9
Internos	8,3	-7,3	-1,3	-3,8	-0,2	8,7	2,3	0,9
Títulos da dívida	-2,7	-1,9	-3,6	-6,9	-7,6	-0,2	2,3	0,9
<i>D/q: Títulos de regularização dos atrasados internos</i>	...	8,7	2,6	3,1	1,6	0,3	...	...
Empréstimos	0,8	-1,6	-1,2	-1,1	0,2	2,9	...	...
Outras contas a pagar	10,1	-3,8	3,6	4,3	7,2	6,0	...	...
<i>D/q: Atrasados internos incorridos</i>	...	3,3	3,0	3,7	1,0	...	...	...
<i>D/q: Pagamento de atrasados internos (-: redução)</i>	...	-12,7	-3,7	-4,5	-4,3	...	...	...
Externos	2,2	0,4	1,0	3,6	2,6	5,3	2,4	1,0
Títulos da dívida	3,3	0,4	1,0	3,6	2,6	5,3	2,4	1,0
Outras contas a pagar	-1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Por memória:</b>								
Saldo orçamental primário não petrolífero	-53,7	-47,4	-51,1	-53,7	-47,7	-42,8	-21,2	-19,7
Receitas não petrolíferas	18,6	19,0	18,6	15,9	17,1	17,5	17,3	16,5
Gastos sociais	32,9	22,5	26,8	24,9	31,3	26,6	27,2	...
Stock de atrasados internos	23,6	9,5	7,0	5,1	1,0	...	...	...
Dívida (bruta) do sector público, valor facial	89,8	70,3	59,8	52,8	61,0	65,6	76,9	72,9

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

**Tabela 3. Angola: Contas Monetárias, 2009–16<sup>1</sup>**  
(Em mil milhões de kwanzas, salvo indicação em contrário)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
						Prel.	Projeções	
<b>Síntese Monetária</b>								
<b>Ativos externos líquidos</b>	1.182	1.731	2.927	3.166	3.115	3.097	3.508	3.405
<b>Ativos internos líquidos</b>	1.362	947	746	687	1.283	2.013	2.338	3.293
Crédito (líquido) ao governo central	397	-223	-446	-942	-666	69	280	378
Crédito a outras sociedades financeiras	0	70	11	111	34	33	158	184
Crédito aos governos provinciais e locais	1	10	1	1	2	0	0	0
Crédito a outras unidades do sector público	64	70	87	84	72	62	69	80
Crédito ao sector privado	1.286	1.532	1.974	2.451	2.820	2.852	2.936	3.588
Outras rubricas (líquido) <sup>2</sup>	-386	-513	-882	-1.018	-979	-1.003	-1.103	-938
<b>Massa monetária (M3)</b>	2.544	2.678	3.673	3.853	4.398	5.110	5.847	6.698
Moeda e quase-moeda (M2)	2.367	2.628	3.566	3.848	4.396	5.104	5.840	6.692
Moeda	774	868	1.168	1.291	1.747	2.245	2.569	2.985
Moeda em circulação	167	172	208	245	276	340	389	445
Depósitos à ordem em moeda nacional	607	696	959	1.046	1.471	1.905	2.180	2.540
Quase-moeda	317	451	642	756	900	1.167	1.335	1.555
Depósitos a prazo e de poupança em moeda nacional	317	451	642	756	900	1.167	1.335	1.555
Depósitos em moeda estrangeira	1.275	1.310	1.756	1.802	1.749	1.692	1.936	2.152
Instrumentos do mercado monetário e outros passivos	176	50	108	5	2	7	7	7
<b>Autoridades Monetárias</b>								
<b>Ativos externos líquidos</b>	1.179	1.700	2.589	3.017	3.097	2.904	3.236	3.062
Reservas internacionais líquidas	1.223	1.741	2.508	2.954	3.041	2.806	3.095	2.906
Outros ativos externos (líquidos)	-43	-41	81	63	56	99	140	157
<b>Ativos internos líquidos</b>	-477	-897	-1.599	-2.010	-1.936	-1.667	-1.819	-1.440
Crédito a outras sociedades de depósitos	89	57	86	55	1	108	121	141
Crédito (líquido) ao governo central	-282	-625	-982	-1.339	-1.204	-964	-964	-964
Crédito a outras unidades do sector público <sup>3</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0
Crédito ao sector privado	3	26	1	6	4	3	4	5
Outras rubricas (líquido) <sup>2</sup>	-287	-356	-704	-732	-738	-814	-980	-621
<b>Base monetária</b>	702	803	989	1.007	1.160	1.238	1.416	1.623
Moeda em circulação	214	230	288	336	410	478	547	627
Depósitos dos bancos comerciais	488	573	702	671	750	760	869	996
<b>Por memória:</b>								
Base monetária (variação percentual)	75,5	14,3	23,2	1,8	15,2	6,7	14,4	14,6
Massa monetária (M3) (variação percentual)	21,5	5,3	37,1	4,9	14,1	16,2	14,4	14,6
Moeda e quase-moeda (M2) (variação percentual)	30,0	11,0	35,7	7,9	14,2	16,1	14,4	14,6
Crédito ao sector privado (variação percentual)	60,5	19,2	28,8	24,2	15,0	1,1	2,9	22,2
Rácio M2/PIB (em percentagem)	42,5	35,3	37,6	35,0	36,7	40,2	47,8	45,7
Rácio M2/PIB não petrolífero (em percentagem)	71,2	62,8	69,4	64,3	61,7	62,4	64,0	62,7
Multiplicador monetário (M2/base monetária)	3,4	3,3	3,6	3,8	3,8	4,1	4,1	4,1
Velocidade (PIB/M2)	2,5	2,9	2,7	2,9	2,7	2,5	2,1	2,2
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,4	1,6	1,4	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
Crédito ao sector privado (em percentagem do PIB)	21,5	20,2	20,2	22,3	23,5	22,4	24,0	24,5
Crédito real ao sector privado (variação percentual)	40,8	3,3	15,6	13,9	6,8	-5,9	-9,6	8,2
Depósitos em moeda estrangeira (parcela do total de depósitos)	58,0	53,3	52,3	50,0	42,5	35,5	35,5	34,4
Crédito em ME ao sector priv. (parcela do crédito total ao sec. priv.)	62,8	62,8	52,6	43,7	37,0	26,0	26,1	25,1

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Fim de período.

<sup>2</sup> Inclui a valorização.

<sup>3</sup> Inclui o crédito às empresas públicas e às administrações locais.

**Tabela 4. Angola: Balança de Pagamentos, 2009-16**  
(Em milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
						Prel.	Projeções	
<b>Conta corrente</b>	-7.572	7.506	13.085	13.853	8.348	-1.951	-7.784	-5.522
Balança comercial	18.168	33.928	47.082	47.376	41.903	30.582	16.005	17.340
Exportações, FOB	40.828	50.595	67.310	71.093	68.247	59.169	36.983	38.526
Petróleo bruto	39.271	48.629	64.539	68.871	65.611	56.332	34.527	35.891
Produtos petrolíferos refinados e gás	532	722	1.052	845	1.291	1.310	827	896
Diamantes	814	976	1.205	1.159	1.167	1.335	1.429	1.529
Outros	212	267	514	218	177	192	199	209
Importações, FOB	-22.660	-16.667	-20.228	-23.717	-26.344	-28.587	-20.978	-21.187
Serviços (líquido)	-18.546	-17.897	-22.938	-21.339	-21.531	-21.740	-16.501	-15.276
Recebimentos	623	857	732	780	1.316	1.319	1.374	1.084
Pagamentos	-19.169	-18.754	-23.670	-22.119	-22.846	-23.059	-17.875	-16.360
Rendimento (líquido)	-6.823	-8.087	-9.697	-10.422	-9.900	-8.575	-5.243	-5.436
Recebimentos	131	134	210	260	818	855	768	728
Pagamentos	-6.954	-8.221	-9.907	-10.682	-10.718	-9.429	-6.011	-6.165
Transferências (líquidas)	-370	-438	-1.362	-1.762	-2.123	-2.220	-2.045	-2.149
Transferências oficiais	27	-43	-64	-103	-128	22	22	22
Outras transferências	-397	-395	-1.298	-1.659	-1.996	-2.096	-2.067	-2.171
<i>D/q: Remessas dos trabalhadores</i>	-395	-393	-231	-297	-298	-311	-190	-198
<b>Conta de capital e financeira</b>	2.542	-871	-3.597	-9.349	-9.605	-1.985	2.610	2.006
Conta de capital	11	1	5	0	3	2	4	7
Conta financeira	2.531	-872	-3.602	-9.349	-9.608	-1.987	2.607	1.999
Investimento direto estrangeiro	2.199	-4.568	-5.116	-9.639	-13.164	-7.511	1.785	2.000
No país <sup>1</sup>	2.205	-3.227	-3.024	-6.222	-8.497	-23.037	-715	-500
No estrangeiro	-7	-1.340	-2.093	-3.417	-4.667	15.526	2.500	2.500
Investimento de carteira	-490	-271	-52	-1.009	-944	-730	-1.474	600
Outros investimentos	822	3.967	1.567	1.299	4.501	6.254	2.295	-601
Créditos comerciais	-2.063	-2.089	-1.061	-1.146	-1.230	-1.291	-863	-626
Numerário e depósitos	-544	2.439	2.039	-1.092	-955	-823	-505	642
Empréstimos	2.632	1.992	2.463	1.479	5.825	7.876	3.615	-938
Empréstimos de médio e longo prazo	813	3.348	3.274	1.683	6.097	6.964	3.763	-617
<i>D/q: Governo central (líquido)</i>	1.398	173	541	2.283	1.898	4.451	1.809	723
<i>D/q: Outros sectores (líquido)<sup>2</sup></i>	-751	2.107	2.152	-736	4.460	3.013	2.300	-1.200
Empréstimos de curto prazo	1.818	-1.356	-811	-204	-272	912	-148	-321
Outros	798	1.625	-1.874	2.058	860	492	48	321
<b>Erros e omissões</b>	423	-1.009	-1.928	0	0	0	0	0
<b>Saldo global</b>	-4.607	5.626	7.560	4.505	-1.256	-3.937	-5.174	-3.516
<b>Financiamento</b>	4.607	-5.626	-7.560	-4.505	1.256	3.937	5.174	3.516
Reservas internacionais líquidas das autoridades monetárias (aumento -)	4.198	-5.118	-7.527	-4.505	1.256	3.937	5.174	3.516
<i>D/q: Uso do crédito do FMI</i>	367	530	318	137	-261	-500	-346	-141
Financiamento excepcional	409	-508	-34	0	0	0	0	0
<b>Por memória:</b>								
Conta corrente (percentagem do PIB)	-10,0	9,1	12,6	12,0	6,7	-1,5	-7,6	-5,6
Balança de bens e serviços (percentagem do PIB)	-0,5	19,4	23,2	22,6	16,4	6,8	-0,5	2,1
Balança comercial (percentagem do PIB)	24,1	41,1	45,2	41,1	33,7	23,6	15,7	17,5
Conta de capital e financeira (percentagem do PIB)	3,4	-1,1	-3,5	-8,1	-7,7	-1,5	2,6	2,0
Saldo global (percentagem do PIB)	-6,1	6,8	7,3	3,9	-1,0	-3,0	-5,1	-3,6
Donativos oficiais (percentagem do PIB)	0,0	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	0,0	0,0
Exportações de bens, FOB (variação percentual)	-36,1	23,9	33,0	5,6	-4,0	-13,3	-37,5	4,2
<i>D/q: Exportações de petróleo e gás (var. percentual)</i>	-36,3	24,0	32,9	6,3	-4,0	-13,8	-38,7	4,1
Importações de bens, FOB (variação percentual)	8,0	-26,4	21,4	17,2	11,1	8,5	-26,6	1,0
Termos de troca (variação percentual)	-27,3	19,2	24,1	5,8	-1,7	-8,2	-40,3	0,7
Exportações de bens, FOB (parcela do PIB)	54,1	61,3	64,6	61,6	55,0	45,8	36,3	39,0
Importações de bens, FOB (parcela do PIB)	30,0	20,2	19,4	20,6	21,2	22,1	20,6	21,4
Reservas internacionais brutas								
Milhões de USD	13.679	19.679	27.517	32.156	32.231	27.795	22.275	18.618
Meses das importações do próximo ano	4,6	5,4	7,2	7,8	7,5	8,6	7,1	5,7
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	79,3	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	...	...

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Reflete na sua maioria a recuperação de investimentos no sector de petróleo.

<sup>2</sup> Reflete na sua maioria as empresas públicas.

Tabela 5. Angola: Cenário Ilustrativo de Médio Prazo, 2009-20<sup>1</sup>

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
						Prel.	Projeções					
<b>Economia real</b> (variação percentual, salvo indicação em contrário)												
Produto interno bruto real	2,4	3,4	3,9	5,2	6,8	4,8	3,5	3,5	3,8	4,2	4,7	5,2
Sector petrolífero	-5,1	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-2,6	6,8	3,9	-0,3	0,0	0,0	0,3
Sector não petrolífero	8,1	7,6	9,5	5,5	10,9	8,2	2,1	3,4	5,5	6,0	6,5	7,0
Produto interno bruto nominal	-5,2	26,6	29,0	12,6	8,8	6,1	-3,8	19,9	18,2	16,9	15,0	14,3
Sector petrolífero	-25,4	27,6	36,7	8,4	-3,3	-6,9	-31,5	28,6	20,2	16,7	10,9	9,4
Sector não petrolífero	21,1	25,7	22,8	16,4	19,0	14,9	11,5	16,9	17,4	17,0	16,5	16,0
Deflador do PIB	-7,4	22,4	24,2	7,1	1,9	1,2	-7,1	15,8	13,9	12,1	9,8	8,6
Deflador do PIB não petrolífero	12,1	16,8	12,2	10,3	7,4	6,2	9,2	13,1	11,3	10,4	9,4	8,5
Preços no consumidor (média anual)	13,7	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	10,3	14,2	12,4	11,4	10,4	9,4
Preços no consumidor (fim de período)	14,0	15,3	11,4	9,0	7,7	7,5	13,9	13,0	12,0	11,0	10,0	9,0
Produto interno bruto (mil milhões de kwanzas)	5.989	7.580	9.780	11.011	11.985	12.713	12.227	14.658	17.324	20.250	23.278	26.596
Produto interno bruto petrolífero (mil milhões de kwanzas)	2.662	3.396	4.641	5.030	4.864	4.531	3.104	3.994	4.799	5.600	6.213	6.797
Produto interno bruto não petrolífero (mil milhões de kwanzas)	3.327	4.184	5.139	5.982	7.121	8.182	9.123	10.665	12.524	14.650	17.065	19.799
Produto interno bruto (mil milhões de USD)	75,5	82,5	104,1	115,3	124,2	129,3	102,0	98,8	105,4	112,5	119,4	127,2
Produto interno bruto per capita (USD)	4.081	4.329	5.305	5.706	5.964	6.031	4.618	4.343	4.437	4.547	4.637	4.938
<b>Governo central</b> (percentagem do PIB)												
Total da receita	34,5	43,5	48,8	45,9	40,4	34,6	27,4	27,6	27,8	27,9	27,6	27,2
D/q: Petrolífera	24,2	33,0	39,0	37,3	30,3	23,4	14,6	15,6	15,9	15,9	15,3	14,7
D/q: Não petrolífera	9,0	7,8	7,3	6,6	8,1	8,9	10,4	10,1	10,1	10,2	10,4	10,6
Total da despesa	41,9	40,0	40,2	41,3	40,8	41,1	30,9	29,0	29,8	28,6	27,5	26,7
Despesas correntes	29,5	28,6	30,0	29,0	28,7	28,8	24,1	21,5	21,3	20,6	20,0	19,1
Despesas de capital	12,4	11,4	10,2	12,3	12,1	12,2	6,8	7,5	8,5	8,0	7,5	7,5
Saldo orçamental global	-7,4	3,4	8,7	4,6	-0,3	-6,4	-3,5	-1,4	-2,0	-0,7	0,0	0,5
Saldo orçamental primário não petrolífero	-29,8	-26,2	-26,9	-29,2	-28,4	-27,5	-15,8	-14,3	-15,2	-13,9	-12,5	-11,6
Saldo orçamental primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-53,7	-47,4	-51,1	-53,7	-47,7	-42,8	-21,2	-19,7	-21,0	-19,2	-17,1	-15,6
<b>Moeda e crédito</b> (fim de período, variação percentual)												
Massa monetária (M2)	30,0	11,0	35,7	7,9	14,2	16,1	14,4	14,6	18,1	17,0	16,1	14,6
Percentagem do PIB	39,5	34,7	36,5	34,9	36,7	40,1	47,8	45,7	45,6	45,7	46,1	46,3
Velocidade (PIB/M2)	2,5	2,9	2,7	2,9	2,7	2,5	2,1	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,4	1,6	1,4	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
Crédito ao sector privado (variação percentual em 12 meses)												
Variação percentual em 12 meses	60,5	19,2	28,8	24,2	15,0	1,1	2,9	22,2	14,8	14,7	17,6	17,6
Percentagem do PIB	21,5	20,2	20,2	22,3	23,5	22,4	24,0	24,5	23,8	23,3	23,9	24,6
Percentagem do PIB não petrolífero	38,6	36,6	38,4	41,0	39,6	34,9	32,2	33,6	32,9	32,2	32,5	33,0
<b>Balança de pagamentos</b>												
Balança comercial (percentagem do PIB)	24,1	41,1	45,2	41,1	33,7	23,6	15,7	17,5	17,4	18,0	17,3	15,8
Exportações de bens, FOB (percentagem do PIB)	54,1	61,3	64,6	61,6	55,0	45,8	36,3	39,0	39,6	39,5	38,2	36,5
D/q: Exportações de petróleo e gás (percentagem do PIB)	52,7	59,8	63,0	60,4	53,9	44,6	34,7	37,2	37,9	37,8	36,4	34,9
Importações, FOB (percentagem do PIB)	30,0	20,2	19,4	20,6	21,2	22,1	20,6	21,4	22,2	21,5	20,9	20,8
Termos de troca (variação percentual)	-27,3	19,2	24,1	5,8	-1,7	-8,2	-40,3	0,7	7,8	5,7	2,0	1,2
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	-10,0	9,1	12,6	12,0	6,7	-1,5	-7,6	-5,6	-4,4	-3,0	-2,8	-3,0
Reservas internacionais brutas (fim de período, mil milhões de USD)	13,7	19,7	27,5	32,2	32,2	27,8	22,3	18,6	18,9	20,3	21,1	21,3
Reservas internacionais brutas (meses de import. do próximo ano)	4,6	5,4	7,2	7,8	7,5	8,6	7,1	5,7	5,6	5,9	5,9	6,0
<b>Taxa de câmbio</b>												
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	79,3	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	...	...	...	...	...	...
Taxa de câmbio oficial (fim de período, kwanzas por USD)	89,4	92,6	95,3	95,8	97,6	102,9	...	...	...	...	...	...
<b>Dívida</b> (percentagem do PIB)												
Total da dívida (bruta) do sector público	49,9	38,8	31,4	28,7	36,2	42,2	57,4	53,0	50,0	46,1	42,3	38,4
<b>Petróleo</b>												
Produção de petróleo (milhões de barris por dia)	1.809	1.758	1.660	1.730	1.716	1.672	1.785	1.850	1.850	1.850	1.850	1.850
Exportações de petróleo e gás (mil milhões de USD)	39,8	49,4	65,6	69,7	66,9	57,6	35,4	36,8	39,9	42,5	43,5	44,4
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	60,8	76,5	108,7	110,9	107,3	100,7	53,0	53,0	57,6	61,4	62,9	64,0
Preço do petróleo Brent (média, USD por barril) <sup>1</sup>	61,9	79,6	111,0	112,0	108,8	98,9	53,4	53,0	58,4	62,5	64,6	65,7
Preço do petróleo segundo o WEO (média, USD por barril) <sup>1</sup>	61,8	79,0	104,0	105,0	104,1	96,2	51,6	50,4	55,4	59,8	62,2	63,0

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Pressupostos de base do WEO em 25 de agosto de 2015.

**Tabela 6. Angola: Indicadores de Estabilidade Financeira, dezembro de 2011–julho de 2015  
(Porcentagem)**

	Dez-11	Mar-12	Jun-12	Set-12	Dez-12	Mar-13	Jun-13	Set-13	Dez-13	Mar-14	Jun-14	Set-14	Dez-14	Mar-15	Jun-15	Jul-15
<b>Adequação de capital</b>																
Fundos próprios regulamentares/ativos ponderados pelo risco	18,5	19,2	18,7	18,7	18,3	18,6	18,0	18,0	19,5	22,5	22,0	21,0	19,9	21,2	19,7	19,4
Fundos próprios de base (nível 1)/ativos ponderados pelo risco	14,3	14,8	14,3	14,0	13,6	13,7	13,7	12,9	14,3	16,4	15,9	14,9	13,9	15,2	14,3	14,0
<b>Qualidade dos ativos</b>																
Créditos em moeda estrangeira/total do crédito	50,9	50,5	47,5	44,7	42,7	41,4	41,3	40,6	37,8	36,9	34,9	31,6	27,4	27,7	31,0	31,2
Crédito vencido mal parado/total do crédito <sup>1</sup>	2,4	2,5	5,5	6,9	6,8	5,5	6,3	6,1	9,7	5,4	6,1	7,0	11,7	13,0	13,8	18,2
<b>Distribuição de crédito por sector de atividade</b>																
Crédito ao sector privado/ativos internos brutos	43,6	42,2	42,6	42,7	45,9	47,0	47,6	44,8	45,7	45,1	44,9	45,4	42,4	40,8	40,3	40,3
Crédito ao governo/ativos internos brutos	18,4	17,4	17,1	16,0	16,1	16,1	15,6	17,1	19,2	20,4	20,7	23,7	26,2	28,2	29,6	28,3
<b>Lucros e rentabilidade</b>																
Rendibilidade dos ativos (ROA)	2,6	...	...	...	1,6	...	...	...	1,4	...	...	...	0,6	...	...	...
Rendibilidade do capital (ROE)	21,6	...	...	...	12,5	...	...	...	10,9	...	...	...	5,0	...	...	...
Custos totais/proveitos totais	90,2	96,8	97,8	99,3	99,4	99,7	99,7	99,5	99,6	99,9	99,9	100,0	99,9	99,8	99,7	99,8
Taxa de empréstimos - taxa de depósitos à ordem ( <i>spread</i> )	9,1	12,8	14,5	11,1	13,3	7,5	13,5	12,9	13,9	12,4	15,1	15,0	14,9	14,1	14,1	14,3
Taxa de depósitos de poupanças	8,6	7,3	5,9	6,8	7,0	6,7	7,2	5,5	4,1	4,9	5,0	5,0	4,9	5,2	5,5	5,1
<b>Liquidez</b>																
Ativos líquidos/total do ativo	28,1	27,6	25,9	26,1	26,3	25,9	28,8	28,2	30,1	30,6	32,2	30,5	33,9	39,3	42,3	42,4
Ativos líquidos/passivo de curto prazo	35,4	36,1	33,2	32,4	33,7	33,7	37,2	35,8	36,9	37,3	39,7	37,7	43,3	50,4	54,1	54,3
Total do crédito/total de depósitos	59,5	59,0	62,5	63,4	65,5	66,8	63,5	64,3	63,3	62,1	62,5	69,3	59,9	58,8	56,0	56,2
Passivos em moeda estrangeira/total do passivo	53,6	53,4	50,3	51,4	50,7	38,5	50,5	45,6	43,0	41,4	41,4	37,8	33,1	32,2	33,0	33,1
<b>Sensibilidade e mutações do mercado <sup>2</sup></b>																
Exposição aberta líquida/fundos próprios	...	...	...	...	...	...	...	...	...	11,9	11,7	11,0	23,7	21,9	32,2	35,8
Número de bancos que reportaram informações no período	22	22	21	22	22	22	22	22	22	23	23	23	23	24	25	25

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> A variação nesse rácio entre set. 2014 e nov. 2014 foi causada pelo forte aumento de créditos vencidos mal parados devido à reestruturação e ajustamento da carteira de empréstimos do BESA por determinação do BNA.

<sup>2</sup> Com base na informação prestada pelo Departamento de Supervisão de Instituições Financeiras do Banco Nacional de Angola.

Tabela 7. Angola: Dívida Externa e Pública, 2009-20

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
						Prel.			Projeções			
<b>Dívida (Mil milhões de USD)</b>												
Total da dívida privada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total da dívida pública	37,7	32,0	32,7	33,1	45,0	54,6	58,5	52,4	52,6	51,9	50,5	48,8
Curto prazo	12,0	6,0	7,3	3,7	3,4	2,1	3,6	3,0	2,9	2,8	2,5	2,3
Médio e longo prazo	25,7	26,0	25,4	29,4	41,6	52,5	54,9	49,4	49,7	49,1	48,0	46,5
Interna	22,4	15,0	12,5	11,4	15,5	21,6	19,5	16,4	15,8	14,9	13,7	12,4
Curto prazo	11,8	5,9	7,2	3,6	3,3	2,0	3,5	2,9	2,8	2,6	2,4	2,2
Médio e longo prazo	10,6	9,1	5,3	7,8	12,2	19,6	16,0	13,5	13,0	12,2	11,3	10,2
Externa	15,2	17,0	20,3	21,7	29,5	33,0	39,0	36,0	36,8	37,0	36,8	36,3
Curto prazo	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Médio e longo prazo	15,0	16,9	20,2	21,6	29,4	32,9	38,9	35,9	36,7	36,9	36,7	36,2
<i>D/q: Sonangol</i>	5,3	7,5	9,7	8,9	13,4	12,7	15,0	13,8	14,1	14,2	14,1	14,0
<b>Dívida (Porcentagem do PIB)</b>												
Total da dívida privada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total da dívida pública	49,9	38,8	31,4	28,7	36,2	42,2	57,4	53,0	50,0	46,1	42,3	38,4
Curto prazo	15,9	7,3	7,0	3,2	2,7	1,7	3,5	3,1	2,8	2,5	2,1	1,8
Médio e longo prazo	34,0	31,5	24,4	25,5	33,5	40,6	53,9	50,0	47,2	43,7	40,2	36,5
Interna	29,7	18,1	12,0	9,9	12,5	16,7	19,1	16,6	15,0	13,2	11,5	9,8
Curto prazo	15,7	7,2	6,9	3,1	2,7	1,6	3,4	2,9	2,7	2,3	2,0	1,7
Médio e longo prazo	14,1	11,0	5,1	6,8	9,9	15,2	15,7	13,7	12,4	10,9	9,4	8,1
Externa	20,2	20,6	19,5	18,8	23,7	25,5	38,3	36,4	34,9	32,9	30,8	28,6
Curto prazo	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Médio e longo prazo	19,9	20,5	19,4	18,7	23,6	25,4	38,1	36,3	34,8	32,8	30,7	28,5
<i>D/q: Sonangol</i>	7,0	9,1	9,3	7,7	10,8	9,8	14,7	14,0	13,4	12,6	11,8	11,0

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

## Apêndice I. Angola: Atualização da Avaliação do Equilíbrio Externo

Embora a balança externa de Angola se mantenha sustentável ao abrigo dos pressupostos atuais, a economia é vulnerável a choques com uma taxa de câmbio sobrevalorizada na ordem de 10%-30% e um nível de reservas internacionais ainda confortável mas que se aproxima do limite inferior da cobertura métrica recomendada pelo FMI. Existe ainda uma margem de manobra considerável para a melhoria da competitividade não relacionada com os preços.

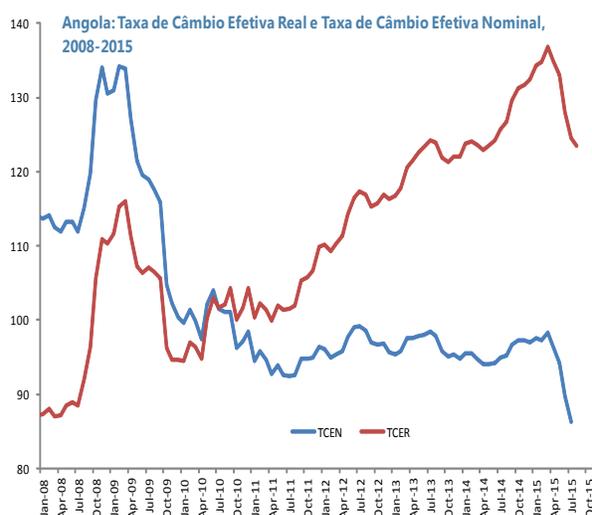
### Avaliação da balança corrente e da taxa de câmbio

**Projeta-se que a balança corrente melhore gradualmente no médio prazo.** Com preços do petróleo mais baixos, o saldo da balança corrente entrou em défice em 2014 e projeta-se que se mantenha assim no médio prazo. Contudo, espera-se que melhore gradualmente apoiado pelo ajuste fiscal e a evolução progressiva da diversificação económica. O financiamento do défice da balança corrente provém sobretudo da repatriação por parte de residentes dos seus ativos externos e do financiamento externo do orçamento.

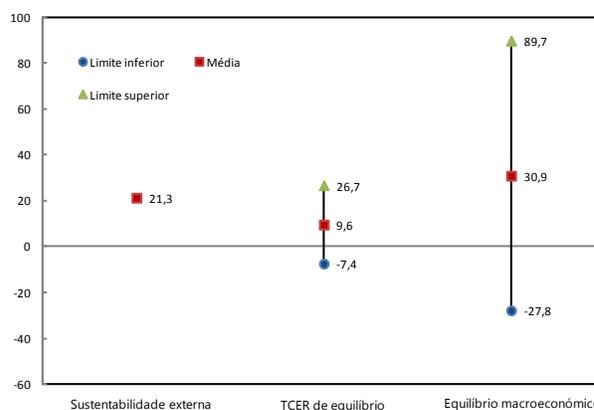
### Estima-se que a taxa de câmbio efetiva real (TCER) seja sobrevalorizada em 10% a 30%.

Embora os intervalos de confiança sejam grandes e a subvalorização não possa ser excluída, as diferentes abordagens de CGER e a nova metodologia EBA-lite tendem a apontar para uma sobrevalorização:

- A abordagem de sustentabilidade externa do CGER, que calcula a relação entre o saldo da balança corrente e o PIB necessário para estabilizar a posição dos ativos estrangeiros líquidos de Angola no seu nível de final de 2014, sugere que a taxa de câmbio efetiva real está sobrevalorizada, e necessitaria de uma depreciação de cerca de 21% até 2020 para fechar o hiato projetado relativamente à norma.



Angola: Avaliação da Taxa de Câmbio, 2015



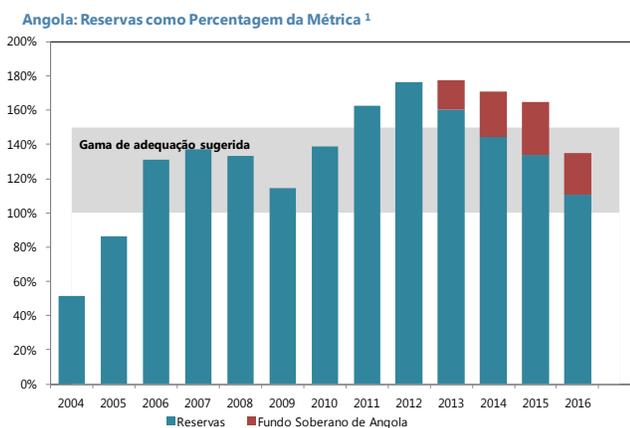
Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico do FMI.

- A abordagem de taxa de câmbio efetiva real de equilíbrio do CGER, que se baseia na estimativa da relação de médio prazo entre a taxa de câmbio efetiva real e os seus fundamentos, sugere que a taxa de câmbio efetiva real de Angola está sobrevalorizada e necessitaria de uma depreciação de 10% para eliminar o desnível entre a norma e o saldo da balança corrente projetado até 2020.
- A abordagem do equilíbrio macroeconómico do CGER estima uma norma de conta corrente que recorre a algumas das determinantes fundamentais da relação do saldo da balança corrente com o PIB. De acordo com a estimativa do modelo, a taxa de câmbio efetiva real está sobrevalorizada e necessitaria de uma depreciação de cerca de 31%.
- A regressão em painel da balança corrente nos termos da metodologia recentemente desenvolvida, EBA-lite, que tem em consideração novas variáveis relevantes para Angola (por exemplo, a taxa de esgotamento dos recursos não renováveis), mostra que a taxa de câmbio efetiva real está sobrevalorizada. No entanto, o grau de sobreavaliação é altamente sensível ao pressuposto de preço do petróleo. No âmbito do atual pressuposto de preço do petróleo (USD 53 por barril), a sobrevalorização é de 46% em 2015, mas diminui para 21% no pressuposto de preço do petróleo (USD 74 por barril), usando uma média móvel de cinco anos do preço atual do petróleo nos dois últimos anos, uma combinação dos preços do petróleo atuais e projetados para este ano e as projeções do preço do petróleo para os próximos dois anos.

### Avaliação da adequação das reservas internacionais

**Projeta-se que as reservas internacionais se mantenham acima do limite inferior da gama de adequação da métrica do FMI em 2015 e 2016.**<sup>1</sup> A disponibilização contínua do banco central de moeda estrangeira ao mercado em montantes superiores ao que espera receber do governo e do sector do petróleo conduziria a reservas internacionais inferiores em 2015 e 2016. Consequentemente, a cobertura de reservas internacionais, conforme medida pela métrica do FMI, deverá diminuir para 134% no final de 2015 e para 111% no final de 2016, a partir de um máximo de 176% no final de 2012.

Tendo em conta que o sistema financeiro de Angola é ainda altamente dolarizado, é provável que o país necessite de reconstruir a sua margem de acumulação de reservas internacionais no médio



Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico do FMI.  
<sup>1</sup> O saldo do Fundo Soberano de Angola ascendeu a USD 3,5 mil milhões no final de 2013 e USD 5 mil milhões no final de 2014 e 2015.

<sup>1</sup> A métrica de adequação das reservas do FMI é igual a 10% das exportações acrescidas de 10% de massa monetária mais 30% de dívida de curto prazo mais 20% de outros ativos. No caso de Angola, isto seria o equivalente a USD 16 mil milhões (5 meses de importações) em 2015 e USD 17 mil milhões (5 meses de importações) em 2016.

prazo para permitir ao banco central disponibilizar liquidez em moeda estrangeira diretamente ao sistema financeiro em caso de choques.

## Avaliação da competitividade não relacionada com os preços

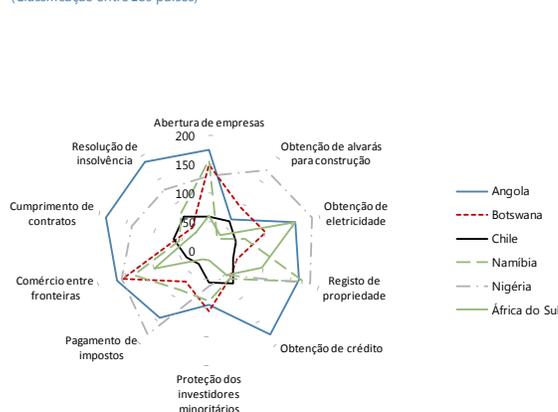
**A competitividade relativa de Angola deteriorou-se de acordo com os indicadores de competitividade não relacionada com os preços.** O Inquérito de Facilidade de Fazer Negócio de 2015 do Banco Mundial classificou Angola em 181.º lugar entre 189 economias, um lugar abaixo de 2014. Na África Subsariana existem apenas cinco países abaixo de Angola: República Democrática do Congo, Chade, Sudão do Sul, República Centro-Africana e Eritreia.

Angola: Classificação no Índice *Doing Business* em 2014 e 2015

	Em 2015	Em 2014	Mudança
<b>Facilidade de fazer negócios</b>	<b>181</b>	<b>180</b>	<b>-1</b>
Abertura de empresas	174	172	-2
Obtenção de alvarás para construção	67	66	-1
Obtenção de eletricidade	157	155	-2
Registo de propriedade	164	164	0
Obtenção de crédito	180	178	-2
Proteção de investidores minoritários	94	91	-3
Pagamento de impostos	144	143	-1
Comércio entre fronteiras	167	167	0
Cumprimento de contratos	187	187	0
Resolução de insolvência	189	189	0

Fonte: Banco Mundial, dados do índice *Doing Business* de 2015.

Angola: Componentes do Índice *Doing Business*, 2015  
(Classificação entre 189 países)



Fonte: Banco Mundial, *Doing Business*, 2015.



# ANGOLA

## RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2015 AO ABRIGO DO ARTIGO IV — ANEXO INFORMATIVO

14 de outubro de 2015

Elaborado pelo

Departamento de África  
(em colaboração com outros departamentos)

### SUMÁRIO

RELAÇÕES COM O FMI	2
PLANO DE AÇÃO DE GESTÃO CONJUNTA FMI-BANCO MUNDIAL	5
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	6

## RELAÇÕES COM O FMI

(Em 30 de setembro de 2015)

**Admissão e Regime de Consultas:** Admitido em 19 de setembro de 1989; Artigo XIV

<b>Conta de Recursos Gerais:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>%</b>
Quota	286,30	100,00
Haveres do FMI na moeda do país	433,17	151,30
Posição na tranche de reservas	0	0
<b>Departamento de DSE:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>%</b>
Afetação acumulada líquida	273,01	100,00
Haveres	229,19	83,95
<b>Saldo de Compras e Empréstimos:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>%</b>
Acordos Stand-By	146,73	51,25

### Acordos Financeiros mais Recentes:

Tipo	Data de aprovação	Data de vencimento	Montante aprovado (milhões de DSE)	Montante sacado (milhões de DSE)
Acordo Stand-By	23/11/2009	30/03/2012	858,90	858,90

### Projeção dos pagamentos ao FMI

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	Próximos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Capital	35,79	100,21	10,74	...	...
Comissões/juros	0,46	0,83	0,10	0,03	0,03
Total	36,25	101,03	10,83	0,03	0,03

**Implementação da Iniciativa HIPC:** Não se aplica

**Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):** Não se aplica

**Implementação do Alívio da Dívida após Catástrofes (PCDR):** Não se aplica

**Avaliação das Salvaguardas:**<sup>1</sup> A primeira avaliação das salvaguardas, concluída em maio de 2010, constatou que o Banco Nacional de Angola (BNA) é submetido a auditorias externas anuais por uma firma de boa reputação e tomou medidas para resolver as questões que foram objeto de ressalvas dos auditores. A avaliação confirmou, porém, que existem deficiências nas práticas de governação e transparência do BNA, entre elas a não publicação atempada das demonstrações financeiras anuais. A avaliação fez também recomendações visando o fortalecimento do quadro jurídico e a independência do banco central, bem como o reforço do quadro de controlo nas áreas de gestão de reservas e auditoria interna. Desde a avaliação, o BNA adotou medidas para aperfeiçoar a governação e a prestação de contas, inclusivamente no que respeita à elaboração de demonstrações financeiras. As demonstrações de 2009 foram auditadas e publicadas juntamente com o respetivo relatório de auditoria; a auditoria de 2010 já foi concluída e os seus resultados foram publicados no sítio Web do BNA em meados de outubro de 2011. Desde o exercício financeiro de 2011, o BNA publica as suas demonstrações financeiras anuais de forma regular e atempada, e tais demonstrações são submetidas a auditoria externa por uma firma internacional de sólida reputação. Contudo, o BNA ainda não apresentou ao corpo técnico do FMI as correspondentes cartas de recomendações dos auditores externos sobre os controlos internos; a Política de Salvaguardas exige essa informação. Desde 2010, o BNA criou e consolidou órgãos de apoio ao seu Conselho de Administração, tais como o Comité de Política Monetária, o Comité de Estabilidade Financeira e o Comité de Investimentos. O Conselho do BNA reforçou a sua função de auditoria interna e, em janeiro de 2011, reinstalou o seu Conselho Fiscal. Em dezembro de 2010, foram adotadas diretrizes para a gestão das reservas internacionais e em maio de 2011 foi realizada a primeira auditoria interna semestral sobre a aplicação destas diretrizes.

**Regime Cambial:** O regime cambial *de jure* é o regime de câmbio flutuante. Contudo, desde setembro de 2014, o regime cambial *de facto* é classificado como regime semelhante à paridade móvel. O BNA monitoriza atentamente a variação da taxa de câmbio tendo em vista o objetivo de manter a estabilidade de preços na economia, e intervém constantemente no mercado cambial ao realizar leilões de divisas e vendas diretas. O BNA recebe as divisas dos impostos pagos ao governo pelas empresas petrolíferas e também compra divisas das empresas petrolíferas que efetuam pagamentos a residentes por serviços prestados em kwanzas. Em seguida, o BNA vende as divisas ao mercado (quer através de leilões, quer através de vendas diretas), com atenção particular para o sector petrolífero e outros sectores prioritários. A taxa de câmbio oficial do kwanza frente ao dólar norte-americano recuou quase 30% desde setembro de 2014. Foram utilizadas reservas internacionais para suavizar a depreciação, resultando num declínio de cerca de USD 3 mil milhões desde setembro 2014; em setembro de 2015 o total de reservas ascendia a USD 24 mil milhões em base líquida. O BNA publica os resultados dos leilões e as respetivas taxas de câmbio de referência.

Angola continua a manter restrições sobre pagamentos e transferências para fins de transações internacionais correntes valendo-se do regime transitório previsto na Seção 2 do Artigo XIV. As medidas mantidas nos termos do Artigo XIV são as seguintes: i) limites à disponibilização de moeda estrangeira para operações de invisíveis correntes, tais como despesas de viagem, médicas e de educação e ii) limites às transferências unilaterais para pessoas singulares e instituições baseadas no estrangeiro. Para além disso, Angola mantém uma restrição cambial subordinada à jurisdição do FMI nos termos da Seção 2 do Artigo VIII, resultante da cobrança discriminatória do imposto do selo de 0,015% sobre operações de câmbio. A restrição cambial sobre os limites à remessa de lucros e dividendos dos investimentos estrangeiros foi eliminada com a aprovação da nova lei de investimento privado em agosto de 2015. Angola mantém também duas práticas de taxas de câmbio múltiplas sujeitas à aprovação do FMI nos termos da Seção 3 do Artigo VIII, na forma: i) do leilão holandês de divisas e ii) da cobrança discriminatória do imposto do selo de 0,015% sobre operações de câmbio. Em 2015, o país introduziu novas medidas cambiais,

<sup>1</sup> Para uma descrição do quadro de Avaliação das Salvaguardas do FMI, consulte <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/safe.htm>.

nomeadamente uma lista prioritária de acesso ao dólar norte-americano à taxa de câmbio oficial e um imposto especial sobre as transferências a não residentes no âmbito de contratos de serviços de assistência técnica estrangeira ou de gestão. O corpo técnico está a avaliar a consistência dessas medidas, bem como o diferencial elevado entre as taxas de câmbio nos mercados paralelo e oficial, à luz das obrigações de Angola nos termos do Artigo VIII.

**Consulta ao abrigo do Artigo IV:** Aplica-se a Angola o ciclo normal de 12 meses. A conclusão das próximas consultas ao abrigo do Artigo IV está prevista para novembro de 2016.

**Assistência Técnica:** O quadro a seguir resume as atividades de assistência técnica desde 2012:

	<b>Ano da prestação</b>
<b>Departamento de Mercados Monetários e de Capitais (MCM)</b>	
AFRITAC Sul: Gestão de liquidez	2015
AFRITAC Sul: Quadro de previsão de inflação (diversas missões)	2015
Avaliação das necessidades de assistência técnica	2013
Assistência técnica após o FSAP	2013
AFRITAC Sul: Quadro de supervisão baseada no risco	2013
<b>Departamento de Finanças Públicas (FAD)</b>	
Gestão dos investimentos públicos	2015
Formulação de regras fiscais para a gestão das receitas petrolíferas e o reforço do cenário fiscal de médio prazo	2015
Reforma dos subsídios	2014
AFRITAC Sul: Cenário fiscal de médio prazo (diversas missões)	2013, 2014
AFRITAC Sul: Controlo das despesas e atrasados (diversas missões)	2013, 2014
AFRITAC Sul: Lei de responsabilidade fiscal e regras fiscais	2014
AFRITAC Sul: Workshop sobre CFMP em países ricos em recursos	2012
<b>Departamento de Estatística (STA)</b>	
AFRITAC Sul: Contas nacionais	2015
Estatísticas monetárias e financeiras	2014
AFRITAC Sul: Contas nacionais	2012
Migração para o <i>GFSM 2001</i>	2012
AFRITAC Sul: Índice de preços no consumidor	2012
<b>Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD)</b>	
Programação e políticas financeiras para funcionários angolanos	2014

**Representante Residente:** O FMI tem um novo representante residente em Angola desde maio de 2015 (Sr. Max Alier).

# PLANO DE AÇÃO DE GESTÃO CONJUNTA FMI- BANCO MUNDIAL

<b>Matriz de Implementação</b>			
<b>Título</b>	<b>Produtos</b>	<b>Prazo</b>	<b>Data de conclusão</b>
<b>A. Informação Mútua Sobre Programas de Trabalho Pertinentes</b>			
Programa de trabalho do BM nos próximos 12 meses	Projeto programático de gestão fiscal DPF I		Discussão no conselho em 30 de junho 2015
	Projeto de desenvolvimento e comercialização para pequenos agricultores		Discussão no conselho em dezembro de 2015
	Projeto de desenvolvimento institucional do sector hídrico		Discussão no conselho em setembro de 2016
	Apoio à reforma do ambiente de negócios		A definir
	Estratégia de desenvolvimento do sector financeiro		A definir
	Projeto programático de gestão fiscal DPF II		2016
	Supervisão dos projetos em andamento		Contínuo
Programa de trabalho do FMI nos próximos 12 meses	Terceira e quarta atualizações económicas de Angola		Em curso
	Visita do corpo técnico	Fevereiro de 2016	
	Missão do Artigo IV de 2016	Agosto de 2016	
<b>B. Pedido de Contributos para o Programa de Trabalho</b>			
Pedido do FMI ao BM	Reportes periódicos sobre a implementação da condicionalidade DPL, sobretudo com respeito às transferências sociais		Em curso
Pedido do BM ao FMI	Colaboração no fornecimento de um conjunto completo de mapas e quadros macroeconómicos		Em curso
<b>C. Acordo sobre Programas e Missões Conjuntas</b>			
Produtos conjuntos nos próximos 12 meses	Diálogo contínuo sobre previsões económicas e modelagem macroeconómica		Contínuo
	Intercâmbio de informação e consultas sobre os desenvolvimentos macroeconómicos		Contínuo

# QUESTÕES ESTATÍSTICAS

## ANGOLA — APÊNDICE SOBRE QUESTÕES ESTATÍSTICAS

Em 30 de setembro de 2015

### I. Avaliação da adequação dos dados para fins de supervisão

**Geral:** O fornecimento de dados apresenta algumas deficiências, mas em geral é apropriado para fins de supervisão. A qualidade e pontualidade dos dados inspiram preocupação, mas prosseguem os esforços para reforçar a base estatística do país, inclusivamente com a assistência técnica do FMI e do Banco Mundial.

Angola tem hoje diversas publicações estatísticas regulares e informativas, o que reflete progressos significativos no fornecimento de dados e na transparência dos relatórios estatísticos. Os maiores avanços se referem ao BNA e ao Instituto Nacional de Estatística (INE). Ambos passaram a fornecer e publicar dados muito mais detalhados, em bases atempadas. A prestação e publicação de dados do Ministério das Finanças carece de melhorias significativas. São publicados no sítio Web do Ministério das Finanças dados pormenorizados sobre as receitas dos sectores de petróleo e diamantes e relatórios sobre as finanças públicas, com algum desfasamento.

**Contas nacionais:** O INE divulgou as contas nacionais de Angola do período 2002-13. Trata-se da primeira publicação de contas nacionais em Angola, com dados anuais sobre o produto, as despesas e os rendimentos. As contas nacionais incluem o PIB anual a preços constantes, tendo como base os preços de 2002. O Ministério do Planeamento continuará a divulgar estimativas preliminares e projeções do PIB anual (produto) por mais alguns anos. Está a ser produzida uma série trimestral do PIB, cuja publicação está prevista para 2015. O INE publica também outros importantes boletins de dados, como os boletins trimestrais sobre a confiança empresarial, a produção industrial e o comércio de mercadorias. O INE concluiu um recenseamento nacional em 2014, o primeiro em quatro décadas após a independência. O questionário do censo abrange uma vasta gama de informações, mormente de natureza demográfica e social.

**Estatísticas de preços:** O INE publica relatórios mensais sobre os índices de preços grossista e no consumidor. O IPC foi alargado para incluir os preços no consumidor em todas as 18 províncias do país.

**Estatísticas de finanças públicas:** É preciso melhorar substancialmente a pontualidade e qualidade das estatísticas de finanças públicas. As receitas e despesas são registadas corretamente pelo regime de especialização do exercício, mas perduram alguns problemas na reconciliação de operações acima e abaixo da linha. É fundamental assegurar a publicação regular (no mínimo em bases trimestrais) de dados consolidados e pormenorizados das finanças públicas no sítio Web do Ministério das Finanças. Seria também importante publicar dados em Excel — a atual publicação em PDF dificulta a análise — e em valores nominais (e não em termos de variações percentuais), bem como atualizar os números à medida que estes forem revisados. São publicados mensalmente dados pormenorizados sobre as receitas do petróleo, mas seria mais útil para os analistas e outras partes interessadas se tais dados fossem publicados como planilhas de cálculos e não como imagens em PDF. Publica-se trimestralmente um relatório pormenorizado sobre a evolução das receitas do petróleo, porém com algum desfasamento. Até à altura, o Ministério das Finanças divulga dados segundo uma versão “modificada” da metodologia *GFSM 1986*, utilizando um fator de ajustamento para reconciliar as cifras

acima da linha (registadas segundo o regime de especialização) com aquelas abaixo da linha (registadas segundo o regime de caixa). No momento oportuno, o Ministério das Finanças deverá iniciar a migração completa para a metodologia *GFSM 2001*.

**Estatísticas monetárias e financeiras:** Os dados do inquérito às sociedades de depósitos e do balanço do BNA passaram por uma revisão recente com o auxílio da assistência técnica do STA. Os dados baseiam-se agora nos novos formulários de declaração de dados. O BNA transmite atempadamente dados ao FMI e publica dados pormenorizados no seu sítio Web todos os meses. O BNA começou também a publicar outros relatórios de grande importância, como o relatório trimestral sobre a inflação e o seu relatório anual (que resume a evolução monetária, macroeconómica e da inflação), para além de um relatório semestral de estabilidade financeira (que avalia a estabilidade do sistema financeiro).

**Supervisão do sector financeiro:** Os dados do BNA sobre os indicadores de solidez financeira devem ser publicados a intervalos regulares (p.ex., 30 ou 60 dias após o final de cada trimestre). O Relatório de Estabilidade Financeira do BNA teria mais utilidade se as informações fossem mais atualizadas, uma vez que hoje existe um grande desfasamento entre o período a que o relatório se refere e o momento da sua publicação (o relatório mais recente, publicado no final de maio de 2015, refere-se ao primeiro semestre de 2014).

**Estatísticas do sector externo:** A balança de pagamentos e a posição de investimento internacional (PII) são compiladas em conformidade com as recomendações da quinta edição do *Manual da Balança de Pagamentos* do FMI (*BPM5*). Estas estatísticas são compiladas e divulgadas em base anual, com um desfasamento de nove meses em relação ao período de referência. Uma missão de assistência técnica do STA na área de estatísticas do sector externo, realizada em julho de 2010, observou que poucas recomendações da missão anterior haviam sido implementadas e que haviam sido feitos poucos progressos no fortalecimento do trabalho de compilação. Observou também que as unidades técnicas não contam com um número suficiente de funcionários e que as empresas residentes não cumprem todas as exigências em matéria de reporte de dados. As autoridades realizaram progressos na melhoria do rigor metodológico da classificação das transações da balança de pagamentos, mas foram apuradas algumas inconsistências, sobretudo na classificação de transações que envolvem atrasados e DSE. A PII apresenta grandes inconsistências em relação à balança de pagamentos. Uma das principais deficiências ainda é a cobertura e pontualidade dos dados de base. Uma missão de seguimento será realizada em novembro de 2015.

## II. Normas e qualidade dos dados

As autoridades estão empenhadas em utilizar o Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) para melhorar o sistema estatístico. O país iniciou a sua participação no GDDS em 29 de janeiro de 2004, com a publicação de metadados no Boletim Eletrónico sobre Normas de Difusão (DSBB) do FMI.

## Indicadores mais comuns exigidos para fins de supervisão

	Data da última observação (mm/dd/aa)	Data de recebimento	Frequência dos dados <sup>7</sup>	Frequência do reporte <sup>7</sup>	Frequência da publicação <sup>7</sup>
Taxas de câmbio	30/09/15	30/09/15	D	D	D
Ativos de reserva internacionais e passivos de reserva das autoridades monetárias <sup>1</sup>	08/15	09/15	M	M	M
Reservas/base monetária	08/15	09/15	M	M	M
Massa monetária	08/15	09/15	M	M	M
Balanço do Banco Central	08/15	09/15	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	08/15	09/15	M	M	M
Taxas de juros <sup>2</sup>	08/15	08/15	M	M	M
Índice de Preços no Consumidor	08/15	09/15	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento <sup>3</sup> – Governo General <sup>4</sup>	ND	ND	ND	ND	ND
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento <sup>3</sup> – Governo Central	06/15	08/15	T	T	T
Stock da dívida contraída ou garantida pelo Governo Central <sup>5</sup>	12/14	08/15	A	A	A
Saldo da conta corrente externa	12/2014 (est.)	08/15	A	A	A
Exportações e importações de bens e serviços	12/2014 (est.)	08/15	A	A	A
PIB/PNB	12/2014 (est.)	08/15	A	A	A
Dívida externa bruta	12/14	08/15	A	A	A
Posição de Investimento Internacional <sup>6</sup>	12/2014	07/15	A	I	A

<sup>1</sup> Ativos de reserva dados em garantia ou penhorados devem ser especificados à parte. Para além disso, os dados devem abranger os passivos de curto prazo indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas, bem como os valores notacionais dos derivados financeiros para o pagamento e o recebimento de moeda estrangeira, inclusive os indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas.

<sup>2</sup> Taxas de mercado e oficiais, incluindo taxas de desconto, taxas dos mercados monetários e taxas dos títulos, bilhetes e obrigações do tesouro.

<sup>3</sup> Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

<sup>4</sup> O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

<sup>5</sup> Composição por moeda e por vencimento.

<sup>6</sup> Incluindo as posições em ativos e passivos financeiros externos brutos com não residentes.

<sup>7</sup> Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).



# ANGOLA

## RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2015 AO ABRIGO DO ARTIGO IV — ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

14 de outubro de 2015

Aprovado por  
**David Robinson e**  
**Bob Traa**

Preparado pelo corpo técnico do Fundo Monetário  
Internacional

*As dívidas pública e externa de Angola estão a aumentar, mas continuam a ser sustentáveis. O rácio dívida pública bruta/PIB aumentou 6 pontos percentuais no ano passado, para 42,2% no final de 2014. Prevê-se que este rácio aumente para 57,4% em 2015 dado o défice orçamental de 3,5% do PIB projetado para o ano e o efeito da maior desvalorização cambial sobre stocks da dívida expressa em moeda estrangeira e da dívida indexada ao dólar. A partir de 2016, porém, o rácio dívida pública bruta/PIB começará a declinar gradualmente até chegar a 38,4% em 2020, devido sobretudo às melhorias previstas para os saldos orçamentais e a uma aceleração do crescimento do PIB real. Apesar da trajetória projetada da dívida pública de Angola ser sustentável, os testes de stress mostram que o país continua vulnerável a choques, inclusivamente sobre o crescimento do PIB real, a taxa de câmbio e o preço internacional do petróleo. A dívida externa bruta deverá ascender a 28,6% do PIB em 2020, contra 25,5% no final de 2014.*

## ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA

**A dívida pública bruta de Angola está estimada em 42% do PIB no final de 2014.** As estatísticas da dívida pública incluem o governo central, entidades públicas e a dívida externa da empresa estatal do petróleo e da companhia aérea (Sonangol e TAAG, respetivamente).<sup>1</sup> Em 2014 a dívida pública bruta aumentou 6 pontos percentuais do PIB em relação a 2013 devido ao aumento tanto da dívida interna como da externa. A dívida pública líquida (a dívida bruta menos os depósitos do governo central no BNA) situavam-se em 32,8% do PIB no final de 2014.<sup>2</sup>

**Em 2015, a dívida pública bruta de Angola deverá aumentar consideravelmente, em 15 pontos percentuais, para 57,4% do PIB.** Tal se deve ao défice orçamental previsto de 3,5% do PIB no ano e ao efeito da maior desvalorização cambial sobre os stocks da dívida expressa em moeda estrangeira e da dívida indexada ao dólar. Em fevereiro de 2015, a S&P diminuiu a notação de risco de crédito de Angola de 'BB-/B' para 'B+/B' após o forte declínio dos preços do petróleo e, em agosto de 2015, alterou a perspetiva para negativa. A Moody's alterou a perspetiva de Angola para negativa em março de 2015. Em setembro de 2015, a Fitch Ratings diminuiu de 'BB-' para 'B+' a notação IDR de probabilidade de incumprimento do emitente relativa à dívida de longo prazo em moeda estrangeira e em moeda nacional de Angola. A agência manteve a notação IDR a curto prazo em 'B' e diminuiu o limite máximo do país para 'B+'. Contudo, a agência alterou a perspetiva de estável para negativa.

**Prevê-se um aumento dos encargos com juros em 2015 e nos anos seguintes.** Com a diminuição das receitas do petróleo e as projeções de défice orçamental para os próximos anos, Angola irá depender cada vez mais do financiamento do mercado, o que elevará os custos de financiamento. Além disso, se os mercados financeiros internacionais ficarem mais restritivos devido à "normalização" da política monetária dos Estados Unidos, o custo do crédito externo poderá subir.

**Os principais pressupostos subjacentes à análise da sustentabilidade da dívida (ASD) são coerentes com o quadro macroeconómico descrito no relatório do corpo técnico ao abrigo do Artigo IV de 2015.** Depois da forte desaceleração em 2015, o corpo técnico prevê um aumento gradual do crescimento do PIB não petrolífero no médio prazo, refletindo a melhoria do clima de negócios e a conclusão de vários projetos, inclusivamente na agricultura e de infraestruturas. A inflação deverá atingir o seu pico na primeira metade de 2016 para depois declinar gradualmente, apesar da maior flexibilidade cambial, com a introdução dum novo quadro de política monetária. Contudo, o deflator do PIB de médio prazo em moeda nacional deverá ser consideravelmente maior que na ASD realizada no último ano, devido à inflação mais alta e à desvalorização cambial. O saldo orçamental primário não petrolífero deverá continuar a melhorar gradativamente no médio prazo para preservar a sustentabilidade da dívida, dado que se prevê que os preços internacionais do

<sup>1</sup> Relatados como dívida pública pelas autoridades no Boletim da Dívida Pública.

<sup>2</sup> Parte dos depósitos do governo central no BNA, que incluem fundos do petróleo, poderiam ser usados para reduzir as necessidades de financiamento, mas sob condições muito rigorosas e com a aprovação do Presidente da República.

petróleo se mantenham muito mais baixos que em 2011-13. Está prevista uma melhoria do défice da conta corrente ao longo do tempo devido à recuperação das exportações de petróleo e através da substituição de importações, sobretudo as agrícolas e de produtos de indústria ligeira.

**O corpo técnico prevê um declínio gradual da dívida pública como percentagem do PIB a partir de 2016, devido à previsão de melhorias no saldo primário e do crescimento do PIB nominal.**

Nos próximos anos, com a diminuição das receitas do petróleo, o corpo técnico prevê que o governo terá de manter os seus esforços de consolidação orçamental. Apesar de difícil, esta consolidação é necessária para reduzir o rácio da dívida para níveis próximos dos de 2011-13, e poderá ser alcançada através de esforços adicionais para aumentar a tributação não petrolífera e a contenção das despesas. Esta contenção poderá ser feita com uma maior redução dos subsídios aos combustíveis, a melhoria da qualidade do investimento de capital (que permitirá a redução da despesa pública) e a restrição do crescimento da massa salarial. Com a melhoria dos saldos primários e um crescimento económico sólido, o rácio dívida pública bruta/PIB deverá diminuir para 38,4% até 2020.<sup>3</sup>

**Em alguns anos, o historial de previsão das principais variáveis macroeconómicas de Angola mostra um erro mediano relativamente alto em relação ao de países desenvolvidos e de mercados emergentes objeto de supervisão.** Isto deve-se, em parte, a desenvolvimentos imprevisíveis, inclusivamente a volatilidade na produção ou nos preços do petróleo e variações na produção agrícola provocadas por condições climáticas.

**A trajetória de base da dívida é vulnerável a vários choques, incluindo sobre o crescimento do PIB real, a taxa de câmbio e o preço do petróleo.**<sup>4 5 6 7</sup> Por exemplo, um forte declínio dos preços internacionais do petróleo poderá provocar um abrandamento económico em Angola, uma vez que o governo teria de cortar a despesa pública para compensar a respetiva diminuição de receitas relacionadas ao petróleo. No cenário de choque de crescimento do PIB real, a trajetória da dívida seria ascendente. Devido à elevada dependência do petróleo de Angola, também se considerou um choque de preços nesta área, equivalente a uma queda de 50% no preço projetado para o cabaz de petróleo angolano. Neste cenário, os rácios da dívida aumentariam em 2016 e declinariam gradualmente com o tempo, apesar de se manterem acima da trajetória de base.

<sup>3</sup> Os residuais da contribuição de variações tanto na dívida pública como na externa devem-se sobretudo à desvalorização do kwanza.

<sup>4</sup> O choque de taxa de câmbio real presumido para Angola é de 30%.

<sup>5</sup> A taxa de juro aumenta 200 pontos base no choque de taxa de juro e não conforme o nível da taxa de juro real máxima dos últimos 10 anos, para se excluir a anomalia provocada pela crise mundial de 2008-09, que distorce o impacto do choque sobre a dívida pública.

<sup>6</sup> O crescimento do PIB real é reduzido em meio desvio padrão (e não em um desvio padrão) durante dois anos consecutivos para adaptar melhor este choque à nova realidade da economia angolana, que está a crescer há mais de uma década e tem visto um aumento da contribuição do sector não petrolífero (dominado por serviços), que é menos volátil.

<sup>7</sup> O choque do preço do petróleo mostra apenas o impacto direto do declínio no preço do petróleo sobre as receitas em 2016. O preço, neste cenário, é de USD 26,5 por barril.

## Angola: Análise da Sustentabilidade da Dívida do Sector Público, Cenário de Base

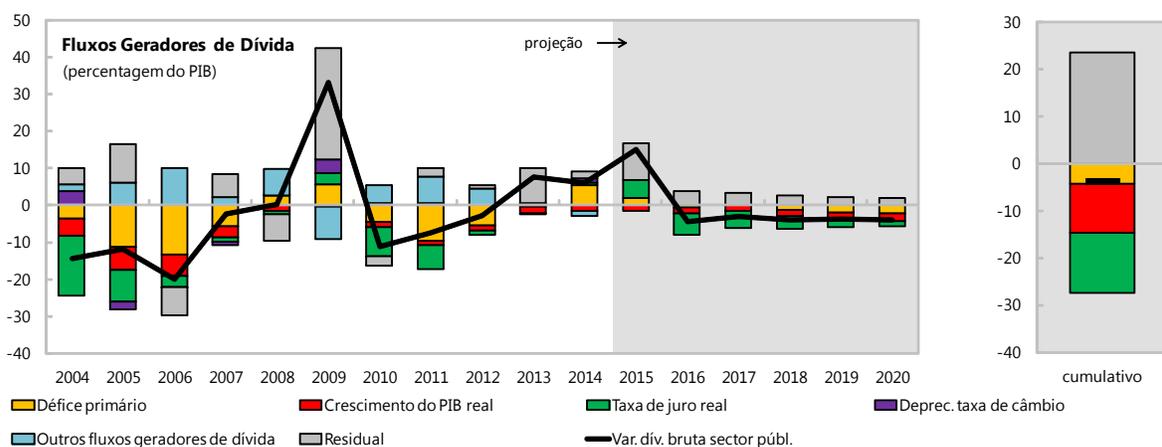
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

### Indicadores da Dívida, Económicos e de Mercado <sup>1/</sup>

	Efetivo			Projeções						Em 28/09/2015		
	2004-2012 <sup>2/</sup>	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Dif. das obrigações soberanas		
Dívida pública bruta nominal	32.2	36.2	42.2	57.4	53.0	50.0	46.1	42.3	38.4	EMBIG (pb) 3/ 396		
Necessidade bruta de financiamento público	1.0	2.0	8.8	8.6	11.1	9.8	9.0	6.7	6.2	CDS a 5 anos (pb) n.a.		
Dívida pública líquida	22.1	24.0	32.8	47.5	44.8	43.0	40.2	37.1	33.8			
Crescimento do PIB real (em %)	11.2	6.8	4.8	3.5	3.5	3.8	4.2	4.7	5.2	Notação	Estrang. Nacional	
Taxa de inflação (deflator do PIB, em %)	17.6	1.9	1.2	-7.1	15.8	13.9	12.1	9.8	8.6	Moody's	Ba2	Ba2
Crescimento do PIB nominal (em %)	31.0	8.8	6.1	-3.8	19.9	18.2	16.9	15.0	14.3	S&Ps	B+	B+
Taxa de juro efetiva (%) <sup>4/</sup>	6.8	3.1	3.4	3.5	4.1	4.2	4.5	5.0	5.1	Fitch	B+	B+

### Contribuição para Variações na Dívida Pública

	Efetivo			Projeções						cumulativo	Saldo primário estabilizador da dívida <sup>9/</sup>
	2004-2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
Varição da dívida bruta do sector público	-4.0	7.6	6.0	15.1	-4.4	-3.1	-3.8	-3.8	-3.9	-3.9	
Fluxos geradores de dívida identificados	-8.2	-1.9	4.2	5.2	-8.1	-6.2	-6.5	-6.0	-5.8	-27.5	
Déficit primário	-5.1	-0.5	5.3	2.0	-0.6	0.1	-1.2	-2.0	-2.4	-4.2	-3.4
Receita e donativos primários (excl. juros)	44.6	40.5	34.6	27.4	27.6	27.9	27.9	27.6	27.2	165.5	
Despesas primárias (excl. juros)	39.4	40.0	39.9	29.4	27.0	27.9	26.7	25.5	24.8	161.3	
Dinâmica automática da dívida <sup>5/</sup>	-6.9	-1.2	0.3	3.2	-7.5	-6.3	-5.3	-4.0	-3.4	-23.2	
Diferencial taxa de juro/crescimento <sup>6/</sup>	-7.5	-1.5	-0.9	3.2	-7.5	-6.3	-5.3	-4.0	-3.4	-23.2	
Do qual: taxa de juro real	-4.7	0.3	0.7	4.8	-5.9	-4.6	-3.5	-2.1	-1.5	-12.7	
Do qual: crescimento do PIB real	-2.9	-1.8	-1.6	-1.5	-1.7	-1.7	-1.8	-1.9	-1.9	-10.5	
Desvalorização cambial <sup>7/</sup>	0.6	0.3	1.2	...	...	...	...	...	...	...	
Outros fluxos gerad. de dívida identificados	3.9	-0.2	-1.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Uso de depósitos (negativo)	3.9	-0.2	-1.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Passivos contingentes	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
A especificar (2) ex. ESM e área do euro	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Residual, incluindo variação de ativos <sup>8/</sup>	4.1	9.4	1.8	10.0	3.8	3.1	2.7	2.2	1.8	23.6	



Fonte: Corpo técnico do FMI.

1/ O sector público é definido como o governo central e as empresas públicas.

2/ Baseado em dados disponíveis.

3/ EMBIG.

4/ Definido como os pagamentos de juros divididos pelo stock da dívida (excluindo garantias) no final do ano anterior.

5/ Derivado como  $[(r - \pi(1+g) - g + ae(1+r))/(1+g+\pi+gr)]$  multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, em que  $r$  = taxa de juro;  $\pi$  = taxa de crescimento do deflator do PIB;  $g$  = taxa de crescimento do PIB real;  $a$  = percentagem da dívida expressa em moeda estrangeira; e  $e$  = desvalorização cambial nominal (medida pelo aumento do valor do USD em moeda nacional).

6/ A contribuição da taxa de juro real é derivada do numerador na nota de rodapé 5 como  $r - \pi(1+g)$  e a contribuição do crescimento real como  $-g$ .

7/ A contribuição da taxa de câmbio é derivada do numerador na nota de rodapé 5 como  $ae(1+r)$ .

8/ Inclui as variações de ativos e receitas dos juros (se houver). Para as projeções, inclui as variações da taxa de câmbio durante o período projetado.

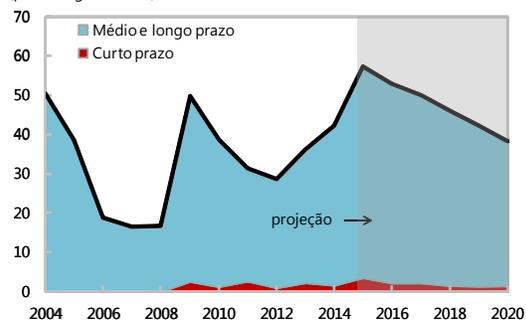
9/ Presume que as variáveis principais (crescimento do PIB real, taxa de juro real e outros fluxos geradores de dívida identificados) se mantêm no nível do último ano de projeção.

## Angola: Análise da Sustentabilidade da Dívida Pública, Composição da Dívida Pública e Cenários Alternativos

### Composição da Dívida Pública

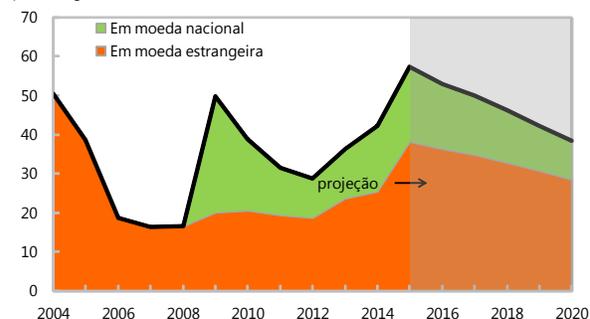
#### Por Vencimento

(percentagem do PIB)



#### Por Moeda

(percentagem do PIB)



### Cenários Alternativos

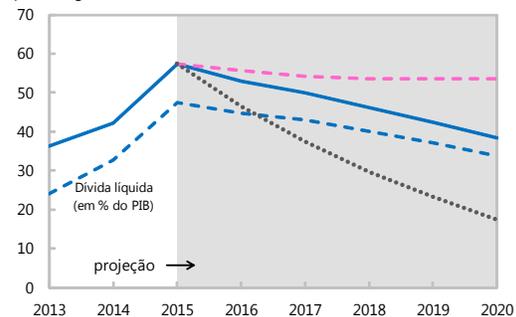
— Base

..... Histórico

— Saldo primário constante

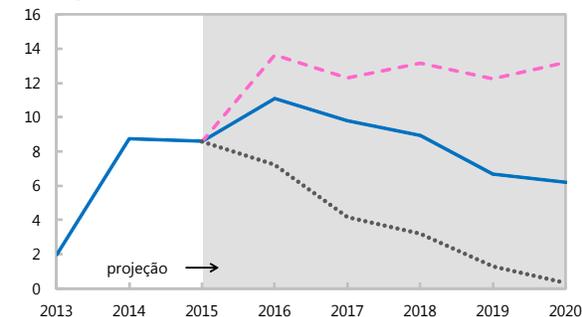
#### Dívida Pública Nominal Bruta

(percentagem do PIB)



#### Necessidade Bruta de Financiamento Público

(percentagem do PIB)



### Pressupostos Subjacentes

(percentagem)

#### Cenário de Base

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Crescimento do PIB real	3.5	3.5	3.8	4.2	4.7	5.2
Inflação	-7.1	15.8	13.9	12.1	9.8	8.6
Saldo primário	-2.0	0.6	-0.1	1.2	2.0	2.4
Taxa de juro efetiva	3.5	4.1	4.2	4.5	5.0	5.1

#### Cenário de Saldo Primário Constante

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Crescimento do PIB real	3.5	3.5	3.8	4.2	4.7	5.2
Inflação	-7.1	15.8	13.9	12.1	9.8	8.6
Saldo primário	-2.0	-2.0	-2.0	-2.0	-2.0	-2.0
Taxa de juro efetiva	3.5	4.1	4.4	4.8	5.3	5.7

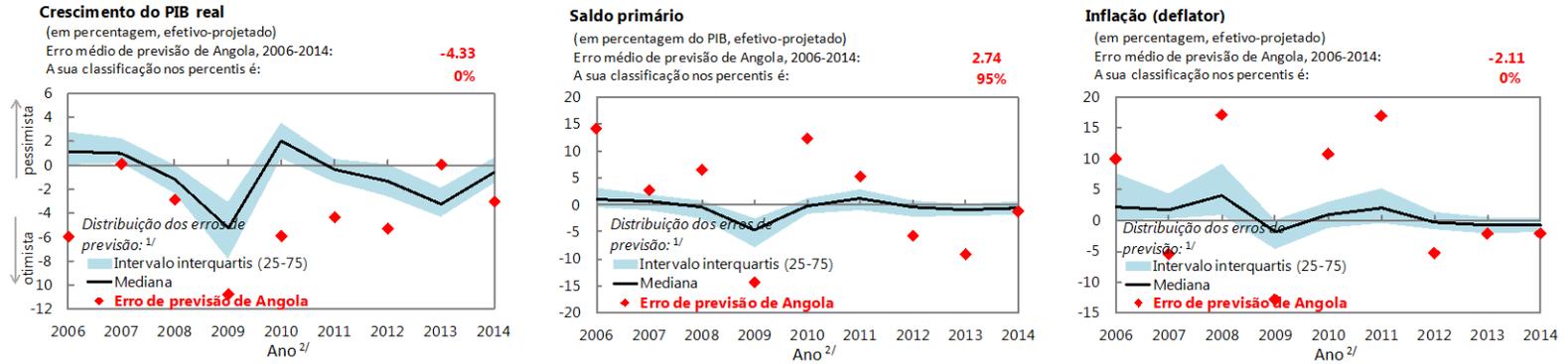
#### Cenário Histórico

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Crescimento do PIB real	3.5	10.2	10.2	10.2	10.2	10.2
Inflação	-7.1	15.8	13.9	12.1	9.8	8.6
Saldo primário	-2.0	3.7	3.7	3.7	3.7	3.7
Taxa de juro efetiva	3.5	4.1	3.9	3.9	3.9	3.7

Fonte: Corpo técnico do FMI.

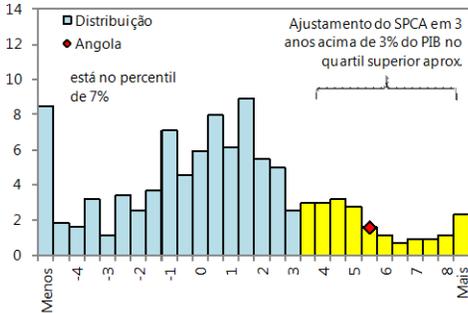
## Angola: Análise da Sustentabilidade da Dívida Pública, Realismo dos Pressupostos de Base

### Historial das previsões em comparação a países objeto de supervisão

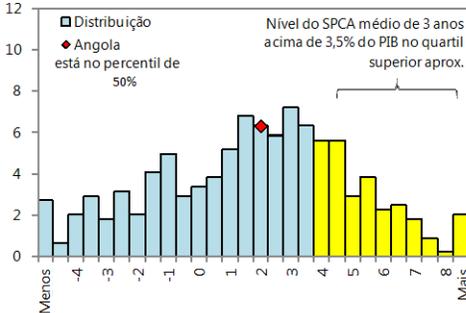


### Avaliação do Realismo do Ajustamento Orçamental Projetado

**Ajustamento do saldo primário ciclicamente ajustado (SPCA) em 3 anos**  
(Porcentagem do PIB)

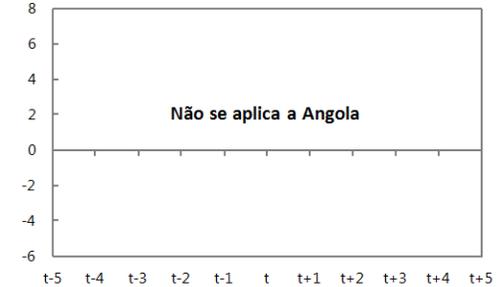


**Nível médio do saldo primário ciclicamente ajustado (SPCA) em 3 anos**  
(Porcentagem do PIB)



### Análise Conjuntural 3/

**Crescimento do PIB real**  
(percentagem)



Fonte: Corpo técnico do FMI.

1/ A distribuição no gráfico abrange os países objeto de supervisão e a classificação no percentil se refere a todos os países.

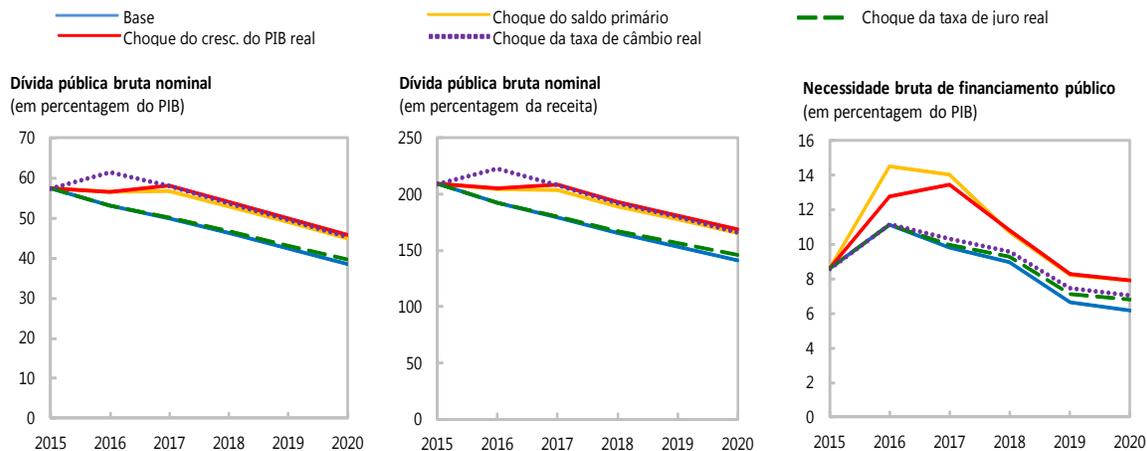
2/ Projeções realizadas na edição do WEO de abril do ano anterior.

3/ Não aplicável para Angola, porque não cumpre o critério de hiato do produto positivo nem o de crescimento do crédito privado.

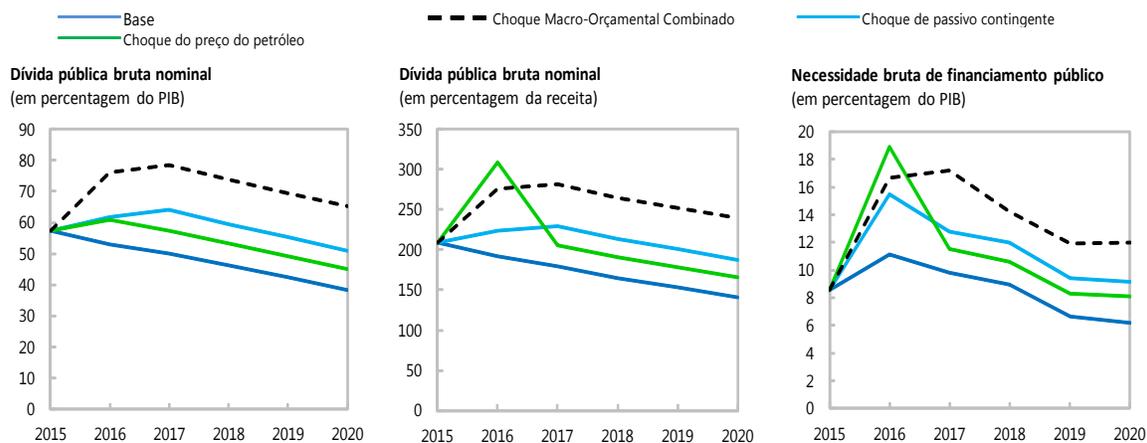
4/ Os dados cobrem observações anuais de 1990 a 2011 para economias desenvolvidas e emergentes com dívida superior a 60% do PIB. Percentagem de amostras no eixo vertical.

## Angola: Análise da Sustentabilidade da Dívida Pública, Testes de Stress

### Testes de Stress Macro-Orçamentais



### Testes de Stress Adicionais



### Pressupostos Subjacentes (percentagem)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Choque do saldo primário</b>						
Crescimento do PIB real	3,5	3,5	3,8	4,2	4,7	5,2
Inflação	-7,1	15,8	13,9	12,1	9,8	8,6
Saldo primário	-2,0	-2,8	-3,4	1,2	2,0	2,4
Taxa de juro efetiva	3,5	4,1	4,6	5,2	5,6	5,7
<b>Choque da taxa de juro real</b>						
Crescimento do PIB real	3,5	3,5	3,8	4,2	4,7	5,2
Inflação	-7,1	15,8	13,9	12,1	9,8	8,6
Saldo primário	-2,0	0,6	-0,1	1,2	2,0	2,4
Taxa de juro efetiva	3,5	4,1	4,6	5,3	5,9	6,3
<b>Choque combinado</b>						
Crescimento do PIB real	3,5	0,0	0,2	4,2	4,7	5,2
Inflação	-7,1	14,9	13,0	12,1	9,8	8,6
Saldo primário	-2,0	-2,8	-3,4	1,2	2,0	2,4
Taxa de juro efetiva	3,5	4,9	4,5	5,2	5,9	6,2
<b>Choque de cresc. do PIB real</b>						
Crescimento do PIB real	3,5	0,0	0,2	4,2	4,7	5,2
Inflação	-7,1	14,9	13,0	12,1	9,8	8,6
Saldo primário	-2,0	-0,6	-2,5	1,2	2,0	2,4
Taxa de juro efetiva	3,5	4,1	4,4	4,9	5,3	5,4
<b>Choque da taxa de câmbio real</b>						
Crescimento do PIB real	3,5	3,5	3,8	4,2	4,7	5,2
Inflação	-7,1	31,3	13,9	12,1	9,8	8,6
Saldo primário	-2,0	0,6	-0,1	1,2	2,0	2,4
Taxa de juro efetiva	3,5	4,9	3,9	4,2	4,6	4,7
<b>Choque de passivo contingente</b>						
Crescimento do PIB real	3,5	-4,3	-4,1	4,2	4,7	5,2
Inflação	-7,1	13,8	11,9	12,1	9,8	8,6
Saldo primário	-2,0	-2,4	-0,1	1,2	2,0	2,4
Taxa de juro efetiva	3,5	4,5	4,6	4,9	5,2	5,4

Fonte: Corpo técnico do FMI.

## Angola: Análise da Sustentabilidade da Dívida Pública, Avaliação de Risco

### Mapa de tensão financeira

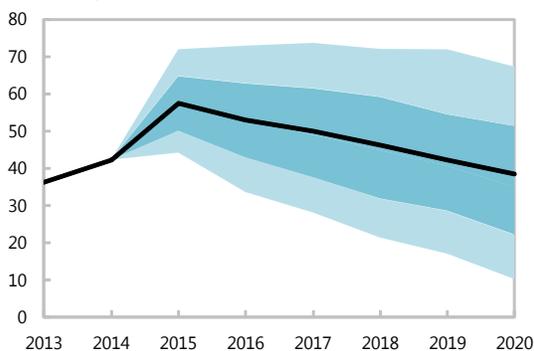
Nível de dívida <sup>1/</sup>	Choque de crescimento do PIB real	Choque do saldo primário	Choque da taxa de juro real	Choque da taxa de câmbio	Choque de passivo contingente
Necessidade brutas de financ. <sup>2/</sup>	Choque de crescimento do PIB real	Choque do saldo primário	Choque da taxa de juro real	Choque da taxa de câmbio	Choque de passivo contingente
Perfil da dívida <sup>3/</sup>	Perceção do mercado	Necessidade de financ. externo	Var. na parcela da dívida de curto prazo	Dívida pública detida por não residentes	Dívida em moeda estrangeira

### Evolução das Densidades Preditivas da Dívida Pública Nominal Bruta

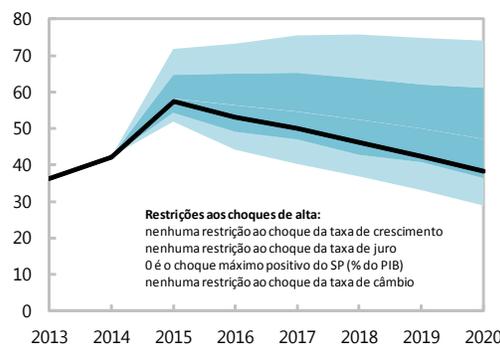
(percentagem do PIB)

— Base Percentis: 10-25 25-75 75-90

#### Distribuição simétrica

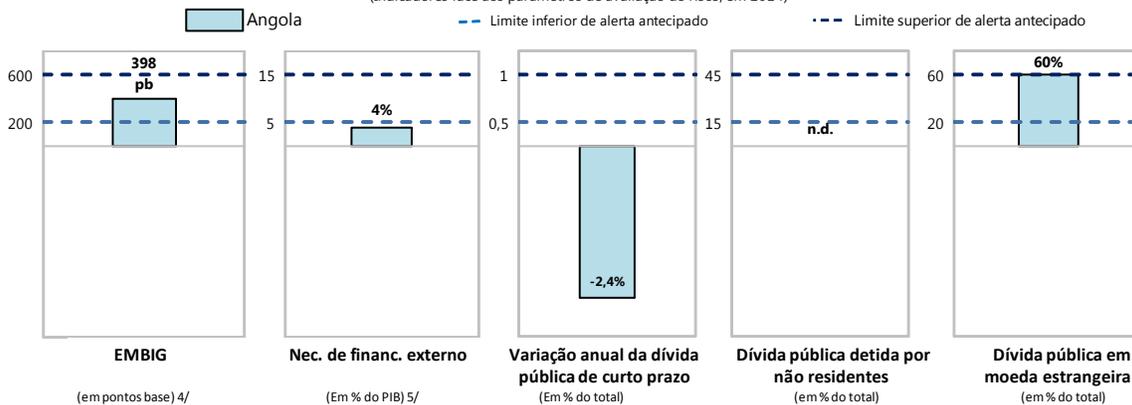


#### Distribuição restrita (assimétrica)



### Perfil de Vulnerabilidades da Dívida

(Indicadores face aos parâmetros de avaliação do risco, em 2014)



Fonte: Corpo técnico do FML.

1/ A célula é destacada a verde se o parâmetro de encargo da dívida de 70% não for excedido no choque específico ou de base, amarelo se for excedido no choque específico mas não no de base, vermelho se o parâmetro for excedido no cenário de base e branco se o teste de stress não for relevante.

2/ A célula é destacada a verde se o parâmetro necessidade bruta de financiamento de 15% não for excedido no choque específico ou de base, amarelo se for excedido no choque específico mas não no de base, vermelho se o parâmetro for excedido no cenário de base e branco se o teste de stress não for relevante.

3/ A célula é destacada a verde se o valor do país for inferior ao parâmetro de avaliação de risco inferior, vermelho se o país excede o parâmetro de avaliação de risco superior, amarelo se o valor do país ficar entre os parâmetros de avaliação de risco inferior e superior. Se não houver dados disponíveis ou o indicador não for relevante, a célula é branca. Os parâmetros de avaliação de risco inferior e superior são:

200 e 600 pontos base para diferenciais de obrigações; 5 e 15% do PIB para necessidade de financiamento externo; 0,5 e 1 % para variação na parcela da dívida de curto prazo; 15 e 45 para dívida pública detida por não residentes; e 20 e 60% para parcela da dívida em moeda estrangeira.

4/ EMBIG, média dos últimos 3 meses, de 18-06-15 a 16-09-15.

5/ Necessidade de financiamento externo é definida como a soma do défice da conta corrente, amortização da dívida externa total de médio e longo prazos e dívida externa total de curto prazo no final do período anterior.

## ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

**A dívida externa de Angola é sustentável.** No cenário de base, a dívida externa aumenta ligeiramente, de cerca de 25,5% do PIB em 2014 para 28,6% do PIB em 2020. Dos vários choques padrão, o mais significativo é o choque de conta corrente. O segundo mais significativo é o choque combinado, seguido do choque de desvalorização real. Os efeitos dos choques de taxa de juro e de crescimento do PIB real são menos pronunciados.

**Apesar das autoridades terem tomado medidas para a recolha de estatísticas da dívida do sector privado, ainda não há dados disponíveis sobre a dívida deste sector em Angola.**

Portanto, atualmente a análise de sustentabilidade da dívida externa baseia-se apenas na dívida externa do sector público incluindo, como atrás se refere, duas empresas públicas (Sonangol e TAAG).

## Angola: Quadro da Sustentabilidade da Dívida Externa, 2010-20

	Efetivo					Projeções						Conta corrente excl. juros que estabilize a dívida <sup>6/</sup>	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
<b>Cenário de base: Dívida externa</b>	20,6	19,5	18,8	23,7	25,5	<b>38,3</b>	<b>36,4</b>	<b>34,9</b>	<b>32,9</b>	<b>30,8</b>	<b>28,6</b>	<b>-2,6</b>	
Variação da dívida externa	0,5	-1,2	-0,7	5,0	1,8	12,7	-1,8	-1,5	-2,0	-2,1	-2,3		
Fluxos geradores de dívida externa identificados (4+8+9)	-5,3	-11,9	-5,5	2,5	6,4	4,8	2,2	1,3	-0,1	-0,3	-0,1		
Défice da conta corrente, excl. pagamentos de juros	-9,9	-13,0	-12,3	-7,1	0,9	7,3	4,8	3,6	2,2	2,0	2,1		
Défice da balança de bens e serviços	-19,4	-23,2	-22,6	-16,4	-6,8	0,5	-2,1	-3,2	-4,5	-4,4	-4,0		
Exportações	62,4	65,4	62,3	56,0	46,8	37,6	40,1	40,6	40,5	39,2	37,5		
Importações	42,9	42,2	39,7	39,6	39,9	38,1	38,0	37,4	36,0	34,8	33,6		
Fluxos líquidos de entrada de capital não geradores de dívida (negativo)	5,5	4,9	8,4	10,6	5,8	-1,8	-2,0	-1,9	-1,8	-1,7	-1,6		
Dinâmica automática da dívida <sup>1/</sup>	-0,9	-3,9	-1,6	-1,0	-0,4	-0,8	-0,6	-0,5	-0,6	-0,6	-0,7		
Contribuição da taxa de juros nominal	0,8	0,4	0,3	0,3	0,6	0,3	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8		
Contribuição do crescimento do PIB real	-0,6	-0,6	-0,9	-1,2	-1,1	-1,1	-1,4	-1,3	-1,4	-1,4	-1,5		
Contribuição das var. cambiais e de preços <sup>2/</sup>	-1,1	-3,7	-1,0	-0,1	0,1	...	...	...	...	...	...		
Residual, incl. variação em ativos externos brutos (2-3) <sup>3/</sup>	5,8	10,8	4,9	2,4	-4,6	8,0	-4,0	-2,7	-1,9	-1,8	-2,1		
Rácio dívida externa/exportações (em %)	33,1	29,8	30,1	42,4	54,5	101,7	90,8	86,0	81,3	78,8	76,1		
<b>Necessidade bruta de financ. externo (em mil milhões de USD) <sup>4/</sup></b>	-5,8	-11,5	-12,0	-6,2	5,0	8,8	8,1	7,5	6,4	6,6	7,1		
em percentagem do PIB	-7,1	-11,1	-10,4	-5,0	3,9	8,7	8,2	7,2	5,7	5,5	5,6		
<b>Cenário com as principais variáveis a suas médias históricas <sup>5/</sup></b>						<b>38,3</b>	<b>21,0</b>	<b>10,3</b>	<b>1,7</b>	<b>-5,6</b>	<b>-12,0</b>	<b>6,0</b>	
<b>Principais pressupostos macroeconómicos subjacentes ao cenário de base</b>													
						Média histórica	Desvio padrão						
Crescimento do PIB real (em %)	3,4	3,9	5,2	6,8	4,8	10,2	7,9	3,5	3,5	3,8	4,2	4,7	5,2
Deflator do PIB em USD (variação percentual)	5,6	21,5	5,4	0,8	-0,6	10,5	12,4	-23,8	-6,4	2,8	2,4	1,4	1,2
Taxa de juro nominal externa (em %)	4,5	2,4	1,9	1,9	2,5	3,9	2,2	0,9	2,0	2,4	2,6	2,7	2,8
Crescimento das exportações (em termos de USD, em %)	24,1	32,2	5,6	-3,2	-13,0	20,1	32,1	-36,6	3,3	8,1	6,5	2,6	2,1
Crescimento das importações (em termos de USD, em %)	-15,3	23,9	4,4	7,3	5,0	19,8	27,3	-24,8	-3,4	5,0	2,8	2,4	2,9
Défice da conta corrente, excl. pagamentos de juros	9,9	13,0	12,3	7,1	-0,9	10,6	10,5	-7,3	-4,8	-3,6	-2,2	-2,0	-2,1
Fluxos líquidos de entrada de capital não geradores de dívida	-5,5	-4,9	-8,4	-10,6	-5,8	-4,2	3,9	1,8	2,0	1,9	1,8	1,7	1,6

1/ Derivado como  $[r - g - r(1+g) + ea(1+r)]/(1+g+r+gr)$  multiplicado pelo stock da dívida do período anterior, em que  $r$  = taxa de juro nominal efetiva sobre a dívida externa;  $r$  = variação no deflator do PIB interno em USD,  $g$  = taxa de crescimento do PIB real,  $e$  = valorização nominal (aumento do valor em dólar da moeda nacional), e  $a$  = parcela da dívida expressa em moeda nacional na dívida externa total.

2/ A contribuição das variações de preço e de câmbio é definida como  $[-r(1+g) + ea(1+r)]/(1+g+r+gr)$  multiplicado pelo stock da dívida do período anterior.  $r$  aumenta com a valorização da moeda nacional ( $e > 0$ ) e com o aumento da inflação (baseado no deflator do PIB).

3/ Para a projeção, a rubrica incluiu o impacto das variações de preços e câmbio.

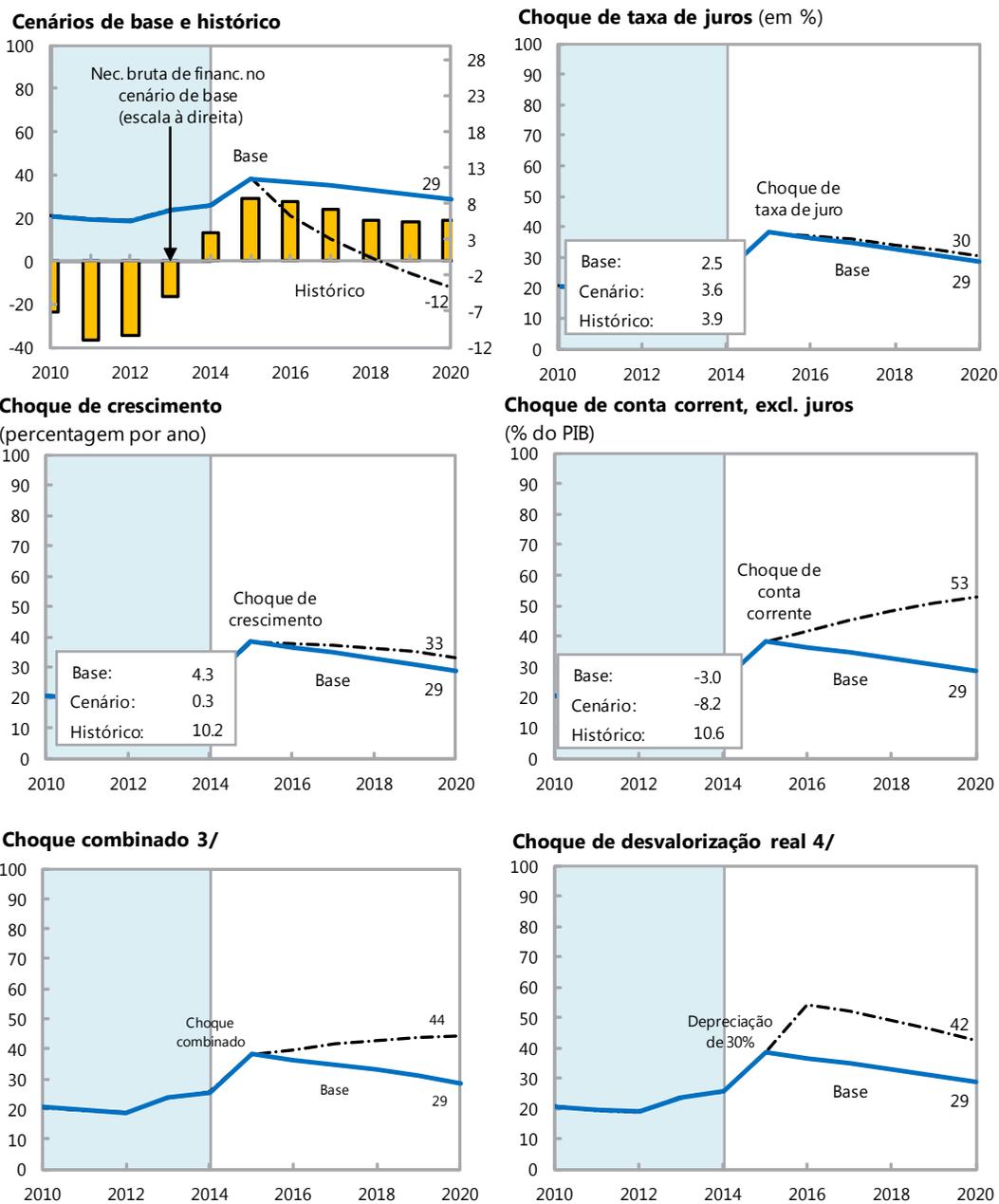
4/ Definido como défice da conta corrente, mais a amortização da dívida de médio e longo prazos, mais a dívida de curto prazo no final do período anterior.

5/ As principais variáveis incluem crescimento do PIB real; taxa de juro nominal; crescimento do deflator em dólar; e conta corrente excluindo juros e fluxos de entrada não geradores de dívida em percentagem do PIB.

6/ Saldo constante a longo prazo que estabiliza o rácio da dívida, pressupondo que as principais variáveis (crescimento do PIB real, taxa de juro nominal, crescimento do deflator em dólar e fluxos de entrada não geradores de dívida em percentagem do PIB) se mantêm nos níveis do último ano da projeção.

## Angola: Sustentabilidade da Dívida Externa, Testes-limite <sup>1,2</sup>

(Dívida externa em percentagem do PIB)



Fontes: Fundo Monetário Internacional, dados das autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico.

1/ As áreas sombreadas representam dados efetivos. Os choques individuais são choques de meio desvio padrão permanentes. As figuras nas caixas representam projeções médias das respetivas variáveis no cenário de base e no apresentado. Também é apresentada a média histórica de dez anos para a variável.

2/ Para cenários históricos, as médias históricas são calculadas para um período de 10 anos e as informações são usadas para projetar a dinâmica da dívida para os próximos 5 anos.

3/ Choques permanentes de um quarto do desvio padrão aplicados à taxa de juro real, à taxa de crescimento e ao saldo da conta corrente.

4/ A depreciação real e pontual de 30% acontece em 2016.

**Declaração da Sra. Kapwepwe, Administradora,  
e do Sr. Tivane, Assessor da Administradora, sobre Angola  
28 de Outubro de 2015**

**1. Introdução**

Angola tem assistido a melhorias consideráveis nas condições socioeconómicas nos últimos cinco anos, apesar do aumento dos riscos de deterioração devido aos choques dos preços das matérias-primas, à fraca procura global por exportações destes produtos e à restrição das condições de financiamento. Como na maioria das nações ricas em recursos naturais, o desafio de longo prazo do país é aproveitar a oportunidade criada pelos recursos do petróleo para construir a sua capacidade produtiva, fortalecer as instituições e promover o desenvolvimento do capital humano. A este respeito, as autoridades estão empenhadas em intensificar os seus esforços para avançar com a agenda de reformas destinadas a promover a transformação e a diversificação económicas, alcançar a resiliência económica e reforçar as instituições políticas.

As autoridades agradecem o empenho contínuo e o apoio às políticas por parte do FMI e reconhecem o valor das discussões francas e da troca de ideias durante a missão de consulta ao abrigo do Artigo IV de 2015.

**2. Desenvolvimentos Económicos Recentes**

A economia angolana continua a ser altamente dependente do sector petrolífero. Ao longo dos últimos cinco anos, a produção de petróleo representou, em média, aproximadamente 50% do PIB, cerca de 90% das receitas das exportações e quase 75% das receitas orçamentais. Dada a vulnerabilidade da economia a variações nos preços das matérias-primas, melhorar a competitividade económica no sector não petrolífero, em particular na agricultura e na indústria, continua a ser o principal desafio para se alcançar a resiliência económica a médio e a longo prazo.

A queda dos preços do petróleo nos últimos meses provocou o abrandamento do crescimento e o declínio nas fontes de divisas. As projeções de crescimento para 2015 foram revistas em baixa para 3,5%, contra uma previsão inicial de 4,5%. O crescimento no sector petrolífero deverá chegar a 6,8% em 2015 uma vez concluídas as obras de manutenção dos campos de petróleo, uma recuperação considerável, após o declínio de 2,6% em 2014. Contudo, a projeção de crescimento do sector não petrolífero é de apenas 2,1% em 2015, contra 8,2% em 2014. No curto prazo, é crucial que se aumente o espaço orçamental para projetos transformativos de infraestruturas e se melhore a eficiência da despesa de investimento de modo a acelerar o ritmo da recuperação económica.

A inflação média prevista é de 14% em 2015, acima da meta de 7% a 9% do Banco Nacional de Angola (BNA). As pressões inflacionárias refletem, em parte, o impacto da desvalorização transmitida aos preços internos, dado que Angola é altamente dependente das importações, que representam cerca de 21,0% do PIB. Tendo em vista as crescentes pressões cambiais, o BNA subiu a sua taxa de referência de 8,75% em setembro de 2014 para 10,5%

em outubro de 2015. Este ajustamento da orientação de política monetária é um passo decisivo para absorver o excesso de liquidez no sistema bancário. Ademais, para realinhar gradualmente a taxa de câmbio para o seu nível de equilíbrio, o BNA está a utilizar as reservas internacionais e a permitir uma maior flexibilidade cambial.

A orientação orçamental está mais rigorosa para proteger a economia de vulnerabilidades de curto prazo provocadas pela volatilidade dos preços das matérias-primas. A Assembleia Nacional aprovou em março deste ano o orçamento revisto de 2015, que prevê um défice orçamental global de 7,0% do PIB. Partindo dum preço do petróleo conservador de USD 40 por barril, a orientação orçamental foi calibrada para reduzir o impacto dos riscos fiscais devido a perdas significativas de receitas do petróleo. Mais especificamente, a receita total foi revista para baixo, para 23,4% do PIB no orçamento revisto, 8,4 pontos percentuais a menos em relação ao orçamento inicial. De igual modo, a receita de petróleo foi ajustada de 18,9% para 9,0% do PIB, apesar do ligeiro aumento da receita não petrolífera de 10,5% para 12,5% do PIB. O ajustamento fiscal realizado em 2015 resultou em cortes consideráveis na despesa de investimento, que passou para 5,5% do PIB contra 10,1% do PIB no orçamento inicial. Pela mesma razão, a despesa corrente foi revista para baixo, de 28,5% do PIB no orçamento inicial para 24,9%.

O défice da conta corrente deverá aumentar de 1,5% do PIB em 2014 para 7,6% do PIB em 2015, aumento este explicado por um declínio nas exportações de petróleo e gás, que deverão chegar a 34,7% do PIB até ao final de 2015, 10 pontos percentuais a menos em relação a 2014. Diante disto, as reservas internacionais brutas deverão cair para USD 20,0 mil milhões em 2015, o equivalente a 6 meses de importações, contra USD 27,7 mil milhões em 2014 (8,1 meses de importações).

### **3. Perspetiva a Médio Prazo e Políticas Prioritárias**

A perspetiva económica a médio prazo ainda é favorável apesar da balança de riscos pender para baixo. Estes riscos incluem choques negativos persistentes de preços do petróleo, conjugados com um crescimento mais lento nos mercados emergentes, que representam uma parte considerável das principais exportações de Angola. A projeção de crescimento mantém-se em 3,5% em 2016, com o sector petrolífero a crescer 3,9%, um ligeiro declínio em relação aos 6,8% previstos para 2015. O crescimento no sector não petrolífero deverá acelerar de 2,1% em 2015 para 3,4% em 2016 e alcançar 4,2% entre 2017 e 2018, impulsionado principalmente pela forte recuperação da agricultura e a melhoria no fornecimento de infraestruturas. A previsão de inflação média é de 14,2% em 2016 devido à transmissão gradual da desvalorização da moeda para os preços internos. As expectativas de inflação deverão ser contidas nos anos seguintes, em resposta ao aperto da política monetária.

#### ***Política orçamental***

A estratégia orçamental a médio prazo está orientada para a consolidação fiscal e o aprofundamento da implementação de reformas estruturais destinadas a alargar a base tributária, diversificar as fontes de receitas e melhorar a eficiência da despesa pública. A receita total prevista é de 27,6% do PIB em 2016, dos quais 15,6% do PIB corresponde a

receita petrolífera e 10,1% do PIB representa a receita não petrolífera. A despesa pública deverá manter-se na média de 29% do PIB em 2016, enquanto o défice orçamental global deverá cair de 3,5% do PIB em 2015 para 1,4% do PIB em 2016, reflexo, sobretudo, da redução da despesa de investimento e da contenção das despesas recorrentes, em especial com a massa salarial e bens e serviços.

Para o futuro, as autoridades continuam empenhadas em revitalizar a aplicação das medidas em curso para diversificar as fontes não petrolíferas de receitas e acelerar os preparativos para a introdução do IVA. Ademais, para promover a consolidação orçamental e manter uma trajetória de dívida sustentável de curto e médio prazo, aumentarão os esforços para a rápida aplicação de medidas destinadas a simplificar a despesa pública, melhorar a capacidade institucional para o planeamento, a execução e a monitorização de investimentos, fortalecer a supervisão financeira das empresas públicas e melhorar o quadro fiscal de médio prazo.

### ***Política monetária e cambial***

A orientação da política monetária e cambial de médio prazo tem por objetivo ancorar as expectativas de inflação e suavizar a volatilidade cambial. A inflação média deverá chegar a 14,2% em 2016 e declinar gradualmente para 11,4% em 2018, reflexo do aperto progressivo da política monetária. No médio prazo, o BNA continuará a aperfeiçoar os seus mecanismos de controlo para, por um lado, ancorar as expectativas de inflação e, por outro, permitir a flexibilidade cambial e assim prevenir perdas adicionais de reservas de divisas. Ademais, o BNA continuará a aprimorar a sua capacidade institucional para melhorar a eficácia na condução da política monetária mediante o aumento dos esforços de melhoria da previsão de inflação e dos instrumentos de gestão de liquidez, com o apoio do FMI.

### ***Política para o sector financeiro***

A implantação dum sistema financeiro robusto e a promoção do aprofundamento e da inclusão financeira são essenciais no apoio aos esforços em curso para acelerar a diversificação e a transformação económicas. Foram tomadas medidas adicionais para revitalizar a aplicação do Programa de Avaliação do Sector Financeiro (FSAP) de 2012, com a aprovação da Lei das Instituições Financeiras, que exige a criação dum Fundo de Garantia de Depósitos e dum Fundo de Resolução Bancária. Ademais, com o objetivo de modernizar os mercados de capitais, recentemente as autoridades lançaram a Bolsa de Valores de Angola.

Tendo em vista os potenciais riscos sistémicos advindos do aumento dos créditos vencidos mal parados e da queda dos rácios de adequação de capital no sistema bancário, o BNA irá acelerar a aplicação da Lei das Instituições Financeiras e as políticas destinadas a fortalecer a regulamentação macroprudencial e a supervisão financeira do sistema bancário. Para além disso, foi dada prioridade ao fortalecimento da aplicação do quadro de CBC/FT através do desenvolvimento de capacidade institucional para a aplicação efetiva da Lei sobre a Criminalização das Infrações Subjacentes ao Branqueamento de Capitais.

### ***Políticas estruturais***

Promover o ritmo da diversificação e transformação económicas continua a ser o principal objetivo do Plano Nacional de Desenvolvimento (2013-2017). A este respeito, as autoridades continuarão a aumentar o espaço orçamental para projetos transformativos de infraestruturas nos sectores de energia, transportes e comunicações, agricultura e indústria e para o desenvolvimento do capital humano.

Também foram tomadas medidas para remover gradualmente estrangulamentos económicos, melhorar o clima de negócios, reduzir a burocracia e simplificar os incentivos ao investimento, para além de criar flexibilidade no mercado laboral, mediante a promulgação de várias Leis, tais como: i) a Lei da Simplificação do Processo de Constituição de Sociedades Comerciais, ii) a Lei do Investimento Privado e iii) a Lei Geral do Trabalho. A Lei Geral de Eletricidade está actualmente a ser objeto de revisão para abordar restrições à eficiência e abrir o sector à participação de empresas privadas na geração e distribuição de eletricidade.

Criar incentivos para desobstruir as oportunidades económicas do país e promover o desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PME) é uma das pedras angulares da estratégia de diversificação de Angola. Para alcançar este desiderato, as autoridades irão intensificar a aplicação de medidas que facilitem o acesso das PME ao crédito através do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano, renovando a aplicação das medidas em curso para simplificar o processo de abertura de pequenas empresas e a estrutura de incentivos de modo a acelerar a substituição de importações.

#### **4. Considerações Finais**

As autoridades angolanas têm feito esforços louváveis para atenuar as vulnerabilidades a curto prazo provocadas por choques cíclicos e, ao mesmo tempo, criar as condições necessárias para gradualmente fazer face aos constrangimentos estruturais à competitividade económica. Para o futuro, as autoridades reafirmam perante o Conselho de Administração do FMI o seu empenho em fazer avançar a sua agenda de reformas estruturais para promover a transformação e a diversificação económicas. Subsistem desafios, relacionados sobretudo aos riscos de deterioração da conjuntura económica induzidos pelos choques dos preços das matérias-primas e dos termos de troca e a queda na procura mundial. Diante disto, as políticas prioritárias centrar-se-ão na remoção gradual dos estrangulamentos à competitividade económica e à produtividade.